

**Semanário**  
Director:  
António Dias Lourenço

Ano 58 - Série VII - N.º 743  
24 de Março de 1988  
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

**28**  
**mar.88**

# GREVE GERAL



Manifestação em Coimbra



Propaganda em Faro



Concentração em Sacavém



Plenário na Magde-Alverca



Concentração na Amadora



Concentração em Lourosa



Concentração em Beja



Manifestação em Setúbal

## JORNADA DE LUTA FOI UM ÊXITO!

## Greve Geral contra o pacote laboral

**A** crescente instabilidade social dos dias actuais mostra que o contencioso do trabalho em Portugal, ante a iminente ameaça de uma nova legislação laboral antioperária, está no centro da acelerada ofensiva restauracionista dos monopólios protagonizada pelo Governo Cavaco Silva/PSD e de uma aguda batalha política que no País opõe as forças da Democracia, do Progresso Social e da Paz às forças da reacção, do retrocesso e do capitulacionismo nacional ocupantes do Poder.

O Dia Nacional de Luta de 17 de Março último, convocado pela CGTP-IN, de que neste número do «Avante!» fazemos ampla cobertura, constituiu no plano nacional uma importante jornada de protesto, mobilização e esclarecimento de massas integrada na preparação e organização da Greve Geral do dia 28.

Em formas diversificadas, algumas reveladoras de notável criatividade, muitas dezenas de milhares de trabalhadores de 18 distritos marcaram firme posição de repúdio do pacote laboral cavaquista, manifestaram uma adesão massiva em alguns casos total, à Greve Geral, afirmaram de maneira generalizada a sua disposição de luta contra os projectos legislativos inconstitucionais do Governo.

Mais de meia centena de concentrações e desfiles e de 90 greves e paralisações em 18 distritos, muitas delas participadas a 100%, cerca de 500 plenários, cortes de estradas em alguns pontos como forma de sensibilização do público, dezenas de milhares de postais endereçados ao Primeiro-Ministro postos em marcos do correio ou em urnas especiais colocados em locais de maior afluência popular, vigílias, «cordões» e outras acções que envolveram mais de 100 000 trabalhadores, permitiram verificar como na classe operária cresce a oposição à política cavaquista, como amadurece entre o povo a convicção de que só um potente movimento de massas pode travar os intentos antipopulares do Governo do PSD e do grande patronato e como, na base do repúdio generalizado da política laboral do Governo, os trabalhadores e outras classes, camadas e sectores sociais se estão divorciando de maneira crescente do cavaquismo governante.

**C**avaco, que várias vezes nos últimos dias se pronunciou de maneira pejorativa e fanfarrona dentro e fora do País, nas suas deambulações pelos Estados Unidos e Inglaterra, sobre a luta dos trabalhadores portugueses e particularmente sobre a Greve Geral — que no dia 28 recolhe a convergência da CGTP-IN e da UGT — não hesitou, porém, em recorrer a métodos repressivos e ilegais para obstar ao alargamento da contestação laboral e social à sua política.

A requisição civil por um mês, ilegal e injustificadamente decretada pelo Governo no próprio dia 17 contra os trabalhadores do Metropolitano de Lisboa a cumprirem de maneira unânime uma greve previamente limitada às 24 horas daquele dia, é indicativa do desespero dos governantes, do seu desrespeito pelas normas constitucionais e pelo exercício legal do direito universal à greve

que a Constituição portuguesa outorga aos trabalhadores.

O balanço da movimentação do Dia Nacional de Luta e a dinâmica que criou para a preparação e organização da Greve Geral de segunda-feira revelou que a política do Governo não é geradora da «paz social» que Cavaco Silva apregoou nas suas tristes deambulações por Inglaterra e que para o povo português no momento actual não existe a «paz social» mas sim a desestabilização e insegurança social generalizadas.

Está hoje claro para o povo trabalhador que a «viragem histórica», bombasticamente proclamada pelo Primeiro-Ministro no Porto no último dia de Fevereiro, que irá «mudar a face do País» e o «conjunto de reformas» com que pretende «destruir o colectivismo e a estatização instalados em 1975» têm no âmago, como vínculo principal, o agravamento das condições de vida dos trabalhadores, a completa supressão da estabilidade no emprego (confessada pelo ministro Peneda para quem o quis ouvir), o crescente desequilíbrio na distribuição dos rendimentos do trabalho a favor do grande capital.

**A** imagem do «governo sério», que as hostes cavaquistas fabricaram para a equipa governante do PSD, começa a esboçar-se perante a sua agressividade de classe e a sua política de compadrios geradora da alta corrupção capitalista, a sua falsificação dos números e das estatísticas ao sabor das conveniências, com a composição artificial de um panorama económico, social e financeiro não correspondente à realidade actual.

Com base numa previsão falaciosa do aumento de 6% na taxa de inflação o Governo fez aprovar no Conselho de Concertação Social um Acordo de Rendimentos para 1988 que a CGTP se recusou a subscrever. O PCP, em nota da sua Secção de Informação e Propaganda denunciou aliás as recentes declarações do ministro Cadilhe «confirmando» este número: para que ele fosse real seria necessário que até ao fim do ano a inflação fosse de... 0,0%! As próprias últimas previsões oficiais admitem já uma taxa para o ano em curso, superior a 7,5%. As exigências da delegação da CGTP, na última reunião do Conselho, no início da semana, para ser alterada, na base das previsões actuais da taxa de inflação, as que foram antes estabelecidas para a contratação colectiva no Acordo de Rendimentos, são completamente justas e mostram o acerto da recusa anterior da CGTP em subscrevê-lo, ao contrário do que então havia feito a UGT.

A posição actual do PS nesta matéria e do próprio Torres Couto, como reconhecendo a falsificação dos números do Governo, são uma indicação positiva que vem reforçar a justeza da posição anteriormente assumida pela CGTP-IN.

Nas suas bravatas no Porto em 19 de Fevereiro o Primeiro-Ministro, na afirmação de que a Greve Geral anunciada para o dia 28 de Março «não lhe tirava nem uma hora de sono», disse-se

«convencido de que a maioria dos 4 milhões de portugueses estará a trabalhar se vier a concretizar-se a Greve Geral». Para um economista, Cavaco Silva cometeu um erro de palmatória e uma escandalosa manipulação das Estatísticas pretendendo confundir os números da população activa, de facto superiores a 4,5 milhões de pessoas, com o dos trabalhadores por conta de outrem que se contabilizam apenas em 2,8 milhões de portugueses. Cavaco prepara-se para dizer que se os 4,5 milhões não pararem a Greve Geral é uma derrota!...

No desdobrável que o PSD está a distribuir aos milhões pelo País fora, fazem-se deslocadas comparações com a legislação laboral de 6 países da CEE (Espanha, RFA, Holanda, França, Bélgica e Reino Unido) silenciando os abismos da segurança social que nos separam. Principalmente não diz que os salários médios dos trabalhadores portugueses representam apenas 40% dos de Espanha, 15,5% dos da RFA, 12% da Holanda, 17,7% da França, 13% da Bélgica, 20% do Reino Unido!

Os falsários do PSD e do Governo cavaquista não têm o mínimo respeito pela verdade nas suas «prestidigitações» aritméticas, enganando torpemente o povo português.

**O** pacote laboral que o Governo pretende impor, como peça essencial do seu projecto de restauração dos monopólios, está merecendo o repúdio geral dos trabalhadores, do conjunto das forças democráticas, de entidades e sectores sociais muito vastos.

É positivo que ontem, numa confirmação da justeza das energias e reiteradas denúncias da CGTP a que vieram acrescentar-se as da UGT — e até de uma parte dos TSD — o PS tenha interpellado o Governo na Assembleia da República sobre esta matéria, depois do reiterado desmascaramento que tem sido feito na tribuna da Assembleia pelos deputados comunistas.

O pacote laboral que o Governo e a sua maioria parlamentar domesticada querem impor a curto prazo aos trabalhadores portugueses é hoje contestado pela imensa maioria dos trabalhadores e do povo.

A Ordem dos Médicos, dando o seu apoio à greve decidida pelos sindicatos de médicos e enfermeiros, as declarações do actual Provedor da Misericórdia — que declarou a inadaptação «da proposta de legislação laboral do Governo à realidade portuguesa» e denunciou «o risco de reconstruir em Portugal um patronato arbitrário e uma classe trabalhadora sem qualquer defesa» — as firmes posições contestatárias das organizações operárias católicas e as críticas da própria Igreja Católica ao pacote laboral, exprimem-se na grande adesão que a Greve Geral de 28 está recolhendo no seio dos trabalhadores.

Os «avisos de greve» abrangem já 152 sindicatos filiados na CGTP-IN, 51 dos 57 da UGT, dezenas de sindicatos independentes com um contingente superior a 200 000 filiados, devendo referir-se a participação da greve dos trabajado-

# Resumo

## 16

### Quarta-feira

Em véspera da Jornada Nacional de Luta, dirigente da CGTP afirma que esta constituirá um «poderoso impulso para a Greve Geral convocada para o próximo dia 28 de Março» ■ O relatório sobre segurança interna apresentado à Assembleia da República não inclui nenhuma informação sobre os Serviços de Informação e é completamente omissa quanto a acções antiterroristas ■ Por iniciativa da Associação de Amizade Portugal-Cuba, realiza-se em Lisboa, na Casa do Alentejo, uma sessão, muito participada, de denúncia das manobras dos EUA contra Cuba, tentando apresentar este país socialista como violador de direitos humanos ■ O Exército do Panamá neutraliza uma tentativa de golpe dirigida pelo chefe da Polícia Nacional, coronel Leonidas Macias ■ O Ministério da Defesa da Nicarágua desmente que o exército nicaraguense tenha invadido as Honduras ■ Gorbachov apresenta, em Belgrado três propostas da URSS destinadas a reduzir a tensão no Mediterrâneo.

a situação impõe» ■ O governo recebe finalmente o Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas. Em comunicado da estrutura sindical sublinha-se a satisfação pelo seu reconhecimento «como legítimo representante dos trabalhadores» ■ Por iniciativa da Comissão Distrital de Beja do Partido Comunista Português, realiza-se um encontro entre uma delegação deste partido e uma outra do Partido Socialista, para um debate sobre a situação no distrito ■ O presidente Daniel Ortega ordena às Forças Armadas que se mantenham em situação de alerta máximo e a postos para fazer frente a qualquer tentativa de invasão.



## 19

### Sábado

Em entrevista à Antena Um da RDP, Álvaro Cunhal sublinha a importância de que o PS «não entre em entendimentos com o PSD para a revisão de partes fundamentais da Constituição e que fazem parte da estrutura do Estado e do regime democrático» ■ A Comissão dos Direitos da Mulher do Parlamento Europeu, apro-

vens», quer para os que têm trabalho, quer para os que procuram o primeiro emprego, quer para os contratados a prazo ■ Na Irlanda o IRA reivindica o assassinato de dois soldados das forças britânicas de ocupação do Ulster, mortos quando se encontravam junto do cortejo fúnebre de um militante daquela organização, também assassinado ■ Os soldados de Israel são formalmente autorizados a disparar balas reais contra manifestantes palestinos que lancem garrafas incendiárias ■ Nicarágua apresenta protesto formal junto de governo das Honduras contra bombardeamentos aéreos de território nicaraguense.

## 21

### Segunda-feira



CGTP-IN considera que «deve ser alterada a base da contratação colectiva» em virtude de a inflação estar a subir, conforme é confirmado pelos próprios números divulgados pelo Instituto Nacional de Estatístico ■ O grupo parlamentar comunista divulga relatório de balanço em que se sublinha ter sido o PCP o partido que apresentou mais projectos de lei ■ Governo da Nicarágua e representantes dos «contras» iniciam em Sapoá, perto da fronteira da Costa Rica, uma fase de negociações directas. O ministro da Defesa da Nicarágua anuncia simultaneamente que o exército respeitará uma trégua nos dois dias de conversações ■ Para assinalar o 28.º aniversário do massacre de Sharpeville, centenas de milhares de negros entram em greve na África do Sul, apesar das medidas repressivas adoptadas pelas autoridades fascistas ■ Tropas norte-coreanas entram em estado de alerta devido à realização de manobras militares conjuntas de tropas da Coreia do Sul e dos EUA.

## 22

### Terça-feira

# GREVE GERAL

Mais de dois milhões de trabalhadores de todos os sectores de actividade estão já abrangidos por pré-avisos da greve geral da próxima segunda-feira; os 152 sindicatos da CGTP-IN que aderiram à luta e sindicatos independentes representam, no seu conjunto, um milhão e 700 000 trabalhadores; a estes se juntam os trabalhadores representados por 51 dos 57 sindicatos da UGT que também já subscreveram o pré-aviso, entre os quais os bancários e seguros ■ François Mitterrand anuncia publicamente que se candidatará a um segundo mandato presidencial nas eleições a duas voltas que se realizarão em 24 de Abril e 8 de Maio próximos ■ George Schultz e Edward Schevardnaze, responsáveis pelas diplomacias dos EUA e da URSS, inauguram em Washington um centro para a diminuição dos riscos de deflagração de um conflito nuclear.

res Bancários, do Comércio e Escritórios, dos Seguros, da Função Pública, ombreado com os da Indústria, da Agricultura e dos Serviços.

O Governo, com as suas «prestidigitagens aritméticas» procura esvaziar a importância da Greve Geral de segunda-feira como grande contestação da sua política.

A Greve Geral de segunda-feira perspectiva-se desde já na sua preparação e no número e qualidade das adesões como um assinalável êxito e uma barreira que é imperioso manter e solidificar contra os projectos de imposição de uma legislação laboral inconstitucional e atentatória dos direitos e garantias sociais dos trabalhadores pelo Governo cavaquista.

**P**ode o Governo PSD/Cavaco Silva «não ceder nem um milímetro», como afirmou o Primeiro-Ministro, que uma realidade política é já iniludível: o Governo está em queda substancial na sua base de apoio nas eleições de 19 de Julho; agrava-se «o conflito insanável entre a política do Governo PSD/Cavaco Silva e os interesses de grande parte dos que nele votaram nas últimas eleições» — como se sublinha na Resolução Política do CC do PCP de 24 de Fevereiro —, acentua-se de maneira crescente a falta de correspondência entre a base parlamentar maioritária do Governo e a sua base popular em declínio.

Nas Jornadas Parlamentares do PCP de segunda e terça-feira, com um balanço positivo da luta dos comunistas no plano institucional, foi definido todo um plano de acção parlamentar do PCP, de defesa intransigente do regime democrático face à contra-revolução legislativa desencadeada por Cavaco e o seu partido.

A defesa da Constituição, a imperiosa necessidade de impedir uma revisão constitucional destruidora do regime democrático, implícita nos projectos do PSD e do CDS, exige a convergência dos partidos democráticos na Assembleia da República, exige que todos os órgãos e mecanismos institucionais sejam mobilizados e ganhos para travar a ofensiva restauracionista da direita governante.

Constituiria um acto inqualificável contra a democracia se o projecto de revisão constitucional do PSD pudesse contar com a aprovação ou o «consenso» do PS.

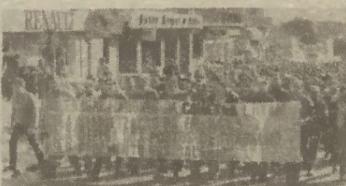
O chefe do grupo parlamentar do PSD disse há poucos dias, num descarado namoro aos socialistas, que «esperamos (o PSD) que o PS tenha sentido patriótico e de responsabilidade e que faça um esforço para se conseguir esse consenso».

Os democratas têm o direito de esperar que o PS tenha a sabedoria política para não morder o isco do PSD e para convergir com os outros partidos democráticos na defesa da nossa ordem constitucional e do regime democrático.

Para esse supremo objectivo são conhecidas as disponibilidades dos comunistas e a sua confiança de que a Greve Geral do dia 28 constituirá um passo de importância decisiva nessa necessária convergência.

## 17

### Quinta-feira



Centenas de milhar de trabalhadores participam da jornada nacional de luta contra o pacote laboral convocada pela CGTP, englobando cerca de 60 concentrações em todos os distritos do País, centenas de paralisações e greves de duração variável (incluindo os transportes de Lisboa), vigílias e acções de protesto e esclarecimento, 700 plenários de empresa. Carvalho da Silva comenta que a jornada «ultrapassou as melhores expectativas» ■ A execução da sentença de morte dos «seis de Sharpeville», é adiada por um mês, na sequência de amplos protestos internacionais ■ Começa em França o período eleitoral com a publicação do decreto que convoca os eleitores para a escolha do próximo presidente da República num escrutínio a realizar em duas voltas, em 24 de Abril e 8 de Maio ■ Estados Unidos enviam 3200 soldados para as Honduras, numa clara provocação contra a Nicarágua. A Nicarágua pede às Nações Unidas e à Organização dos Estados Americanos o envio de uma missão conjunta para verificar no local a situação nas fronteiras.



va em Madrid um projecto de resolução sobre a situação da mulher em Espanha e Portugal em que se considera que, apesar das garantias legais, na prática há discriminação ■ Delegação portuguesa, incluindo o marechal Costa Gomes, Carlos Candal e Silas Cerqueira, parte para Praga, para participar na reunião anual da presidência do Conselho Mundial da Paz ■ Soldados israelitas assaltam o hospital de Ramalah, na Cisjordânia, prendendo dez doentes palestinos e visitantes, o que originou uma greve de braços caídos por parte dos médicos.

## 20

### Domingo



Realiza-se «caminhada de protesto» contra o alargamento do Campo de Tiro de Alcochete e as instalações militares do campo de tiro ■ Seminário da JCP debate pacote laboral. Na síntese das conclusões, é sublinhado que «esta proposta de pacote laboral é tipicamente desvantajosa para os jo-

## 18

### Sexta-feira



Em conferência de imprensa efectuada em Lisboa, o Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior da Juventude Comunista Portuguesa afirma que «a gravidade dos problemas do Ensino Superior exige uma resposta estudantil com a força e expressão que

# Avante!

Proletários de todos os países - UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa  
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa  
CODEX  
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
Av. Santos Dumont, 57-3.º  
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Livreira,  
SARL, Serviços Centrais: Av.  
Santos Dumont, 57 - 2.º -  
1000 Lisboa  
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa  
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:  
Alcargova de Baixo, 13 - 7000 Évora  
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:  
Rua 1.º de Dezembro, 23 -  
8000 Faro  
Tel. 24417

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto:  
R. Miguel Bombarda, 578 -  
4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:  
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra  
Tel. 28394

ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º  
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 - Venda Nova  
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Alameda SI.º António dos Capuchos,  
6-B - 1100 Lisboa. Tel.  
77 69 36/77 67 50

Porto - Rua do Almada, 18-2.º,  
Esq.º  
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem do mês de Fevereiro: 27 887 exemplares

# Semana

Segunda-feira

Avante!

Ano 58 — Série VII  
N.º 743

24 de Março de 1988

2.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Aderir, apoiar, cumprir a greve geral nacional

As formas de participação neste período preparatório da greve geral da próxima segunda-feira não primam apenas pelo entusiasmo e o vigor da adesão. Sobressaem principalmente as declarações no sentido de **cumprir** a greve a nível nacional.

Mas são também significativas e dão provas concretas de unidade as posições de adesão, apoio e solidariedade de sindicatos representativos ou não, que se sentem na obrigação de intervir da melhor forma contra o forte perigo que representa uma aprovação legislativa do pacote laboral.

Bastava durante esta semana passar os olhos pelos pré-avisos e esclarecimentos publicados talvez às centenas em muitos jornais para se perceber o alcance quase **plebiscitário** desta greve anunciada para o próximo dia 28. Eram de esperar hesitações e mesmo recuos de algumas direcções sindicais que manifestaram já publicamente a sua adesão à greve geral.

São direcções que não têm primado pela defesa da unidade por objectivos comuns. Mas nesta acção, que se afigura decisiva, a unidade prevaleceu numa extensão que poucos seriam capazes de prever.

Não queremos dizer com isto que essa unidade tenha inteiros reflexos na acção propriamente dita e para a realização da qual faltam ainda quatro dias, com dois de fim-de-semana a interromper, de certo modo, esse período de mobilização e esclarecimento. Mas o **facto da unidade** é indesmentível desde já.



Magde, 17/3

Há em todos os sectores da vida nacional trabalhadores de todas as profissões e categorias profissionais capazes de entender a **necessidade** de uma acção de luta deste tipo num momento decisivo e num ano decisivo, em que o Governo cavaquista promete **não só este**

**pacote**, mas uma série deles tão extensa e grave que pode pôr os adversários da revisão constitucional perante o facto consumado de não haver nada a rever porque já nada resta da Constituição. Seria essa uma situação limite, que aqui é apresentada como

hipótese, mas a verdade é que não estamos perante uma simples acção política, como o Governo pretende dar a entender ao falar desta greve anunciada para a próxima segunda-feira. Para além da capacidade de mobilização unitária de que o movimento sindical já deu provas no seu

todo, independentemente das opções de toda a ordem da parte dos sindicatos e dos filiados que apoiam e aderem à greve de 28, há que sublinhar a **movimentação social** contra as leis do trabalho na versão Cavaco/88 onde até a falta de confiança num quadro técnico pode motivar um despedimento com justa causa, como o Sindicato dos Médicos sublinhou e bem.

A justa causa adquiriria uma extensão tal que mesmo os contratos a prazo passariam a fazer parte da estabilidade do emprego, pois o patronato, as empresas públicas, e mesmo a Função Pública, já não precisariam de qualquer espécie de **contrato**, nem de qualquer prazo para despedir e contratar. Mas seria reduzir o perigoso alcance do

pacote laboral ficar apenas pela ilimitada capacidade de despedir.

O pacote vai muito mais fundo e pretende, como já em todo o lado foi afirmado e tornado a afirmar, atingir a própria capacidade de resposta organizada que aos trabalhadores cabe como direito constitucional.

Além do desprezo frontal pelas leis do País e inclusivamente pela nossa

lei fundamental, a Constituição, o pacote, além de um atentado, é uma mordalha que poderia não só tapar a boca, mas estrangular o movimento sindical forte e organizado que temos em Portugal.

Nenhum trabalhador consciente dos seus interesses e daqueles que defende na sua própria família, na sua própria empresa, pode ficar indiferente à greve geral.



Amadora, 17/3

Consequências biológicas e climáticas de uma guerra nuclear.

Um alerta dos cientistas

a noite seguinte...

Direcção de Evgueni Velikhov.  
vice-presidente da Academia das Ciências da URSS

edição ilustrada  
182 págs. — 950\$00

edições  
Avante!



## Forte mobilização

### A greve geral já é!

A greve geral que ainda não foi já é.

Embora o silêncio que a rodeia e a cobre, por parte de alguns órgãos de comunicação, se venha adensando à medida que a data se aproxima. O que deixa prever, das duas uma: ou que no dia 28 alguns jornais falem de coisas importantíssimas como os arrufos dos príncipes de Inglaterra; ou que a Televisão corra a entrevistar Cavaco para ele dizer que, «como acabaram de ver» a greve não foi seguida e toda a gente trabalhou cheia de vontade.

Isto apesar da acertada decisão do Sindicato dos Jornalistas que, ao apelo da CGTP e também da UGT, marcou a greve de modo a permitir que os meios de comunicação não fiquem apenas nas mãos e nas vozes dos indefectíveis e obrigados cavaquistas, para que se não repita a vergonha de 1982 (lembrem-se das crónicas de então na rádio?).

No entanto, a greve já é.

E até vem nas páginas dos jornais.

Mesmo daqueles que são capazes de dizer o contrário nas primeiras páginas. Ou daqueles que pensam silenciá-la por completo. Já repararam nos anúncios pagos de pré-aviso de greve?

O movimento é tão forte que anteontem já se contabilizavam cerca de dois milhões de trabalhadores abrangidos pelos pré-avisos.

Aos motivos concretos que levam os trabalhadores à greve junta-se a própria força da convergência entretanto verificada que ultrapassa já qualquer veleidade que tenham ainda algumas direcções de sindicatos divisionistas. A vontade de participar neste poderoso movimento de protesto contra o «pacote laboral» e os perigos que este encerra para os trabalhadores é tal que mesmo algumas direcções que muito gostariam de fazer o frete a Cavaco se viram na obrigação de publicar o pré-aviso.

A greve geral já é.

Cavaco, entretanto, procura descansar os seus apaniguados. Mesmo que alguns destes desertem, podem os outros contar com ele. No dia 28, ele vai trabalhar.

E afirma isto com desfaçatez.

Como se agarrasse na lancheira, de madrugada, para se enfiar nas bichas dos eventuais «alternativos».

Como se picasse o ponto logo de manhã.

Como se a sua liberdade e direitos de «trabalhador» estivessem ao mesmo nível.

Como se ele fosse um sindicalista.

Como se ele fosse um trabalhador.

Como se o seu «trabalho», em vez de desgraça, miséria e discriminações, produzisse riqueza, emprego e desenvolvimento para o País.

Ele bem pode ir, de carro blindado, para o seu lugar de Primeiro-Ministro.

Na certeza de que nenhum trabalhador lho agradece.

Na certeza de que os trabalhadores acham que mais valia que ele estivesse quieto.



Amadora

Compreende-se que o Governo não queira ver a maré viva de protestos que a sua política — e muito especialmente o pacote laboral — está a provocar em todo o país. Compreende-se que o ministro Silva Peneda e outros personagens da mesma área queiram a todo o custo fazer crer à opinião pública que isso das greves é só em Lisboa e só nos transportes públicos. Compreende-se, até porque estes governantes já nos habituaram a vê-los fechar os olhos, por exemplo, às ilegalidades e abusos do patronato. Compreende-se... Mas, senhores, tende paciência! Uma coisa é o que vós desejais, outra coisa são as realidades do Portugal de Abril!

O dia nacional de luta contra o pacote laboral e em defesa dos interesses dos trabalhadores mostrou — por muito que a Televisão e certa imprensa tentassem esconder — que se verifica em todos os sectores de actividade e em todas as regiões um grande empenhamento do movimento sindical unitário e uma forte mobilização dos trabalhadores para a greve geral de dia 28 e para as lutas que seja necessário travar para que o Governo retire os seus objectivos de alteração às leis laborais.

Naturalmente que na região de Lisboa se registou a movimentação mais intensa, envolvendo milhares de trabalhadores.

#### Lisboa

Segundo um balanço da União dos Sindicatos de Lisboa, verificaram-se paralisações em 48 empresas metalúrgicas, químicas, de hidratos de carbono, de transportes, das indústrias eléctricas, da construção civil.

Em todo o distrito de Lisboa realizaram-se plenários em dezenas de empresas dos sectores já referidos e também da hotelaria (por exemplo, um plenário no hotel Sheraton, com a participação de 300 trabalhadores em 326), dos gráficos, do Muni-

cípio de Lisboa, do sector de bebidas, dos têxteis, da portaria e vigilância.

Milhares de pessoas participaram ainda noutras acções um pouco por toda a região da capital. Foi muito bem recebida, como noutros pontos do país, a iniciativa dos sindicatos do comércio, escritórios e serviços, que instalaram no Rossio um grande marco do correio onde foram recolhidos cerca de 10 mil postais ao Primeiro-Ministro exigindo a retirada do pacote laboral. No coração de Lisboa foram ainda distribuídos milhares de documentos à população esclarecendo os objectivos do pacote e as justas razões do protesto e da luta dos trabalhadores contra tais projectos.

Em Loures, Loures Ocidental, Sacavém, Odivelas, Vila Franca de Xira, Alverca, Póvoa de Santa Iria, S. Domingos de Rana, Cacém, Amadora, Algés e Torres Vedras realizaram-se concentrações e desfiles de trabalhadores, tal como no largo das Fontainhas, no largo Baptista Russo e na Praça do Município.

O desfile de cerca de 3 mil trabalhadores de várias empresas da Venda Nova para a Câmara Municipal da Amadora levou à interrupção do trânsito; o mesmo sucedeu em Loures Ocidental (para onde a GNR fez deslocar cerca de 20 homens), em Odivelas, em Vila Franca, Alverca.

No Barreiro mais de 5 mil pessoas participaram na concentração realizada quinta-feira à tarde no parque Catarina Eufémia; no mesmo dia realizaram-se por todo o distrito de Setúbal plenários de trabalhadores em várias empresas.

Também na cidade de Setúbal cerca de 5 mil pessoas vieram à rua. Realizaram-se ainda concentrações em Almada, Cruz de Pau, Montijo e Alcochete.

Concentrações-vigília em Évora, Montemor-o-Novo e Arraiolos assinalaram neste distrito o dia nacional de luta; milhares de trabalhadores manifestaram o seu repúdio pelos pacotes laboral e agrícola e a sua firme disposição de prosseguir o combate em defesa da reforma agrária (está em preparação a marcha para Lisboa, que deve chegar a S. Bento no dia em



Sacavém



Lisboa (Rossio)

Trabalhadores

# em todos os sectores e regiões



Marinha Grande

que se iniciar o debate do pacote agrícola). Após a concentração de Évora, na Praça do Sertório, frente à Câmara Municipal, realizou-se um desfile pelas ruas da cidade.

Largas centenas de pessoas responderam ao apelo da União dos Sindicatos de Beja e concentraram-se quinta-feira à tarde junto à sede desta estrutura da CGTP-IN, exigindo a retirada dos projectos governamentais de alteração às leis laborais e agrícolas. No dia nacional de luta realizaram-se ainda por todo o distrito plenários de empresa e diversas iniciativas de esclarecimento. Enquanto decorria a concentração de Beja, realizava-se idêntica iniciativa em Serpa.

Um milhar de ferroviários manifestaram no plenário realizado dia 17 no Entroncamento a sua adesão à greve geral; no distrito de Santarém, ainda durante o dia nacional de luta contra o pacote laboral, realizou-se um plenário que reuniu duas centenas de trabalhadores dos CTT. Cem dirigentes e activistas da união e de vários sindicatos do distrito levaram a cabo uma jornada de esclarecimento junto de trabalhadores de dezenas de empresas de Abrantes, Torres Novas, Tomar, Chamusca, Alpiarça, Benavente, Alcanena, Cartaxo, Rio Maior e Santarém.

Em Faro, Lagos, Portimão, Olhão e Vila Real de Santo António a união e os sindicatos do Algarve levaram a

cabo diversas acções de esclarecimento da população sobre as consequências da pretendida aprovação do pacote laboral. De manhã realizaram-se plenários e concentrações de trabalhadores em empresas.

Depois de vários plenários de empresa, realizou-se na Praça Stephens, na Marinha Grande, uma concentração de trabalhadores integrada no dia nacional de luta contra o pacote laboral. Além de outras iniciativas no distrito de Leiria, nomeadamente greves muito participadas em algumas grandes empresas, destaque-se a concentração realizada em Caldas da Rainha, na Praça Rainha D. Leonor, que foi a maior dos últimos anos nesta cidade, com forte participação de jovens.

## Braga

Com a União dos Sindicatos de Braga subscrevem o pré-aviso de greve geral no distrito 33 organizações sindicais representativas, mais 10 do que as que subscreveram o pré-aviso de Fevereiro de 1982 — informou a comissão distrital de greve, constituída pela USB, pelos sindicatos mais representativos (filiaados ou não na CGTP-IN) e pela comissão coordenadora das CT's do distrito.

A comissão de greve está a realizar reuniões sobre a greve geral e o pacote laboral com autarquias, direcções dos principais partidos demo-

cráticos e organizações ligadas à Igreja (como a LOC e a JOC); também teve já uma entrevista com o arcebispo de Braga. Personalidades públicas do distrito estão a subscrever um manifesto de apoio à greve geral e de repúdio pelo pacote laboral. A própria Assembleia Municipal de Braga aprovou no sábado uma moção assumindo idêntica posição.

O apoio à greve geral de 28 de Março ficou bem demonstrado também durante as acções do dia nacional de luta contra o pacote laboral e em defesa dos direitos dos

trabalhadores. Uma assembleia pública de dirigentes, delegados e activistas sindicais e membros de CT's de todo o distrito reuniu à tarde junto ao coreto da avenida central de Braga; de seguida os sindicalistas foram em desfile até ao Governo Civil, onde entregaram uma moção rejeitando o pacote laboral e exigindo que o Governo o abandone. Plenários em grandes empresas (como a Grundig, a Mabor, a Rodoviária Nacional), meetings e numerosas acções de esclarecimento (e uma votação pública) marcaram também o dia 17 no distrito de Braga.

## Viseu

Meia centena de delegados e dirigentes sindicais de Viseu integraram a marcha de protesto promovida pela União dos Sindicatos do distrito no dia 17 de Março e que teve um percurso de 45 quilómetros.

Esta acção integrou-se nas «24 horas de alerta» contra o pacote laboral. Os sindicalistas partiram da Companhia Portuguesa dos Fornos Eléctricos, passando por Urgeiriça, Nelas e Mangualde, em direcção ao Rossio de Viseu, onde funcionou durante todo o dia um «ponto de encontro da unidade» e onde se realizou ao fim da



tarde uma concentração com mais de 300 pessoas (foto).

Na Empresa Nacional de Urânio (Urgeiriça) decorria um plenário no momento da passagem da marcha de protesto. Os trabalhadores da ENU decidiram acompanhar a marcha até à EN n.º 2. No Rossio, além das várias ini-

ciativas de esclarecimento que dali partiram, foram recolhidas mais de 500 assinaturas contra as alterações que o Governo e o patronato pretendem introduzir nas leis dos despedimentos, dos contratos a prazo, do lay-off e da protecção aos representantes dos trabalhadores.

## Coimbra

Pela primeira vez efectuaram-se em Coimbra 4 concentrações de trabalhadores no mesmo dia, que convergiram para a Praça 8 de Maio; daqui mais de 5 mil pessoas seguiram em manifestação até à Ponte de Santa Clara, transportando urnas e archotes. A envergadura da manifestação levou a que fosse cortado o trânsito na estrada nacional.

Também integrados no dia nacional de luta contra o pacote laboral, 400 ferroviários concentraram-se junto da delegação do Ministério do Emprego na Figueira da Foz.

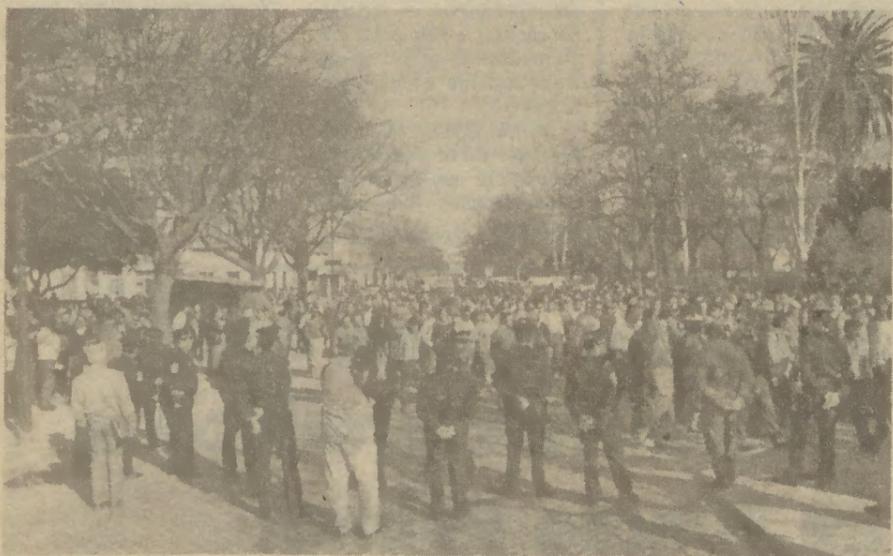
Em todo o distrito de Coimbra pelo menos 4 mil trabalhadores paralisaram no dia 17 de Março, em mais de



25 empresas de diversos sectores. Uma nota de imprensa da União dos Sindicatos de Coimbra/CGTP-IN destaca as paralisações efectuadas na A. Batista de Almeida, na Simões Pereira e na Solum (construção civil), nas Fábricas Triunfo, na

Estaco, na Abel Machado, na Domingos Campos e Campos, na CP e nos CTT.

Na Paça 8 de Maio dois grandes marcos do correio recolheram milhares de postais endereçados ao Primeiro-Ministro repudiando o pacote laboral.



Setúbal

## Porto

O Dia Nacional de Luta assumiu, no distrito do Porto, formas muito diversificadas nas quais, segundo um primeiro balanço da USP/CGTP, participaram muitas dezenas de milhar de trabalhadores (calcula-se que ultrapassam os 50 mil). Grandes acções de protesto em nove localidades, cento e cinquenta plenários de empresa, paralisação (com particular expressão no sector metalúrgico), distribuições de documentos à porta das empresas, colagens e outras acções de agitação nas ruas deram expressão do generalizado repúdio dos trabalhadores contra o pacote laboral e do apoio massivo à greve geral marcada para 28 de Março.

De assinalar, pelo seu

maior impacto, as acções de rua em Vila Nova de Gaia — quinhentos trabalhadores desfilaram desde Santo Ovídio até aos estúdios da RTP/Monte da Virgem, em protesto contra a não cobertura das lutas dos trabalhadores e iniciativas sindicais; Amarante — mais de quatrocentos trabalhadores concentrados à porta da TABOPAN decidiram e concretizaram o corte, durante duas horas, da estrada nacional Porto/Vila Real e conseguiram que a administração aceitasse a proposta dos trabalhadores sobre recebimento de salários em atraso na unidade de Vila Pouca de Aguiar; Matosinhos — depois de se concentrarem junto ao Mercado de Matosinhos, mais de mil trabalha-

dores desfilaram até ao Centro de Emprego, onde uma delegação entregou um documento de protesto contra o pacote laboral; Vila do Conde — cerca de 300 trabalhadores concentraram-se junto à Câmara e cortaram, durante 15 minutos, o trânsito na estrada Porto/Póvoa; Porto — durante o período normal de laboração concentraram-se muitas centenas de trabalhadores, após a realização de plenários nas respectivas empresas, na Praça da Liberdade, e desfilaram pela «baixa».

Na Trofa, Santo Tirso e Felgueiras realizaram-se acções de rua, de distribuição de documentos e de esclarecimento dos trabalhadores.

## Aveiro

«A interessada e entusiástica participação de milhares de trabalhadores» no dia nacional de luta — afirma a União dos Sindicatos de Aveiro num comunicado de imprensa sobre a jornada de dia 17 — «reforça ainda mais a convicção da oportunidade e do êxito da greve geral do dia 28».

Em S. João da Madeira várias centenas de pessoas estiveram na concentração promovida pelas estruturas sindicais; em Lourosa, mais de mil trabalhadores desfilaram até à estrada nacional n.º 1 e cortaram o trânsito em sinal de protesto contra o pacote laboral (foto).

Muitos dos plenários e meetings realizados em zonas de empresas (Fontes,



CTT, Rabor, Hospital de Aveiro, Sachs, Quimigal, Cermica de Mealhada, Califa, Cortadoria Nacional do Pelo, Empresa Industrial de Chapelaria, Fepsa, Vieira Araújo e outras) foram os mais participados de sempre.

Dirigentes e activistas dos sindicatos e da união distrital distribuíram milhares de comunicados nas principais

empresas e localidades; na capital do distrito e noutros locais funcionaram bancas de rua; em Águeda e Rio-meão realizaram-se plenários de dirigentes, delegados e activistas sindicais, também com elevada participação. Já no dia 18 realizou-se um plenário distrital de sindicatos que debateu a preparação da greve geral.

## Trabalhadores

# Transtejo

## Não vale intimidar

Não vale a pena intimidar os trabalhadores, pois ninguém conhece melhor o alcance dos seus interesses, quando apoiam uma paralisação como foi a do dia 17. Na Transtejo, houve, no entanto, um «clima intimidatório» na passada quinta-feira. Segundo a comissão negociadora sindical (CNS) daquela empresa transportadora fluvial, o conselho de gerência (CG) enviou cartas a alguns trabalhadores, «no sentido de os obrigar a trabalhar».

A CNS acrescenta que essas cartas violam o direito constitucional ao exercício da greve e que a intimidação sobre trabalhadores em algumas embarcações chegou até a pôr em prática tentativas de provocação contra «dirigentes sindicais».

A CNS da Transtejo, que alude, por outro lado, «à onda de desmobilização promovida por alguns, talvez pelo desejo de voos mais altos», continua a referir-se à paralisação da passada quinta-feira, sublinhando o «clima repressivo existente, motivado pela permanência da polícia de intervenção, PSP e polícia marítima».

Num comunicado emitido no próprio dia 17, onde se chama a atenção para o facto de a **ofensiva exigir resposta adequada**, a CNS da Transtejo dirige-se a **todos os trabalhadores** e principalmente àqueles que, talvez por insuficiência dos sindicatos que compõem a CNS, «**não ficaram esclarecidos dos sérios perigos que advêm para a sua estabilidade**».

**de de emprego, para as suas liberdades e direitos democráticos, caso o pacote laboral seja aprovado, conforme a fome repressiva do Governo assim o deseja».**

### Fome repressiva

Os representantes sindicais da CNS utilizam no seu comunicado a expressão «fome repressiva» porque lhes parece, e é, suficientemente caracterizadora, e sem excessos, do que se passa com as tentativas de legislação que o Governo insiste em impor aos trabalhadores portugueses. O apetite realmente é tanto que se transforma em fome.

Os chamados serviços mínimos têm sido sempre garantidos pelos trabalhadores em greve e nunca houve necessidade de recorrer a manobras de intimidação na empresa para que fossem efectuados. O mesmo já não acontece é quando o próprio Governo define e impõe ao conselho de gestão quais são esses serviços mínimos, desarticulando a greve.

A CNS da Transtejo recorre aos trabalhadores, que porventura se tenham deixado intimidar, que o clima criado na Transtejo, na passada quinta-feira, é «apenas um pequeno volume» daquilo que preconiza o pacote laboral. Aos que foram trabalhar por falta de esclarecimento, os sindicatos da CNS prometem implicitamente continuar a mostrar o que significa efectivamente para todos os trabalhadores a legislação proposta pelo Governo Cavaco.

Sobre a repressão no dia 17, a CNS revela que «a PSP estava em aparato (é o termo que utiliza) em Cacilhas, a Polícia Marítima estava nos pontões e nas pontes dos barcos, não para zelar pela segurança das embarcações, nem das tripulações e dos passageiros, mas para intimidar».

**Nós vimos, não inventámos, nem sonhámos** — sublinha a CNS da Transtejo — **marinheiros da empresa, no pontão da estação do cais da Alfândega, a saltarem de bordo, ainda com o barco em andamento, para cima dos pontões, para apanharem os cabos de atracação, por falta de apanha cabos, que estavam em greve. A Polícia Marítima viu; mas a sua missão a bordo era tudo menos a de zelar pela segurança; e, por isso, deixou andar».**

Mas os trabalhadores **não podem deixar andar!**

A CNS diz com razão que, se o pacote for aprovado, a gestão pode invocar amanhã um precedente para despedir todos os **apanha cabos**, invocando «a necessidade de extinguir o posto de trabalho ocupado pelo trabalhador, fundada em motivos económicos, tecnológicos, estruturais ou de mercado».

A CNS da Transtejo, como tem acontecido com todas as empresas onde as lutas se desenvolvem paralelamente à mobilização, faz um forte e decisivo apelo à participação em massa de todos os trabalhadores da empresa na greve geral nacional da próxima segunda-feira.

### Recordar os termos da lei da greve

A FESTRU (Federação dos Sindicatos dos Transportes) lembrava, entretanto, que «a definição de serviços mínimos, tal como a segurança de bens e equipamentos, compete aos trabalhadores em greve e aos respectivos sindicatos», nos precisos termos da própria lei da greve.

Quaisquer manobras ilegais são de rejeitar, principalmente lá onde o Governo já as experimentou na passada quinta-feira e lá também onde continuam válidas as propostas sindicais apresentadas há tempo suficiente para o Governo as ponderar e sobre elas negociar, como seja, o abandono puro e simples do pacote laboral e, segundo a FESTRU, «respondendo favoravelmente à proposta de acordo que lhe foi apresentada (apresentada ao Governo) há dois meses».



Um dos baluartes da luta sindical

## Setúbal

### (Congresso da USS)

## Um sim vigoroso à greve geral

O 2.º Congresso da União dos Sindicatos de Setúbal, que aprovou, na sexta-feira e no sábado da semana passada, os seus documentos orientadores e elegeu o conselho nacional para o próximo triénio, deu um **sim vigoroso à greve geral**, convocada para o próximo dia 28, e manifestou expressamente o seu repúdio pelo pacote laboral.

Um dos pontos mais importantes do novo programa de acção diz respeito à necessidade de fortalecer o movimento sindical, tornando-o «**coeso, organizado, interventivo e socialmente alargado**».

Dos cinco pontos mais salientes do programa há ainda a destacar, além da luta pela paz, «indispensável ao desenvolvimento e ao progresso social», a luta pelo «desenvolvimento ao serviço dos trabalhadores e das populações».

Manuel Carvalho da Silva, que interveio no final dos trabalhos, em que participaram 340 delegados, referiu-se à política que tem levado o dis-

trito de Setúbal a uma situação de pobreza, quando se trata de uma região de «grande riqueza em comparação com qualquer outro distrito» e acusou a estratégia da direita de pretender levar à destruição a Reforma Agrária e as nacionalizações, boicotando, a favor dos monopólios nacionais e estrangeiros, o aproveitamento dos recursos e riquezas naturais.

Perante os convidados estrangeiros, dirigindo-se aos congressistas, Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, destacou as grandes potencialidades do distrito («privilegiado e fabulosamente rico»), bem como a «grande riqueza» constituída por «uma mão-de-obra industrial preparada, uma classe operária organizada e consciente de que é indiscutível factor de estabilidade e indispensável motor de desenvolvimento».

Entre os convidados nacionais e estrangeiros, incluíam-se os camaradas espanhóis das Comisiones Obreras e da União dos Sindicatos da Catalunha.

## Nunca houve requisições em greves gerais

A requisição civil, que das onze vezes em que foi aplicada nem uma só vez passou sem protesto da parte dos trabalhadores e dos seus sindicatos, tem-se transformado numa arma contra o direito à greve. Recorde-se que ela foi sempre imposta por governos de contra-revolução legislativa, a partir de 1977.

Esse instrumento contra a greve nunca deveria ser aplicado sem prévia consulta e adesão dos representantes sindicais.

Mas vale a pena avivar a memória sobre a aplicação da requisição civil:

- **14 de Fevereiro de 1977** — São atingidos os trabalhadores da **marinha mercante**. A requisição é utilizada pela primeira vez e dura apenas 48 horas. Mário Soares era primeiro-ministro do primeiro governo constitucional, isto é, o primeiro formado depois de aprovada a Constituição de 1976.

- **23 de Junho de 1977** — Aplicada pelo mesmo governo contra o que se designou por «**greve do lixo**». Os **trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa** lutavam nessa altura por reivindicações salariais e compensações por «alto risco».

- **28 de Julho de 1977** — Da responsabilidade do segundo governo constitucional, teve por alvo os trabalhadores da **marinha mercante** (pessoal navegante técnico e navegante comercial).

- **16 de Setembro de 1977** — Nova requisição decretada pelo mesmo governo contra os mesmos trabalhadores por motivo da mesma greve.

- **11 de Fevereiro de 1979** — Decretada pelo governo Mota Pinto contra os **trabalhadores dos TLP** que na altura já le-

# GREVE GERAL

vavam cumpridos três dias de greve por reivindicações salariais.

- **17 de Abril de 1980** — Contra os trabalhadores da **Petrogal** (produção e direcção-geral da refinaria). Requisição da responsabilidade do governo Sá Carneiro-Freitas do Amaral. Os trabalhadores estavam em greve por reivindicações salariais.

- **9 de Agosto de 1981** — Requisição contra **trabalhadores da CP** filiados no Sindicato dos Maquinistas. Da responsabilidade do VII governo constitucional chefiado por Pinto Balsemão.

- **30 de Março de 1983** — É ainda um governo Balsemão e o alvo é ainda a **CP**. Houve despedimentos de trabalhadores que não acataram a requisição civil.

- **19 de Julho de 1986** — Na **Petroquímica**, Cavaco Silva requisita 150 trabalhadores. Estavam em greve há cinco dias. Considerou-se que as reservas nos gasómetros da EDP estavam «abaixo do ponto crítico».

- **8 de Fevereiro de 1988 e 17 de Março do mesmo ano** — Na **Carris** e no **Metro**, respectivamente.

Nunca houve **requisições** em greves gerais.

## Sindicatos avisam contra Presumíveis proibições na Função Pública

Os sindicatos dos trabalhadores da função pública reuniram os seus delegados sindicais dos vários locais de trabalho na passada sexta-feira, em Lisboa. Uma das advertências que fizeram contra «**processos de intimidação**» diz respeito a «ameaças com marcações de faltas injustificadas; proibição de reuniões; proibição de piquetes de greve; proibição de permanência dos trabalhadores em greve nos locais de trabalho; e ainda os boatos do costume». Pondo de parte, por agora, os boatos, deve chamar-se a atenção, como fazem os delegados sindicais da Função Pública, que «nada disto pode ter efeito, pois é ilegal». Não quer dizer que os boatos sejam «legais». Não são, como se sabe, legais, nem ilegais; são boatos e devem ser combatidos. Quanto aos outros processos de intimidação, cabe aos trabalhadores e trabalhadoras

honestos e esclarecidos não se deixar intimidar, respondendo ao apelo dos seus sindicatos e das respectivas federações.

Nas **instruções gerais de greve**, aprovadas naquele plenário da sexta-feira passada, a direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores indica a dado passo que, «embora os trabalhadores em greve possam permanecer nos seus locais de trabalho, não picando ou não assinando o ponto, pelas características desta greve (greve geral), que abrange todos os trabalhadores portugueses, achamos preferível não comparecerem nos seus locais de trabalho».

Nas «instruções» a que o «Avante!» teve acesso reafirma-se que «**o direito à greve está garantido aos trabalhadores da Função Pública, da Administração Central, Regional e Local, da Previdência (actualmen-**

**te, Segurança Social), IPSS (Instituições particulares de solidariedade social) e Casas do Povo**».

Entre outros esclarecimentos úteis sobre a greve geral, que poderão ser obtidos junto de delegados e outros activistas sindicais, as «instruções gerais de greve», aprovadas no passado dia 18, sublinham:

**Os delegados, activistas sindicais e membros das comissões de trabalhadores deverão, sempre que possível, comparecer nos locais de trabalho, com vista ao esclarecimento e mobilização dos trabalhadores, nomeadamente dos que não tenham ainda aderido à greve»,** e para fornecer dados aos sindicatos.

Todos os sindicatos de todos os sectores dos serviços públicos aderiram, apoiaram e apelaram ao cumprimento da greve geral da próxima segunda-feira, em todo o País.

Trabalhadores

# Ilegalidade e violência patronal deparam com Justiça incapaz

Segundo informação recente do STADE, dos 309 processos que enviou para tribunal desde 1980 até meados de Março findo, apenas 38 por cento tinham sido resolvidos. As dificuldades já verificadas nos últimos anos, no que respeita à justiça em geral e particularmente à justiça no trabalho (morosidade, inacessibilidade, etc.), veio juntar-se ultimamente a subida desabalada das custas judiciais, que teve incidência directa nos casos que transitam pelos sindicatos e pelos juízes sociais. Entretanto, continuam a verificar-se casos graves de ilegalidade em empresas, chegando até à violência armada contra dirigentes e outros activistas sindicais.

O STADE (Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora) tem protestado ultimamente contra o facto de agora, entrando em vigor as novas custas, os juízes sociais só poderem intervir em processos de montante igual ou superior a 2 mil contos.

Anteriormente os juízes sociais intervinham, ou podiam exercer as suas funções em processos de valor igual ou superior a 400 contos. No que respeita aos sindicatos agrícolas, na prática, os juízes sociais deixarão de intervir, pois só muito dificilmente haverá processos que atinjam aquela verba de 2 mil contos.

## Pela consagração legal da existência dos juízes sociais

O mesmo STADE promovia entretanto, em Évora, na Sociedade Operária Joaquim António Aguiar, uma reunião de quatro dezenas de juízes sociais, designados para o período de 1988/89.

Das conclusões entre as quais figura naturalmente a

condenação do aumento imoderado das custas dos processos, «já amplamente contestadas e repudiadas pelo povo português» — escreve o Sindicato — destaca-se o apoio à «consagração legal da existência de **juízes sociais do trabalho**», que são cidadãos eleitos para intervir, ao lado dos magistrados de carreira, no julgamento de determinadas causas de carácter laboral.

Recorda o STADE que essa **consagração legal** «tem sido de limitado alcance».

No entanto, segundo aquele Sindicato, é necessário ter em conta «o profundo significado pedagógico e progressivo desta instituição democrática», havendo que «reforçar e aproveitar a todos os níveis as possibilidades de provocar a sua intervenção nos processos pendentes».

Na mesma reunião, advertiu-se contra «quaisquer medidas governamentais que visem uma eventual criação de tribunais de trabalho de âmbito distrital», devendo-se, pelo contrário, defender a

descentralização do acesso à justiça laboral.

Por outro lado, decidiu-se apoiar a criação de «**tribunais arbitrais de âmbito concelhio**», inspirados, por exemplo, adianta o STADE, nas experiências e na tradição dos «**juízes de paz**», o que aliviaria os tribunais das «pequenas causas ou daquelas em que os interessados estivessem de acordo em submeter-se à sua apreciação».

Notícias recentes sobre violência nas empresas tornam ainda mais premente a necessidade de reforçar a justiça laboral. Além do caso mais grave de Valongo, de que trataremos a seguir, ainda recentemente um dirigente sindical era esfaqueado por um representante do patrão, dentro de uma empresa de S. João da Madeira.

Segundo nota da União dos Sindicatos de Aveiro, o dirigente sindical Manuel Graça, ferido com uma facada num braço, teve que receber tratamento hospitalar. O dirigente sindical limitava-se a exercer na empresa actividades legais, quando foi agredido pelo sócio-gerente Capela, da fábrica de calçado Nautilus, com uma faca de sapateiro.

A União dos Sindicatos de Aveiro, que repudia evidentemente este atentado e se solidariza com o dirigente ferido, destaca que «a atitude assumida pelo sócio-gerente Capela mais não é do que o prelúdio do tipo de relações que o patronato gostaria de poder estabelecer com a lei dos despedimentos — pacote



Aspecto da reunião dos juízes sociais em Évora

laboral — se acaso viesse a ser aprovada».

## Em vias de extinção 11 juízes dos tribunais de trabalho

Sabia-se entretanto que o Governo se prepara para extinguir onze dos quinze juízes dos tribunais de trabalho de Lisboa. A CGTP considera tal medida escandalosa, um atropelo que não se pode admitir. Diz a Central unitária que, tendo cada juízo em média «cerca de onze mil processos», isso significa, a ser levado a cabo, que «onze mil processos vão sobrecarregar os quatro juízes que permanecerão».

Para a Inter, que protesta

frontalmente contra essa anunciada medida do Governo, trata-se de «mais uma fase na destruição da justiça em Portugal». A CGTP-IN acrescenta que essa fase começou com a lei orgânica, «continuou com o estatuto dos funcionários, sofreu fortíssimo abalo com o agravamento inoportuno das custas e, agora, com a extinção de tribunais».

Para tratar deste caso, a CGTP pediu uma audiência ao ministro da Justiça.

Ainda sobre o chamado **pacote de justiça**, a Federação dos Empregados do Comércio e Serviços (FEPCES) ampliou recentemente a discussão sindical em volta do caso com questões que considerou de «extrema importância para os trabalhadores», como seja a problemática das garantias patrimoniais e dos privilégios creditários, bem como a problemática do horário de trabalho e do descanso semanal.

Segundo nota do secretariado nacional da FEPCES, que reuniu recentemente em Lisboa, a nível nacional, advogados e funcionários dos contenciosos dos sindicatos nela filiados, foi chamada a atenção para «a **generalização ilegal de falsos contratos de prestação de serviços a encapotar verdadeiros contratos de trabalho e para a consequente passagem dos já célebres «reclibos verdes», cuja venda não é controlada pelas repartições de finanças — mais uma forma «ilegal e sofisticada» de precarização de trabalho, a par da contratação a prazo, sublinha a direcção da FEPCES.**

## Homicídio na CIFA

«Por que é que as forças policiais são sempre usadas contra os trabalhadores e nunca contra o patronato que tira o pão à boca de quem trabalha, que desbarata e encerra as empresas, continuando a divertir-se e a gozar sem que nada aconteça?»

A interrogação, pertinente, é feita num comunicado de organizações representativas dos trabalhadores da CIFA

distribuído há duas semanas em Valongo, já depois de interrompido *sine die* o julgamento de um soldado da GNR acusado de homicídio de um trabalhador em 1983.

Há 5 anos, no dia 27 de Janeiro, uma força da GNR carregou sobre trabalhadores da CIFA que se dirigiam de Sobrado para a Câmara Municipal de Valongo, numa acção que tinha por objectivo protestar contra a falta de pagamento de salários. «Ao justo protesto dos trabalhadores, que apenas defendia o seu pão, foi respondido com uma violenta carga da GNR que, sem qualquer diálogo, se abateu sobre os trabalhadores, à bastonada e a tiro, perseguindo-os até bem longe do local onde se encontravam e deixando um grande número de feridos e um morto» — lembra o comunicado do Sindicato Têxtil do Porto, do Sindicato dos Químicos do Norte e da comissão intersindical da CIFA.

Mas, alertam estas organizações, «**Justiça não é só identificar um soldado da GNR**». E questionam: «Quem são os verdadeiros responsáveis? Quem enviou para Valongo uma numerosa força de choque contra os trabalhadores sem salários? Quem deu ordens para investir brutalmente contra os trabalhadores? Quem deu ordens para disparar?»

Iniciado 5 anos depois dos acontecimentos e da queixa apresentada pelos trabalhadores e os sindicatos, o julgamento foi interrompido e não foi ainda divulgada a data em que recomeçará. «É lamentável que a justiça seja tão lenta, mas continuamos atentos ao evoluir do julgamento e confiamos que seja feita justiça» — afirma-se no comunicado.

As organizações sindicais alertam ainda os trabalhadores da CIFA para a necessidade de contactarem os sindicatos e estarem atentos ao evoluir do processo judicial com vista ao arranque da laboração através da gestão controlada, uma vez que é provável a marcação a curto prazo de uma **assembleia de credores** onde será discutida a viabilização da empresa.

## Equimetal ameaçada de falência pelo IPE

Os metalúrgicos, representados pelos seus sindicatos, designadamente o do Sul, com sede no Barreiro, protestam contra a desactivação da Equimetal que se prolonga, por decisão do IPE (Investimentos e Participações do Estado), desde 1985.

Na prática, com a criação da Metalgest, é a falência da Equimetal que se perfila no horizonte. De resto, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica e Metalomecânica do Sul recorda que foi a mesma Metalgest que propôs, como accionista maioritária da Equimetal, a gestão controlada desta empresa, que ainda possui instalações em Sines, no Barreiro e no Porto.

O Sindicato chama a atenção para o facto de, «se o IPE não apresentar uma proposta no tribunal, para ser apreciada e votada pelos credores até 14 de Março» (a data já lá vai), a Equimetal ir à falência.

Até essa data, a gestão da empresa continuava a depender de um administrador judicial.

A falência afectará naturalmente os postos de trabalho e o Sindicato dos Metalúrgicos recorda que a Equimetal produz bens e equipamentos necessários ao País.

## Governo reconhece sindicato dos EFFAs

O secretário de Estado da Defesa reconheceu que «o Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, face aos acordãos do Tribunal Constitucional, é uma realidade» — informou a comissão directiva do sindicato (numa nota de imprensa distribuída pela CGTP-IN) depois de uma reunião com aquele membro do Governo, no dia 16 —, pelo que, «como legítimo representante dos trabalhadores, irá ser ouvido sobre a futura legislação a aplicar».

O secretário de Estado comprometeu-se a desenvolver esforços para que os estatutos do sindicato sejam publicados — informa-se na nota — e afirmou que a

existência do sindicato nos EFFAs não é um problema nem deve ser considerada uma situação anormal.

A reunião de dia 16 — que durou hora e meia e foi a primeira entre o sindicato e um membro do Governo — destinava-se a tratar questões como legislação a criar para os trabalhadores do sector, carreiras profissionais, aumentos salariais para 1988, regalias sociais. O secretário de Estado da Defesa assumiu o compromisso de reunir novamente com o sindicato «logo que os assuntos em estudo estejam numa fase mais adiantada».

## 1.º Encontro do MDM no distrito de Castelo Branco

As condições de trabalho das mulheres são cada vez mais difíceis no distrito de Castelo Branco — concluiu o 1.º Encontro distrital do Movimento Democrático de Mulheres, reunido no dia 13 de Março na Covilhã.

Nas conclusões aprovadas afirma-se que «a situação das mulheres do distrito é cada vez mais difíceis. A situação das trabalhadoras no sector têxtil, e particularmente nas confecções, é gravíssima, com horários de escravas, salários muito baixos, ritmos de trabalho sobre-humanos».

Considerando o pacote laboral como «um violento atentado ao direito ao trabalho, que, a ser aprovado, iria causar grande instabilidade às famílias que vivem do trabalho, sendo as mulheres as maiores vítimas», o encontro apela à mobilização para «uma intervenção activa» na luta contra os projectos governamentais de alteração às leis laborais.

Foi exigida a revogação do decreto-regulamentar 36/87, a «lei das baixas», que — lê-se nas conclusões do 1.º Encontro do MDM de Castelo Branco — «atinge particularmente as mulheres nos seus direitos e necessidades». No encontro foram ainda discutidas outras questões, como a revisão da Constituição, a participação nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, a mudança de mentalidades em relação ao papel da mulher na sociedade, a situação do ensino e a importância de uma maior intervenção do MDM no distrito.

## Trabalhadores

# Proeza única no movimento

O pacote laboral cavaquista conseguiu uma proeza única na história do movimento sindical depois do 25 de Abril. Aconteça o que acontecer no próximo dia 28, a mobilização sindical para a greve, principalmente com a jornada de 17 e a adesão dos principais sindicatos de quadros superiores e médios do País, fez brilhar uma forte luz de unidade, no seu sentido mais legítimo, mais eficaz: conseguir ligar na acção estratos e mesmas camadas profissionais pouco afeitas a pôr de parte as suas opções ideológicas e as suas simpatias sindicais para enfrentar um verdadeiro atentado aos fundamentos constitucionais do regime em unidade com trabalhadores assalariados que, embora em grande número, dificilmente conseguiram até agora ter ao seu lado outros assalariados, como eles é certo, mas longe de entenderem o significado de uma luta desta natureza. De hoje até à próxima segunda-feira, o Governo, proceda como proceder, terá que enfrentar uma **unidade na acção** que morde nas próprias raízes do seu projecto maior: destruir a Constituição de Abril, mesmo a reformulada ao gosto dos reprivatizadores.



Na Saúde, o protesto atinge limites que estão para além do pacote laboral

## Indignação dos médicos Apoiam as lutas e marcam duas greves nacionais

Os sindicatos médicos têm vindo a manifestar indignação perante algumas atitudes do Governo e principalmente contra o pacote laboral.

Numa nota passada quinta-feira, o sindicato do Sul mantinha todas as lutas anunciadas, aderiu à greve geral e destacava as duas

greves nacionais dos médicos, anunciadas para os dias 8 de Abril e 6 de Maio. Outros quadros superiores se têm manifestado contra o pacote laboral e destacado principalmente, como fez o dirigente dr. Mário Jorge em recente intervenção pública, a ameaça que para esses quadros representa designadamente a alegada **perda de confiança**, como motivo para despedimento individual.

Sobre a greve geral marcada para o próximo dia 28, a direcção do Sindicato dos Médicos da Zona Sul (SMZS), reunida para tomar posição sobre esse assunto, decidiu na passada quinta-feira, 17, «considerar justas e fundamentadas as apreensões da generalidade dos trabalhadores e suas estruturas representativas face às medidas que o Governo pretende aplicar» e que o SMZS acha «brutalmente lesivas dos

seus interesses e aspirações».

Numa segunda alínea sobre o mesmo ponto, o Sindicato do Sul chama a atenção para «a enorme gravidade do conteúdo do pacote», que exige — é o termo utilizado — «**uma demonstração inequívoca de repúdio**», impedindo a aplicação dessas leis.

Num terceiro ponto da nota saída da reunião do SMZS, destaca-se ainda que «os médicos têm razões mais que suficientes para manifestar a sua indignação pelo que se está a passar».

A decisão de aderir à greve geral do próximo dia 28 destina-se, segundo os dirigentes do SMZS, a contribuir para o «bom êxito desta importante acção sindical, em conjunto com todos os sectores e camadas profissionais».

### Duas greves nacionais

De acordo com o calendário distribuído à imprensa na passada quinta-feira, a luta dos médicos inclui duas greves de âmbito nacional, nos dias 8 de Abril e 6 de Maio próximos.

Transcreve-se o referido calendário:

**Dia 8/4/88** — Dia de greve nacional; **Dia 13/4/88** — Greve nos distritos de Coimbra e Portalegre; **Dia 14/4/88** — Greve nos distritos de Lisboa e Viana do Castelo; **Dia 15/4/88** — Greve nos distritos do Porto e Castelo Branco; **Dia 20/4/88** — Greve nos distritos de Faro e Braga; **Dia 21/4/88** — Greve nos distritos de Leiria e Évora; **Dia 22/4/88** — Greve nos distritos de Viseu e Santarém; **Dia 26/4/88** — Greve nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores; **Dia 27/4/88** — Greve nos distritos de Beja e Vila Real; **Dia 28/4/88** — Greve nos distritos de Guarda e Bragança; **Dia 29/4/88** — Greve nos distritos de Aveiro e Setúbal; **Dia 6/5/88** — Dia de greve nacional.

## Os bancários vão aderir

Com o título de «**Os bancários vão aderir**», os trabalhadores comunistas da banca fazem um apelo específico a «uma grande greve geral» no sector. Em Lisboa, o respectivo Organismo de Direcção do PCP faz notar junto de todos os bancários que as medidas governamentais para as empresas nacionalizadas, «nas mãos dos conselhos de gestão, constituiriam um regabofe na condenável política de pessoal que se verifica na maior parte das empresas do sector bancário».

### As intenções cavaquistas para a banca

De acordo com o pacote laboral e com outra legislação que prepara ou anuncia, o Governo pretende, como sublinham os bancários comunistas, **reduzir a influência dos trabalhadores e das suas organizações de classe (sindicatos e comissões de trabalhadores), seguindo o figurino da senhora Thatcher**. Isto para «vender à iniciativa privada, em primeiro lugar, o sector nacionalizado mais rendível da nossa economia» e «indemnizar os ex-banqueiros», se qualquer protesto das organizações mais directamente afectadas, na medida em que representam, em maior ou menor grau, os trabalhadores da banca.

É preciso não esquecer, frisa o **Organismo de Direcção dos Bancários de Lisboa do PCP** (não é, como se sabe, uma estrutura sindical), que não é apenas o pacote laboral que está em causa. É preciso combater e

reforçar a luta contra as **privatizações; fundos de pensões; reformas compulsivas; alterações à lei sindical; alteração da lei das comissões de trabalhadores**.

Para o organismo dos bancários de Lisboa, se as medidas ou os projectos do Governo fossem por diante na totalidade, os conselhos de gestão e o patronato em geral ficariam em seu poder com instrumentos deste alcance: **despedir e transferir pessoal, abusivamente; usar discricionariamente o poder disciplinar; coagir psicologicamente e apro-**

**fundar o exercício das pressões profissionais; instalar o medo e a repressão; retirar direitos adquiridos e subverter as convenções colectivas de trabalho; impor tectos salariais, reduzindo ainda mais o poder de compra dos trabalhadores**. Dirigindo-se a **todos os trabalhadores sem excepção**, dentro do apelo específico que se dirige à banca, aquele Organismo do PCP apela a que «**se unam em torno dos seus problemas específicos e gerais**».

Mas impõe-se também, se-

gundo o mesmo Organismo do PCP que os trabalhadores da banca «**elejam dirigentes honestos, competentes e coerentes para as suas organizações de classe**» (sindicatos, CTs e restante estrutura sindical); que «**manifestem, nas pequenas e grandes lutas, a sua determinação, não só em defender aquilo que constitui a herança altamente positiva do 25 de Abril, como também actuem no sentido do aperfeiçoamento das leis vigentes e da melhoria das suas condições de vida e de trabalho**».



No princípio desta semana, podia dar-se quase por completo o âmbito da mobilização dos bancários a nível sindical

Trabalhadores

# sindical

## Ensino privado e IPSS

# Professores com salário reduzido efectuam hoje jornada de luta

Os professores do ensino particular e cooperativo e das instituições privadas de solidariedade social — que viram os seus salários substancialmente reduzidos com a aplicação do imposto profissional sem a integração da respectiva compensação nas remunerações — realizam hoje uma jornada nacional de luta.

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, contactado pelo «Avante!», informou que vai elaborar uma nota, para distribuir aos pais dos alunos, a explicar os motivos da luta dos docentes. Nos diversos estabelecimentos de ensino — e tendo em conta as condições concretas em cada um deles — vão realizar-se reuniões de professores para discutir a situação e aprovar moções e telegramas aos responsáveis governamentais.

Hoje, cerca das 16.30, uma delegação vai contactar

os grupos parlamentares e entregar ao presidente da Assembleia da República uma cópia dos abaixo-assinados que circularam entre os professores; entretanto, outros docentes estarão nas galerias da sala onde reúne o plenário da AR.

As 18 horas uma delegação dos professores do ensino particular e cooperativo e das IPSS vai à residência oficial do Primeiro-Ministro para entregar os abaixo-assinados.

Uma delegação de docentes do ensino privado e

membros do secretariado nacional da Federação Nacional de Professores foi já recebida na semana passada por uma assessora do Primeiro-Ministro para a educação; esta responsável, segundo uma nota da FENPROF, demonstrou compreensão pelos problemas expostos e comprometeu-se a informar o chefe do Governo da situação existente no ensino particular e cooperativo e nas IPSS.

Além da diminuição das remunerações, foram também colocados à dr.ª Margarida Pereira outros problemas, cuja resolução os professores reclamam desde há muito tempo: as reformas e a contagem do tempo de serviço para esse efeito; a revisão da PRT das instituições



A adesão à greve geral foi aprovada no dia 17 numa assembleia de delegados sindicais do SPGL. Os professores têm participado activamente noutras jornadas de luta, como as manifestações contra o pacote laboral (foto do desfile da Avenida da Liberdade, em Lisboa, dia 6 de Fevereiro)

privadas de solidariedade social, em vigor desde 1985 sem qualquer reajustamento; a não implementação de cursos de complemento de habilitação para os professores do ensino primário sem Magistério que, recorda-se na nota da FENPROF, ainda constituem a maioria neste grau de ensino das escolas privadas.

«Os trabalhadores das IPSS do distrito de Setúbal têm muitas razões para lutar» — afirmava por sua vez a direcção do Sindicato da Função Pública do Sul e Açores, num comunicado em que apelava à participação na jornada de dia 17 e na greve geral. Entre essas razões, o documento refere a revisão da PRT, exigida aos vários governos ao longo de mais de dois anos, e a equiparação às condições já usu-

fruídas pelos trabalhadores das instituições congéneres oficiais.

### FENPROF debate formação em serviço

Os sindicatos da Federação Nacional de Professores estão a realizar reuniões em todo o País para discutir o projecto de decreto-lei que pretende definir as linhas orientadoras da profissionalização dos docentes do ensino preparatório e do ensino secundário.

Considerando o tempo dado pelo Ministério da Educação «bastante limitado» (o projecto foi enviado a 7 de Março, com pedido de parecer até dia 29), a Federação sublinha a importância da matéria e apela aos professores provisórios e em for-

mação (1.º ano) para participarem na discussão.

O Sindicato dos Professores do Norte marcou plenários distritais para o Porto (ontem) e Vila Real (hoje); o sindicato da Região Centro efectuou reuniões em Viseu, Coimbra e Lamego (anteontem) e tem marcada uma reunião para hoje em Aveiro.

O SPGL marcou para hoje uma assembleia regional do Sul de Setúbal (15 horas, escola secundária de S. Julião) e para amanhã em Caldas da Rainha (14 e 30, escola secundária Rafael Bordalo Pinheiro); no dia 21 efectuou-se a assembleia regional de Lisboa e Setúbal. Ainda hoje, o sindicato da Grande Lisboa reúne na sua sede acompanhantes da prática pedagógica e ex-delegados à profissionalização em serviço.

## Função Pública tem razões de sobra para lutar Administrativos concentram-se hoje à tarde no Rossio

No quadro da luta que vêm desenvolvendo pela revalorização da sua carreira profissional, os trabalhadores administrativos da função pública efectuam hoje uma concentração nacional no Rossio, às 18 horas. A Federação Nacional e os sindicatos da Função Pública, que efectuaram uma série de plenários nos locais de trabalho durante o dia 17, estão a mobilizar os TFPs para uma adesão em massa à greve geral de segunda-feira contra o pacote laboral e afirmam que «há razões de sobra para lutar»

A adesão à greve geral fora já decidida, como o «Avante!» noticiou, durante o 3.º Congresso da Função Pública, que terminou no dia 11 de Março. A Federação, no apelo que distribuiu, recorda que «lutar contra o pacote laboral é lutar pela defesa dos interesses e direitos dos TFPs, porque:

- é lutar contra a criação de excedentes e a extinção e privatização de organismos a fim de provocar despedimentos e passar trabalhadores da função pública para o regime privado;

- é lutar contra a contratação de pessoal com vínculos precários e sem respeito pela obrigação do concurso público e direitos fundamentais destes trabalhadores;

- é lutar pelo direito ao trabalho, especialmente dos jovens, que, na função pública, são contratados quase só como *tarefeiros*;

- é lutar pela segurança no trabalho e contra as perseguições aos representantes

dos trabalhadores, dado que nesta matéria o pacote se aplicaria directamente à função pública».

Nas, para além do pacote laboral e das consequências da sua aprovação para os TFPs, há outras razões para lutar. A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública aponta a «falta de diálogo e solução para os problemas do sector» que têm marcado a acção do Governo e recorda, a propósito, a imposição de um aumento salarial de apenas 6,5%, o não cumprimento da promessa de redução dos horários de trabalho, a recusa de negociar a reestruturação das carreiras profissionais, a falta de aplicação do diploma de carreiras de 1985 (DL 248/85) a grande parte dos organismos e a instabilidade e precarização do emprego público, com o recurso sistemático a admissões em regime precário e o envio de centenas de trabalhadores para o quadro de excedentes.

### Trabalhadores administrativos

Os trabalhadores administrativos da função pública realizam hoje uma concentração nacional, às 18 horas, no Rossio, e deslocam-se depois à Secretaria de Estado do Orçamento, onde deverão ser entregues os abaixo-assinados com as suas

reivindicações, de que sobressai a revalorização da carreira profissional.

O secretário de Estado do Orçamento «não revela qualquer disposição para debater uma proposta aprovada em milhares de reuniões a nível nacional e ratificada no maior encontro de funcionários públicos realizado nos últimos anos — o 1.º Encontro de Trabalhadores Administrati-

vos» — acusa a FNSFP num comunicado de dia 11 em que faz o ponto da situação. Além da recusa de diálogo por parte do Governo, a federação refere as acções que os trabalhadores administrativos vão desenvolver nos próximos dias.

Para lá da concentração de hoje, dos abaixo-assinados, dos plenários efectua-

dos dia 17 de Março e da greve geral, vão realizar-se plenários distritais de 26 de Março a 4 de Abril para planificar a semana de luta decidida no Encontro de Coimbra para os dias 18 a 22 de Abril. «Nenhum governo ousará ficar indiferente ao crescendo de interesse e dinamismo revelado, já neste momento, pelos administrativos» — conclui a federação.

## TFPs lutam para dignificar a profissão e melhorar os serviços

«No dia 28 de Março vamos participar na greve geral porque queremos dignificar a nossa profissão e queremos melhorar os serviços públicos» — afirma a comissão executiva da Federação da Função Pública (FNSFP) num comunicado à população em que atribui à política de Cavaco Silva a responsabilidade pelas grandes *bichas*, pela baixa qualidade dos serviços e pela falta de resposta às necessidades dos utentes.

Em sectores como o ensino, a saúde, a segurança social — recorda a Federação — faltam instalações, as demoras e os gastos são cada vez maiores; acumulam-se problemas na agricultura, no comércio, na indústria; no que respeita à habitação, «cada vez há menos casas», enquanto «a lei das rendas apenas deu milhões aos senhorios». Perante tudo isto — acusa a FNSFP — o Governo «reduz verbas para a protecção social, pri-

vatiza serviços públicos, transforma direitos em negócios, entrega património do Estado a interesses privados».

Na função pública, entretanto, e apesar das propostas e das lutas dos trabalhadores, o Governo também não actua no sentido de resolver os problemas. No documento da Federação faz-se a descrição de alguns graves aspectos da actuação de Cavaco Silva neste sector:

- é a lei da rolha; os trabalhadores estão impedidos de denunciar as verdades;

- carreiras profissionais desmotivadoras: milhares de trabalhadores estão há mais de 15 anos na mesma categoria;

- trabalho precário: mais de 100 mil trabalhadores (um em cada quatro) têm trabalho incerto e não têm direito à segurança nem à protecção social.

Assembleia da República

Deputados comunistas em Ferreira do Alentejo

Estreitar a ligação com as populações e eleitores, conhecer melhor os seus problemas e anseios, proceder ao levantamento rigoroso da problemática social, económica e cultural de toda a região, continua a ser uma das preocupações que norteia a actividade dos deputados comunistas eleitos pelo círculo de Beja.

Esta feita foi o concelho de Ferreira do Alentejo que ainda há bem poucos dias foi visitado pelos deputados Manuel Filipe e Lourdes Hespanhol, ocasião aproveitada para estabelecer contactos não apenas com eleitos da autarquia local mas também com representantes do Centro de Saúde, da escola secundária, da Cooperativa Agrícola de Vilas Boas, do Lar para a Terceira Idade e da Associação de Beneficiários do Perímetro de Rega de Odivelas.

Sempre acompanhados na sua visita por dirigentes distritais do PCP, entre os quais António Murteira, do Comité Central, os deputados comunistas tiveram ensejo de constatar que o saneamento básico está praticamente concluído em todo o concelho, aguardando-se que a rede de abastecimento de água cubra também toda a área do concelho até finais do corrente ano.

Nestas condições, segundo foi transmitido aos deputados, a preocupação fundamental no momento presente é o desenvolvimento sociocultural e a procura de soluções que possam contribuir para a melhoria do bem-estar das populações.

No encontro que estabeleceram com os trabalhadores da Cooperativa Agrícola de Vilas Boas — hoje com 22 cooperantes a explorarem 707 hectares de terras —, os deputados comunistas puderam constatar a sua força e vontade em defender os postos de trabalho e contribuir para o desenvolvimento e modernização da Cooperativa quer com a introdução de novas culturas quer com a aquisição de novos equipamentos.

Com os emigrantes

Também o deputado comunista António Mota esteve recentemente em Zurique e Amesterdão, cidades onde contactou com núcleos locais de emigrantes portugueses.

Em Zurique, segundo informação chegada à nossa redacção, visitou a Associação Portuguesa de Zurique e o Bairro da Lata onde tomou conhecimento dos problemas e anseios dos nossos compatriotas.

Em Amesterdão, António Mota participou num almoço comemorativo do 67.º aniversário do PCP, com a presença de 150 pessoas, dando ainda uma entrevista para a rádio portuguesa.

Interpelação sobre política agrícola

Entretanto, também os deputados comunistas ligados à agricultura (Alvaro Brasileiro, Lino de Carvalho e Rogério de Brito), acompanhados pelos deputados eleitos pelos respectivos círculos, visitaram nos últimos dias vários distritos das regiões Centro e Norte onde contactaram com organizações de pequenos e médios agricultores, rendeiros, compartes, pequenos proprietários e assalariados rurais.

Estes intensos contactos que levaram sucessivamente os deputados comunistas a visitar Coimbra, Viseu, Régua, Braga e Porto, inseriram-se numa preocupação comum de aprofundar o conhecimento sobre a situação da lavoura portuguesa com vista à interpelação sobre a política agrícola e o pacote agrário, a realizar em sessão plenária da Assembleia da República no próximo dia 5 de Abril.

Em conferência de imprensa realizada no Porto no último fim-de-semana, no final desta deslocação e dos encontros efectuados, os deputados comunistas sublinharam, entretanto, a preocupação geral encontrada nos agricultores e suas organizações quanto ao percurso que tem vindo a tomar a política agrícola do Governo e quanto às nefastas consequências para a agricultura da legislação por ele proposta.

No entender dos deputados comunistas as propostas de lei do arrendamento rural e do emparcelamento levariam a uma instabilidade, insegurança e dependência dos rendeiros em relação aos proprietários-senhórios, considerando, no que diz respeito ao emparcelamento, que a «ausência de mecanismos de reclamação e representação» dos proprietários e rendeiros emparcelados pode conduzir ao eventual «cometimento de injustiças» e de processos a favor dos grandes proprietários.

Quanto aos baldios, segundo foi dito, é unânime a oposição dos conselhos directivos de baldios à alteração da actual lei, tendo os deputados comunistas constatado o «importante surto de progresso social proporcionado pela gestão democrática destas terras comunharias».

A alteração da lei em vigor, sobretudo a retirada da gestão dos baldios aos povos, foi ainda sublinhado, pode permitir a «penetração das grandes empresas de celulose» como sucedeu, por exemplo, em Mortágua onde, disseram, nos últimos dois anos 20% da área florestal está nas mãos das empresas de celulose.

De acordo com as palavras dos parlamentares que realizaram este périplo por terras do interior foi igualmente manifestado o descontentamento dos agricultores em relação à CEE e aos mecanismos de acesso aos tão falados subsídios, ajudas essas que, garantiram, apenas têm beneficiado as grandes explorações. A título de exemplo, no distrito do Porto, só 2,7 por cento dos subsídios atribuídos ao abrigo do reg. 797 foram parar às pequenas explorações familiares.

Para os deputados comunistas este estado de coisas confirma assim a «ausência de uma política agrícola que vise o aumento da produção agrícola nacional, a diminuição do nosso défice agro-alimentar, o aumento dos rendimentos e da segurança dos agricultores».

O conceito de regionalização do Governo: Centralizar e agredir o Poder Local

A apetência centralizadora do Governo de Cavaco Silva evidenciada de diferentes modos na sua política orientada para o asfixiamento da autonomia do Poder Local, para o reforço dos meios de ingerência e direcção central, para o corte de meios financeiros e de limitação da capacidade dos municípios, voltou a ser tema de denúncia na Câmara, tendo desta feita como seu protagonista o deputado João Amaral. Declarações do ministro do Planeamento e da Administração do Território, Valente de Oliveira, em recente Seminário Sobre Regionalização promovido no Algarve pela Associação dos Municípios Portugueses, constituíram o pano de fundo para esta declaração política do deputado comunista no decorrer da qual foi possível com grande nitidez pôr não só a descoberto as reais intenções do Executivo neste domínio como também provar a gravidade das agressões que têm vindo a ser cometidas contra o poder municipal.

Disse o ministro, em síntese, que a regionalização pressupõe o desenvolvimento e que este, por sua vez, exige um poder soberano com capacidade de intervenção decisória. Ou seja, segundo a interpretação de João Amaral, o que o ministro defendeu em nome do Governo foi pura e simplesmente um caminho que aponta «não para a descentralização no processo de desenvolvimento, mas «para a intervenção e para a cen-

traização», pelo que, acrescentou, a «única "regionalização" que concebe como adequada ao pensamento e aos interesses governamentais será a que sob a direcção do poder soberano torna mais «eficaz as suas decisões... de política regional».

Para o deputado comunista esta confissão do ministro vem assim trazer alguma luz à afirmação do Governo de que passou a época das «autarquias das infra-estruturas» para se estar agora no

tempo das «autarquias para o desenvolvimento», ou seja, as constantes agressões contra a autonomia do Poder Local. Elas estão de resto à vista e podem dividir-se, como tratou de sublinhar João Amaral, em cinco direcções principais: no corte de meios financeiros; na transferência de novos encargos e responsabilidades sem a transferência dos correspondentes meios financeiros; em actos de ingerência e desposamento abusivos; na manipulação partidária de instrumentos de tutela; no reforço dos meios de controlo e direcção das autarquias pelo Poder Central.

O corte dos meios financeiros está desde logo, segundo referiu, no próprio Orçamento do Estado, no cálculo do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) — «que em termos reais sofreu um corte nunca inferior a 5 por cento em relação ao FEF do ano anterior», garantiu —, ou ainda, por exemplo, no não pagamento das indemnizações compensatórias aos cinco municípios com serviços de transportes urbanos.

Quanto aos novos encargos sem as respectivas contrapartidas financeiras, recordou-se a transferência para os municípios das competências quanto ao pessoal auxiliar das escolas, dos encargos para as obras de recuperação de imóveis degradados, para as novas responsabilidades com as estradas nacionais ou ainda com a reparação e instalação de tribunais e com a construção de instalações desportivas nas escolas.

Os casos recentes com a Câmara de Gondomar e com os Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto, atestam por sua vez a manipulação partidária da tutela e até onde é capaz de ir o Governo nos seus actos de ingerência e desposamento abusivo.

João Amaral deteve-se por último no que considerou a quinta direcção em que se desenvolve a actuação do Governo contra o Poder Local — o reforço do sistema de controlo e direcção centrais dos municípios — chamando designadamente a

atenção para os projectos legislativos anunciados. Tais projectos, na sua totalidade, disse, «apontam para a marginalização das autarquias do processo de decisão, para a imposição de modelos definidos centralmente e centralizadamente e para o aumento das atribuições das autarquias e limitações gravíssimas à sua autonomia».

«É esta a tal concepção das "autarquias para o desenvolvimento", concluiu, sem deixar um comentário final: «autarquias que em vez de planearem e, sendo caso disso, concertarem políticas intermunicipais e regionais para o desenvolvimento — tal como é o desejo das autarquias do País — em vez disso, seriam obrigadas a aceitar modelos do Ministério e, paulatinamente, iam sendo transformadas em extensões do Poder Central controladas pelas CCR's e dirigidas por uma apertada malha de directivas, falsos planos, regulamentos, ingerências técnicas e financeiras — e por que não, à velha moda, por circulares dos governos civis...».

Relatório sobre Segurança Interna Uma mão cheia de preocupantes omissões

«Era forçoso que este fosse o primeiro relatório sobre a situação do País em matéria de segurança interna. Não era, porém, obrigatório que fosse tão primário e menos ainda que primasse nas suas esquadras 28 páginas, por um vasto conjunto de chocantes omissões, silêncios, equívocos, simplismos e conclusões sem base». As palavras são do deputado comunista José Magalhães e traduzem, em síntese, a primeira conclusão a tirar do relatório sobre segurança interna analisado faz hoje uma semana pelo plenário da Assembleia da República.

Particularmente relevantes, entre as omissões apontadas, as relativas aos Serviços de Informação bem como as referentes a outras acções antiterroristas como o tráfico de armas, sendo ainda de assinalar a completa omissão relativamente a outras matérias como seja a actividade das empresas de segurança ou as seguranças sectoriais.

Cumprindo embora a obrigação legal de enviar um relatório ao Parlamento, o referido documento não deixa contudo de ser manifestamente insuficiente, como o debate acabou por comprovar, quanto à elaboração e balanço das actividades exercidas durante o ano passado, designadamente as respeitantes ao combate antiterrorista.

Ao contrário da interpretação dada pelo Governo, o ano de 1987 foi aliás considerado por José Magalhães não como um «ano de ouro para as liberdades e tranquilidade dos cidadãos», mas, sim, como um «ano de chumbo, parteiro de perigos que hoje são ainda mais visíveis».

Enumerando-os, citou a consumação de um processo «não de mera coordenação mas de verdadeira centralização de todas as polícias»

sob a autoridade única de um ministro; a montagem e o accionamento dos diversos serviços de informações em moldes que não respeitam e exorbitam os limites legais; o reforço e alargamento das áreas de intervenção do Serviço de Estrangeiros com perda de funções da Guarda Fiscal; a identificação das ligações da polícia portuguesa com polícias estrangeiras em moldes que podem conduzir a novas formas de devassa da vida privada dos cidadãos; a crise da Polícia Judiciária; a inadequação do enquadramento legal da PSP.

Este estado de coisas suscitam ainda, do ponto de vista da bancada comunista, fenómenos que José Magalhães classificou de «preocupantes» e que circunstanciadamente analisou, a saber: a proliferação de formas de actuação ilegal das forças de segurança; o uso por estas forças de meios de vides para registo de imagens de concentrações, manifestações, desfiles e outras formas de luta popular; a difusão de concepções sobre as respectivas missões abertamente incompatíveis com os princípios e limites constitu-

cionais; a circulação, nas forças de segurança, de práticas e esquemas que seleccionam como alvos organizações sociais e trabalhadoras em luta; a utilização abusiva da informática; a criação de barreiras legais (caso das Custas Judiciais e da nova Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais); a ausência de verbas para a manutenção e desenvolvimento experimental, facto que, de acordo com a opinião de Jorge Lemos, «nos vai distanciando daqueles países que têm optado pelo investimento num quadro de promoção do desenvolvimento».

Significativa é ainda, segundo as suas palavras, a «débil estrutura-organizacional de suporte ao sistema científico e técnico nacional, quer ao nível das universidades quer ao nível dos institutos e laboratórios da administração central», instituições que, sublinhou, «importa valorizar, na perspectiva da integração do ensino, da investigação e da produção».

Jorge Lemos salientou, por outro lado, não ser aceitável a dicotomia em que alguns pretendem insistir segundo a qual «a investigação fundamental se deveria confinar à universidade deixando para o exterior, para os institutos, laboratórios e indústria apenas a investigação aplicada».

«A realidade vem demonstrando que, bem ao contrário, se impõe cada vez mais uma planificação do desenvolvimento», afirmou.

«A realidade vem demonstrando que, bem ao contrário, se impõe cada vez mais uma planificação do desenvolvimento», afirmou.

Jornadas Parlamentares comprovam

Acção relevante do PCP para o exercício das competências do Parlamento

O Grupo Parlamentar do PCP realizou segunda e terça-feira últimas, no Palácio de S. Bento, em Lisboa, as suas Jornadas Parlamentares. As conclusões foram dadas a conhecer à comunicação social, no final dos trabalhos, em conferência de imprensa no decorrer da qual foi efectuado um balanço da actividade do grupo comunista nos últimos meses, sendo ainda adelantadas algumas informações relativamente às grandes orientações, iniciativas e outras acções a levar a cabo até final da presente legislatura.

Traçando um balanço da acção dos parlamentares comunistas, Carlos Brito pôs desde logo em relevo a contribuição que qualificou de «saliente» dada pelo Grupo Parlamentar do PCP para o exercício pela Assembleia da República das suas competências e a realização do seu estatuto constitucional.

Intensiva actividade

Os números a este respeito são particularmente esclarecedores, merecendo registo — para lá da intensa parti-

cipação no debate do Programa do Governo e do Orçamento do Estado — a apresentação de 64 projectos de lei (outros cinco foram em conjunto com outros Grupos Parlamentares); a impugnação, com fundamento na inconstitucionalidade, da admissão de sete propostas de lei do Governo; a elaboração de 406 requerimentos ao Governo (60,77 por cento do total de todos os partidos) dos quais só 29 por cento obtiveram resposta.

De acordo com o balanço apresentado pelo líder parla-

mentar comunista a bancada do PCP desencadeou ainda por sua iniciativa três das quatro sessões de perguntas ao Governo, promoveu dois dos sete inquéritos parlamentares até agora apresentados, chamou à apreciação da Câmara oito dos doze decretos-lei do Governo em processo de ratificação, produziu sete declarações políticas e 27 intervenções sobre temas de interesse sectorial e local, tendo ainda por sua autoria dado origem à criação de 12 novas freguesias, nove novas vilas e quatro novas cidades.

«Câmara de despacho

Analisando a actual situação parlamentar, Carlos Brito considerou ser necessário denunciar a «concepção e a prática ultra-governamentalizadoras do Primeiro-Ministro,

do Governo e da maioria» em relação ao funcionamento das instituições e de modo especial à Assembleia da República, justificando esta posição com os múltiplos testemunhos ilustrativos de que, disse, «na hierarquia cavaquista a Assembleia da República é vista como uma mera "Câmara de despacho».

O processo legislativo é também encarado pelo Governo, segundo Carlos Brito, como um «mero pro-forma que se tem que suportar para país ver» mas que, em caso algum, «deve ter qualquer implicação de fundo nas leis em discussão», enquanto que no que respeita ao exercício da competência fiscalizadora da Assembleia a opinião dos comunistas é de que o cavaquismo considera isto «uma inadmissível pretensão das minorias que à maioria, por isso mesmo, rechaça», ou a que «o Governo não responde».

No entender dos parlamentares comunistas é «esta filosofia redutora dos princípios democráticos que enforma os propósitos do PSD» (veja-se os projectos de alteração do Regimento e da Lei Orgânica da Assembleia), visando a «hegemonização da gestão e do debate parlamentar, a limitação dos direitos dos partidos da oposição relativamente às marcações da Ordem do Dia, ao uso da palavra e às perguntas ao Governo, bem como a redução do apoio aos deputados e aos grupos parlamentares e a eliminação do Agrupamento Parlamentar da ID».

No entender dos parlamentares comunistas é «esta filosofia redutora dos princípios democráticos que enforma os propósitos do PSD» (veja-se os projectos de alteração do Regimento e da Lei Orgânica da Assembleia), visando a «hegemonização da gestão e do debate parlamentar, a limitação dos direitos dos partidos da oposição relativamente às marcações da Ordem do Dia, ao uso da palavra e às perguntas ao Governo, bem como a redução do apoio aos deputados e aos grupos parlamentares e a eliminação do Agrupamento Parlamentar da ID».

No entender dos parlamentares comunistas é «esta filosofia redutora dos princípios democráticos que enforma os propósitos do PSD» (veja-se os projectos de alteração do Regimento e da Lei Orgânica da Assembleia), visando a «hegemonização da gestão e do debate parlamentar, a limitação dos direitos dos partidos da oposição relativamente às marcações da Ordem do Dia, ao uso da palavra e às perguntas ao Governo, bem como a redução do apoio aos deputados e aos grupos parlamentares e a eliminação do Agrupamento Parlamentar da ID».

No entender dos parlamentares comunistas é «esta filosofia redutora dos princípios democráticos que enforma os propósitos do PSD» (veja-se os projectos de alteração do Regimento e da Lei Orgânica da Assembleia), visando a «hegemonização da gestão e do debate parlamentar, a limitação dos direitos dos partidos da oposição relativamente às marcações da Ordem do Dia, ao uso da palavra e às perguntas ao Governo, bem como a redução do apoio aos deputados e aos grupos parlamentares e a eliminação do Agrupamento Parlamentar da ID».

Propaganda abusiva

Ainda de acordo com a opinião expressa por Carlos Brito é também esta mesma filosofia que leva Cavaco Silva a «considerar a Presidência da Assembleia da República como uma mera peça do triângulo de coordenação Governo-maioria, a pôr em causa as imunidades parlamentares, a fazer, com o maior à vontade, considerações insultuosas sobre a Assembleia da República».

A reabilitação de Sousa Mendes

Com o voto unânime dos deputados, a Assembleia da República aprovou sexta-feira última um projecto de lei da iniciativa do PS que procede à reabilitação e reintegração do ex-cónsul de Portugal em Bordéus, Aristides de Sousa Mendes.

Tratou-se de um acto de elemental justiça destinado a reparar a decisão do governo fascista tomada em 1940 de colocar Aristides de Sousa Mendes «na disponibilidade aguardando aposentação», situação em que permaneceu por 14 anos, até à sua morte.

Na origem desta iníqua decisão de Salazar encontrava-se o facto de Aristides de Sousa Mendes haver concedido vistos de entrada e de trânsito a milhares de re-

fugiados judeus cujas vidas corriam perigo e que assim procuraram escapar ao nazismo, decidindo-se a encontrar noutros países a salvaguarda da sua existência e liberdade.

Como salientou José Manuel Mendes, a história da luta pela liberdade e pela dignidade humana exerceu-se não apenas com a vida de milhões de pessoas mas também com o «prodigalizar de gestos solidários, frequentemente anónimos, simples».

Foi manifestamente o caso deste homem, cujos actos discretos por amor a um ideal fraterno, como sublinhou, constituíram um valioso contributo de Sousa Mendes à «causa da paz, ao triunfo das concepções democráticas».

Ciência e tecnologia

Questão de relevante importância para o desenvolvimento independente do País, a «Lei-Quadro da investigação científica e desenvolvimento tecnológico» foi apreciada na passada semana pelos deputados num debate centrado em torno de dois projectos de lei da autoria do PSD e do PS. Encontrar as respostas para os problemas de um sector de actividade de enorme importância estratégica para o desenvolvimento e o progresso social, constituiu por assim dizer o fulcro das questões analisadas, questões essas que, todavia, como salientou Jorge Lemos, têm andado arredadas das preocupações de sucessivas equipas governativas.

Para este aspecto alertaria desde logo na sua intervenção o deputado comunista ao referir que a «realidade vem demonstrando as sucessivas penalizações» a que este sector tem sido sujeito, designadamente as de carácter orçamental, quer pela falta de perspectivas quer pela falta de vontade política dos responsáveis.

Significativa é ainda, segundo as suas palavras, a «débil estrutura-organizacional de suporte ao sistema científico e técnico nacional, quer ao nível das universidades quer ao nível dos institutos e laboratórios da administração central», instituições que, sublinhou, «importa valorizar, na perspectiva da integração do ensino, da investigação e da produção».

Jorge Lemos salientou, por outro lado, não ser aceitável a dicotomia em que alguns pretendem insistir segundo a qual «a investigação fundamental se deveria confinar à universidade deixando para o exterior, para os institutos, laboratórios e indústria apenas a investigação aplicada».

«A realidade vem demonstrando que, bem ao contrário, se impõe cada vez mais uma planificação do desenvolvimento», afirmou.

## Assembleia da República

## Ouvidos de mercador às reclamações estudiantis

O Grupo Parlamentar do PCP apresentará em breve na Mesa da Assembleia da República uma iniciativa legislativa destinada a consagrar legítimas aspirações dos profissionais e dos estudantes de contabilidade e administração. A revelação foi feita na sessão plenária realizada faz hoje oito dias pelo deputado Rogério Moreira no decorrer de uma intervenção onde se chamou a atenção para a conduta do Ministério da Educação considerada como claramente contrária às opiniões defendidas pelos estudantes de diferentes estabelecimentos de ensino.

Particularmente em foco estiveram a situação nos **ISCAs** e nos **ISEs**, escolas onde desde há anos os seus alunos reclamam o direito à licenciatura e à integração universitária, pretensão que não tem encontrado eco — pese embora as afirmações dos responsáveis quanto à necessidade de diálogo e de participação — na prática do ministro da Educação.

O mesmo está de resto a suceder ou sucedeu noutros estabelecimentos de ensino como sejam o caso de **Letras**, dos **Institutos de Serviço Social**, das **Faculdades de Medicina Dentária**, dos **Conservatórios** ou de **Belas Artes**, facto que levou o jovem deputado comunista a afirmar que a «reforma educativa não pode ser feita contra os estudantes», mas, sim, «com os estudantes».

Para Rogério Moreira a orientação dos responsáveis pela pasta educativa não está assim a ajudar, segundo as suas palavras, a uma verdadeira e participada reforma do sistema educativo, não ajudando igualmente à participação dos jovens no processo educativo, nem à dig-

nificação das diferentes componentes do ensino superior.

Alvo de crítica foi ainda aquilo a que qualificou de pouca transparência de processos, que em nada ajuda à dignificação das relações do Estado com o ensino superior particular, citando a título de exemplo um recente despacho que autoriza o início de actividades de uma entidade que pretende ministrar cursos de medicina dentária. «Desde quando pode um simples despacho sobrepor-se e antecipar-se ao decreto-lei de autorização dos cursos, tal como a lei de bases obriga?», interrogou a propósito.

Considerando legítimas as razões que têm originado as movimentações dos **ISCAs**, dos **ISEs** e de outras escolas, Rogério Moreira salientou por fim que o Ministério da Educação «não pode fazer ouvidos de mercador» ao protesto estudiantil e muito menos permitir ou fazer uso do «bastão e do pingalim» como resposta às justas reclamações dos estudantes como recentemente aconteceu em Coimbra contra alunos do **ISCAC**.

## Assim vai a Saúde

Em requerimento dirigido ao Presidente da Assembleia da República o deputado comunista Luís Roque solicitou na passada semana informações ao Governo sobre o Centro de Hemodiálise do Hospital Distrital de Portalegre, designadamente sobre a sua eventual venda a entidades privadas (uma multinacional) e sobre as medidas a tomar com vista a viabilizar esta unidade de saúde.

Construído para responder às solicitações dos doentes, o custo do Centro elevou-se a cerca de 50 mil contos, verba dispendida no seu apetrechamento e na preparação do pessoal técnico.

De acordo com o texto do requerimento apresentado pelo deputado comunista, para rentabilizar este investimento seria necessário que o serviço funcionasse em dois turnos, facto que não sucede por, ao que parece, faltarem dois especialistas.

### Obras custam a andar

Também o atraso verificado nas obras da EN-119 (Coruche/Infantado) foi objecto de requerimento apresentado pelo mesmo parlamentar comunista.

Nele se salienta que se arrastam as referidas obras há dois anos, «sem que se vejam grandes progressos ou grande envolvimento de pessoal nas mesmas», situação que a manter-se indicia um prolongamento inusitado por alguns anos mais.

### Hospital de Portalegre reduz valências

Objecto de requerimento dos parlamentares comunistas foi ainda a desclassificação do Centro de Saúde Integrado de Castelo de Vide, o qual, segundo tudo indica, vai ver diminuído o seu número de camas e deixar de fazer apoio domiciliário.

O agravamento da situação poderá também conduzir a que o Hospital Distrital de Portalegre veja reduzido o número de valências, perdendo os serviços de cardiologia, dermatologia e gastroenterologia, especialidades que apenas existiam neste hospital, ficando assim o distrito delas privado, com as óbvias consequências que daí advêm.

Para os deputados comunistas, trata-se de mais um exemplo de uma política de saúde tendente a agravar as assimetrias entre o litoral e o interior, obrigando neste caso a população do distrito de Portalegre a recorrer a unidades hospitalares distanciadas da sua residência, privando-a dos cuidados de saúde primária e diferenciados.

## PCP

## VISEU Encontro distrital de quadros

A situação política e social no distrito de Viseu, a preparação do XII Congresso do Partido e das eleições autárquicas de 89 são os três pontos desenvolvidos no documento que reúne as conclusões do encontro de quadros do PCP daquele distrito, realizado no último domingo, com a presença de 100 camaradas. Presentes na Mesa que dirigiu os trabalhos Jaime Serra, membro da Comissão Política do Partido, e Carlos Fralão, do CC.

O Encontro recomendou à Comissão Distrital de Viseu do Partido e às Comissões Concelhias, bem como a outros organismos de direcção existentes, a urgente calendarização de plenários e de reuniões de todos os organismos que, dentro da 1.ª fase de preparação do Congresso, e até ao Verão, debatam e levem à prática em

todo o distrito, além de outros temas que sejam considerados necessários, a Resolução do Comité Central sobre a preparação do XII Congresso e as próprias conclusões deste Encontro.

As próximas eleições autárquicas — sublinha o documento de conclusões — constituem uma batalha que é imperioso desde já prever e preparar, quer pela sua importância política nacional e local, quer pelas abundantes energias que para elas sempre se torna necessário mobilizar, quer pelo grande número de freguesias e concelhos existentes no distrito, quer ainda pelas debilidades organizativas do Partido que permanecem em muitos desses concelhos e freguesias.

O encontro de quadros do PCP aponta, neste capítulo, a importância de organizações do Partido darem



desde já os seguintes passos preparatórios das próximas eleições autárquicas:

- A criação imediata de comissões e grupos de trabalho específicos para esta tarefa, sem prejuízo da responsabilidade que neste campo continuará a caber aos organismos existentes;

- A realização de reuniões e contactos com todos os ex-candidatos autárquicos, com especial atenção e prioridade

para os democratas sem partido ou mesmo doutras áreas políticas que fizeram parte das últimas listas da APU;

- A elaboração e divulgação muito mais frequente de boletins e outros documentos de propaganda, bem como tomadas de posição dos «eleitos autárquicos pertencentes à CDU»;

- A definição de prioridades eleitorais, seja respeitante a freguesias seja respeitante a concelhos.

## Gestão democrática das escolas em causa

## Professores comunistas tomam posição

### • Análise do documento divulgado pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo

Professores do Ensino Básico e Secundário, militantes da Organização Regional de Lisboa do PCP, reuniram recentemente em plenário para analisar e debater a proposta de alteração da gestão democrática das escolas recentemente tornada pública pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo.

Antes de avançarem as conclusões a que chegaram quanto ao documento em causa — que reprovam —, os professores comunistas da ORL apontam algumas considerações prévias que «julgam oportunas». Aqui ficam.

O sucesso dos alunos é o objectivo que colocam como primeiro para o seu trabalho.

Neste contexto estão totalmente disponíveis para cooperar com todos os que apostam e estejam dispostos a lutar por uma escola de sucesso. Sem exclusões. Privilegiando todavia os que de forma mais directa intervêm no processo educativo e com os quais se impõe uma cooperação mais estreita, regular e institucional.

O sucesso dos alunos está, em parte considerável, relacionado com o trabalho dos professores. Mas não exclusivamente. Nem de forma determinante.

Assumindo responsabilmente esta posição, rejeitam com igual frontalidade os pontos de vista que lhes atribuem por inteiro a culpa do insucesso dos alunos. Assim como recusam concepções milagreiras da escola — não haverá escola democrática sem sociedade democrática.

Muita coisa há a mudar fora da escola. Isso sabem-no muito bem os professores. Muito também no que respeita ao estatuto socio-profissional dos docentes.

Os professores comunistas pautarão a sua apreciação do texto da Comissão de Reforma do Sistema Educativo relativo à organização e administração das Escolas pelo grau de observância da Constituição da República Portuguesa e da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE). E ainda pelo que é a história da gestão das escolas no Portugal saído da Revolução de Abril.

Não esquecem a necessidade, que sublinham, de transformar a escola para que as escolas portuguesas sejam escolas de sucesso, preparem jovens instruídos e activos, solidários e toleran-

tes, produtores e esclarecidos, intervenientes e fraternos. Para que sejam lugar de satisfação profissional para os que nelas trabalham. Para que estabeleçam de forma frutuosa e educativa a ligação à comunidade e ao mundo do trabalho.

### Os fundamentos da rejeição

A proposta de organização e administração das escolas apresentada no âmbito da Comissão de Reforma do Sistema Educativo e não projecta uma organização da escola capaz de a tornar mais apta a cumprir as suas obrigações para com a comunidade local em que se insere e para com a sociedade portuguesa. Ignora o que é a realidade das escolas portuguesas.

Por isso os professores comunistas concluíram pela **não concordância clara e global** com o projecto de Organização e Administração das Escolas do Ensino Básico e Secundário.

Fundamental a sua rejeição nos seguintes aspectos, entre outros:

**Primeiro.** É um projecto que fere o espírito e a letra da Constituição da República Portuguesa ao justificar as soluções que defende como uma leitura abusiva do Art. 77.º da nossa lei fundamental.

**Segundo.** É um texto que violenta a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) ao falsear o que nesse texto legal inequivocamente está inscrito.

Com efeito, o n.º 4 do Art. 45.º da LBSE determina que a «**direcção de cada estabelecimento de ensino... é assegurada por órgãos próprios, para os quais são democraticamente eleitos os representantes de professores, alunos** (no caso do ensino secundário) e **pessoal não docente**».

A enumeração de quem integra os órgãos de direcção não deixa margem para dúvidas. Ao listar os componentes dos órgãos de direcção o legislador quis, explicitamente e sem ambiguidades, nomear quais eram.

Por isso a composição que os autores do projecto propõem para o **Conselho de Direcção**, no Art. 18.º o Capítulo III (professores, representantes dos pais e encarregados de educação, representantes dos alunos — no caso do ensino secundário —, representantes de pessoal não docente, representante da autarquia, representante(s) de associações e organizações sociais, económicas, culturais e científicas da comunidade local ou regional), não pode ser, a nenhum título, apoiada no texto da LBSE. Bem pelo contrário.

**Terceiro.** A concepção de escola que os autores têm não pode ser a dos professores. Uma vez mais, neste domínio, os autores desrespeitam a LBSE de cujos princípios e preceitos não se pode retirar como pretendem os autores a desresponsabilização do Poder Central, a todos os níveis, a atomização do sistema de ensino e a apropriação de cada uma das suas partículas por interesses que não garantiriam a democracia pluralista que na CRP caracteriza o Estado Português. Também não se pode retirar a instalação de hierarquias rígidas e com poderes disciplinares dentro da escola. A hierarquização de poderes e de dependências seria um factor de tensão permanente. Como poderia ser prejudicial sujeitar o exercício da profissão docente ou a progressão na carreira a critérios e a entidades não indicados para tal efeito.

**Quarto.** Repetindo a ne-

cessidade de cooperação entre a escola, a família e a comunidade, os professores comunistas afirmam que, no seu entender, o projecto resolve muito mal este aspecto e encontrou a forma menos adequada de concretizar o direito dos pais e encarregados de educação e outros intervenientes no processo educativo a participarem na definição da orientação do Sistema Educativo e na sua administração.

Não é pela via, julgam os professores comunistas, da sua integração em órgãos de direcção das escolas que melhor se estabelecerão os caminhos dessa cooperação.

A cooperação entre a escola e os seus órgãos de direcção e os demais intervenientes no processo educativo deve realizar-se por intermédio de órgãos com estatuto próprio, mas distintos, os quais devem ser atribuídos competências próprias e poderes consultivos em matérias claramente definidas.

**Quinto.** Os professores comunistas querem alertar com vigor para as previsíveis dificuldades, quando não impossibilidade na maior parte dos casos, de constituição de listas conjuntas para o Conselho de Direcção. Para além, como já se demonstrou, de a LBSE não suportar a composição proposta para o Conselho de Direcção.

A não constituição de listas, por impossibilidade real, levaria à nomeação de um director.

Naturalmente, os professores comunistas rejeitam, em absoluto, esta hipótese.

A constituição de listas com a composição prevista, o processo eleitoral preconizado, o peso na votação dos diversos corpos, levaria a situações e a vivências de todo indesejáveis para as nossas escolas.

Os professores comunistas bater-se-ão denodadamente pela prevalência de critérios de competência e de empenhamento e contra quaisquer projectos ou propostas que os possam pôr em causa ou substituir por outros.

Sabem que todos os professores estarão a seu lado.

PCP

## PORTO

### Em 9 de Abril, Conferência regional sobre organização do Partido

A DORP convocou, para 9 de Abril, uma **Conferência Regional sobre Organização do Partido**, que decorrerá no Centro de Trabalho da Boavista, entre as 10 e as 19 horas, e na qual está prevista a participação do camarada **Blanqui Teixeira**, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.

Estarão em debate problemas relativos à organização do Partido e orientações e medidas para o seu reforço, pretendendo-se considerar,

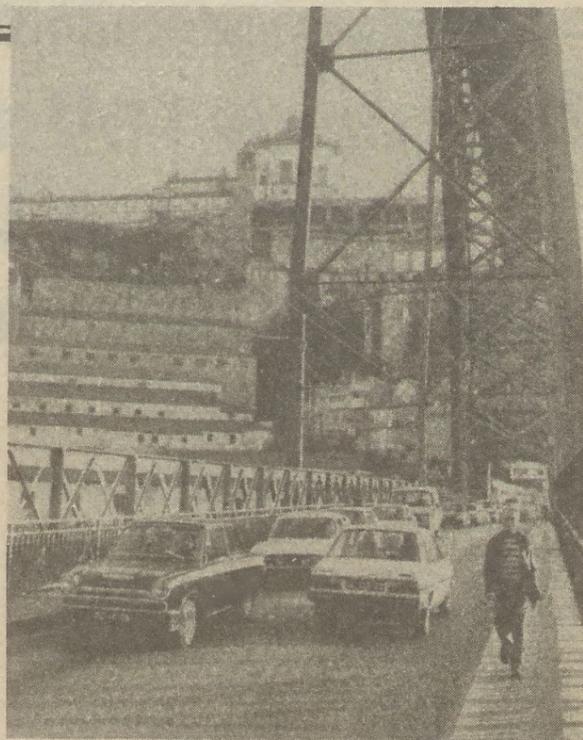
em concreto, questões como: a evolução dos efectivos e do recrutamento; a ligação dos militantes ao Partido; a estruturação da organização e a sua vida política; a unidade do Partido e a prática do centralismo democrático; características do funcionamento, conteúdo da actividade e iniciativa dos organismos; a ligação do Partido às massas e, em particular, a acção nas principais frentes; a vida das organizações de base, com destaque para as células de empresa; trabalho colectivo e estilo de trabalho;

política de quadros — conhecimento, responsabilização, formação, renovação; as assembleias, o pagamento regular da quotização, a entrega de cartões, a difusão da imprensa e de outros materiais.

Pretende-se, também, que o debate sobre as principais dificuldades ou deficiências no trabalho de organização seja sempre acompanhado pela apresentação de propostas ou sugestões de orientações e de medidas

concretas para o reforço da organização do Partido.

A Conferência Regional funcionará com a seguinte estrutura: uma sessão plenária inicial e outra final e, durante o resto do dia, três secções de trabalho — a **primeira**, para células de empresa, sectores de classe profissional e organismos em estruturas unitárias dos trabalhadores; a **segunda**, para organizações locais, organismos para as autarquias e para as associações populares; e a **terceira**, para outras organizações e sectores.



Porto: iniciativa é com os comunistas

### 2.º Encontro das organizações do PCP nos bairros camarários e do Estado: um debate oportuno

Realizou-se no passado sábado durante todo o dia, o 2.º Encontro das organizações do Partido nos bairros camarários e do Estado, onde foram debatidos os principais problemas que afectam os moradores, as formas de os resolver, a actividade das estruturas populares e o papel da organização do partido.

Actualmente existem na cidade do Porto 41 Bairros Camarários e do Estado, com 14 321 fogos e uma população de mais de 72 mil habitantes. É um quinto da população da cidade que vive com profundas carências e assimetrias.

Há bairros com mais de trinta anos, a necessitar de obras urgentes, sem o mínimo de condições de conforto; outros, mais recentes, não têm esse problema, mas

têm outros — não têm equipamentos colectivos, têm ainda deficiências com a limpeza, não possuem jardins. Várias intervenções no Encontro salientaram estas e outras questões. Atenção particular foi dada à discussão da proposta de venda das casas dos bairros, cujo debate está a decorrer na Câmara do Porto, e foi patente a preocupação dos presentes em relação a essa possibilidade, tendo em con-

ta que, assim, o município deixaria de ter quaisquer responsabilidades na manutenção das casas — se bem que não o tenha feito ao longo dos anos. Ao mesmo tempo, há aspectos pouco claros em vários pontos da proposta em discussão, o que provoca igualmente a apreensão dos moradores e um deles é o facto de as casas poderem ser vendidas, segundo a proposta, a pessoas que não apenas os actuais inquilinos, o que poderá provocar grandes injustiças.

Outro problema muito debatido foi a ameaça que paira há vários anos de retorno dos «fiscais» dos Bairros, figuras indesejáveis aos moradores pelo papel pidesco que

desempenharam antes do 25 de Abril, intrometendo-se na vida privada, fazendo queixas, provocando moradores, obrigando outros a serem expulsos. Foi com grande alegria que os moradores dos Bairros viram, com o 25 de Abril, o fim dos fiscais. Agora, de novo aparecem propostas de institucionalização de «responsáveis» pela manutenção das casas (incluindo o seu interior) dos diferentes bairros e não é sem preocupação que são encaradas tais perspectivas.

Um balanço circunstanciado da actividade do Pelouro dos Equipamentos Desportivos, Recreativos e Culturais dos Bairros Camarários e as principais obras que estão

aprazadas foram tema da intervenção do camarada Macedo Varela, vereador responsável pelo Pelouro. Do mesmo modo foi informada a contribuição fundamental, dentro do âmbito da sua acção, dada pelas estruturas populares dos bairros, durante anos e anos os únicos promotores da actividade desportiva, recreativa, e cultural junto dos moradores. Actualmente, a Coordenadora das Organizações dos Bairros, que engloba a maioria das estruturas populares existentes, em colaboração

com o Pelouro e com iniciativas próprias tem tido um papel muito importante na defesa dos interesses dos moradores.

Ainda os aspectos do trabalho do partido nos bairros ocupou parte do encontro que salientou a importância da organização, da constituição de comissões de bairro e do desenvolvimento e reforço da actividade do Partido regular, como forma de melhor contribuir para a resolução dos imensos problemas dos moradores dos Bairros Camarários.

### As obras do novo Centro da DORS Em breve, os pilares!

As obras do novo Centro de Trabalho do PCP em Setúbal — onde funcionará a Direcção Regional (DORS) — prosseguem em bom ritmo na Av. 5 de Outubro, no «coração» da capital do Sado. Quem passa na conhecida artéria setubalense verifica que já arrancaram as fundações do edifício, pressentindo-se que estão para muito breve os pilares. Esta fase das obras, acompanhada diariamente por muitos «mirones», irá prolongar-se por cerca de um mês. Depois, será o levantar das estruturas, as paredes, as portas, a cor...

#### As iniciativas

Por isso, as iniciativas têm vindo a aumentar. Excursões há um pouco por toda a parte (claro que se destaca aquela que se organizará à Hungria).

Os «clubes» de materiais vão ser ainda em maior número, o que quer dizer — garantem de Setúbal — que os sócios irão ser brevemente centenas e centenas (aliás talvez tu que estejas a ler estas linhas já sejas um deles e se não o és estás a tempo!).

O grupo de «Amigos Pires Jorge» continua com as suas actividades, tendo recolhido desde a sua formação mais de cem mil escudos.

E as rifas (de salientar a que se realizará na freguesia de St. André um «Coelhinho Surpresa da Páscoa»), as mascotes, as colecções de

Avantes e os almoços e convívios — afirmam-se como iniciativas de valor no quadro da campanha, que, como temos divulgado, se intitula «60 mil contos para a luta dos trabalhadores».

#### Cinema de cinco estrelas em Grândola

Nos passados dias 19, 20 e 21 de Março a Organização de Grândola levou a efeito três sessões de cinema em que participaram centenas de camaradas e amigos. Foram exibidos os filmes «Platoon», «Salvador» e «Os Amantes de Maria». Como se vê, cinema de 5 estrelas para as noites de Primavera na vila morena.

Os camaradas estão entusiasmados e prometem prosseguir...

#### Poceirão e Vale da Amoreira elevados a freguesia

A Comissão Concelhia de Palmela do Partido Comunista Português saúda calorosamente as populações do Poceirão, Lagameças, Lagoa do Calvo, Asseiceira, Forninho, Aroeira e restantes áreas agora integradas na recém criada Freguesia do Poceirão.

A nova freguesia, criada por decisão da Assembleia da República, representa o reforço do Poder Local Democrático e uma grande vitória de todo o povo desta área do concelho, que vê assim concretizada uma das suas mais velhas e justas aspirações.

Como resultado desta vitória, a população da nova freguesia do Poceirão será chamada brevemente a eleger os órgãos de poder autárquico locais. Saberá certamente, nesse importante momento, escolher os homens e mulheres mais competentes e honestos, capazes de representar os reais interesses da população da freguesia na sua Junta e Assembleia, os quais irão iniciar esta nova etapa da vida colectiva

e democrática da localidade, na senda do desenvolvimento e progresso que caracterizam todo o concelho, e pelo reforço do Poder Local Democrático nascido com o 25 de Abril de 1974, assinala a Comissão Concelhia do Partido.

Por seu turno, a comissão Concelhia da Moita do PCP saúda a população do Vale da Amoreira por se ter concretizado o desejo de passagem a freguesia deste importante núcleo habitacional da Vila da Baixa da Banheira.

Correspondendo aos legítimos anseios da população, a promoção administrativa agora aprovada, sob proposta do Grupo Parlamentar do PCP, constitui uma importante achega ao reforço do Poder Local Democrático e factor de desenvolvimento do Vale da Amoreira.

A elevação a freguesia desta área urbana vai contribuir certamente para uma maior participação da população na resolução dos problemas locais. Estamos confiantes que nas eleições o Vale da Amoreira à semelhança das restantes freguesias do concelho, verá nos comunistas e seus aliados na CDU os mais capazes para dirigir os destinos da jovem freguesia, sublinha a concelhia do PCP.



MOITA

Decorreu recentemente um plenário concelhio de quadros do PCP da Moita. Objectivo: discutir o funcionamento da organização e procurar direcções de trabalho capazes que proporcionem um salto qualitativo na acção política dos comunistas. O plenário teve lugar em Alhos Vedros e contou com a participação de Blanqui Teixeira, da C. Política e do Secretariado do CC

#### Camaradas Falecidos

##### Gabriel dos Santos Gomes

Constituiu uma impressionante manifestação de pesar o funeral do camarada **Gabriel dos Santos Gomes**, de 64 anos, que decorreu em Lisboa, para o cemitério da Ajuda. Activo e corajoso resistente antifascista, Gabriel Gomes passou 12 anos da sua vida nas prisões da ditadura, passando pelo Aljube, Caxias e Peniche. Foi na prisão que aderiu ao PCP. Já depois do 25 de Abril, foi membro da comissão administrativa da Caixa Nacional de Pensões, em representação dos trabalhadores e por nomeação da CGTP-IN. Director do «Paralelo 50», Gabriel Gomes foi também um destacado activista do MURPI.

##### Jerónimo Barbosa Gonçalves

Reformado do Arsenal do Alfeite, faleceu com 62 anos o camarada **Jerónimo Barbosa Gonçalves**, activista do Partido no concelho de Almada (Feijó).

##### Evangalina Maria Gomes

Faleceu no passado dia 14, com 88 anos, a camarada **Evangalina Maria Gomes**, natural de Giões (Castro Marim). Na sede do Sindicato dos Mineiros, em Aljustrel, onde viveu a maior parte da sua vida, teve os seus sete filhos. Era companheira do camarada Manuel Patrício, há meses falecido.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

PCP

# Municípios CDU dos distritos de Santarém e Leiria

## Reunião conjunta em Benavente

Eleitos comunistas e independentes das autarquias de Benavente, Chamusca, Coruche, Alpiarça, Constância e Marinha Grande, municípios de maioria CDU dos distritos de Santarém e Leiria, encontraram-se recentemente em Benavente, nas instalações do Centro Cultural, numa reunião promovida pelo PCP e em que participaram também outros quadros com responsabilidades no trabalho autárquico a nível nacional, nos distritos e concelhos envolvidos.

A reunião visou debater a intervenção das autarquias na área do planeamento territorial e urbano, do desenvolvimento económico, do equilíbrio ecológico e da imagem urbana, da cultura, desporto e juventude e ainda a organização de serviços, o funcionamento dos órgãos e a participação popular na gestão autárquica.

Analizou igualmente as

consequências do corte de verbas aos municípios, a tentativa de impor novos e pesados encargos (especialmente na área do ensino, habitação, transportes e instalações para tribunais), e as ingerências do Governo na actividade autárquica, directamente e através de serviços periféricos da Administração Central, com destaque para as Comissões de Coor-

denação Regional. Debateu igualmente a captação de outras fontes de financiamento, com destaque para o FEDER entre outros.

Foi considerada particularmente condenável a tentativa de cobrança coerciva das dívidas das Câmaras ao ex-FFH sem proceder à compensação do ex-FFH às Câmaras e o propósito de rever a legislação sobre planeamento territorial e urbano, mantendo ou agravando o centralismo.

A reunião afirmou a necessidade de revisão da legislação sobre tutela, assegurando a sua regularidade, a limitação à fiscalização da legalidade e vedando a sua partidarização e instrumentalização pelo Governo; a pos-

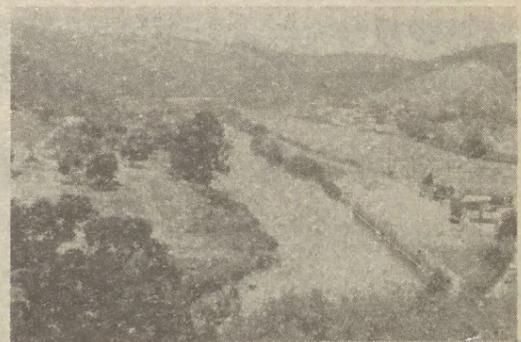
sibilidade de as Juntas de Freguesia, a partir de certa dimensão, poderem dispor de eleitos a tempo inteiro e a regulamentação que viabilize a criação de empresas municipais e intermunicipais. Considerou igualmente que o avanço do processo de criação das regiões administrativas é da maior importância para assegurar a descentralização, estimular o desenvolvimento regional, preservar a autonomia dos municípios e reforçar a democracia.

### Diálogo aberto

Os participantes na reunião manifestaram o seu empenhamento e confiança na possibilidade de defender o Poder Local democrático contra a ofensiva do Governo e do PSD, em conjunto com os eleitos de outros partidos e com as populações.

Decidiram prosseguir o trabalho realizado, com base no diálogo aberto com todos os outros eleitos e com as organizações sociais e com as populações, na descentralização para as freguesias, no estímulo à participação popular e na prestação de contas às populações.

Foram ainda analisadas medidas com vista à dinamização da CDU, seu alargamento unitário e reforço da intervenção nos órgãos autárquicos.

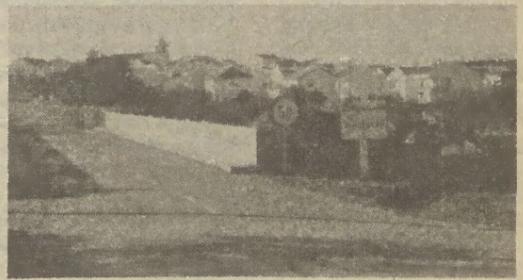


## Beja prepara-se

### Autárquicas à vista

Depois de Aljustrel e Ourique, a CDU tem outros encontros concelhios marcados para Odemira, Mértola, Almodôvar, Moura, Serpa, Beja e Vidigueira, iniciativas integradas no esforço de dinamização da CDU e da sua intervenção com vista às eleições autárquicas de 1989. Este é um dos aspectos em relevo no num dos documentos aprovados no recente encontro distrital de quadros do PCP de Beja, que debateu com vivacidade temas ligados ao acto eleitoral que se avizinha e às responsabilidades do Partido nos órgãos autárquicos do Baixo Alentejo.

Das preocupações salientadas pelos participantes naquele encontro, vejamos dois aspectos: **por um lado**, há que fazer o balanço e a divulgação da actividade das autarquias e do andamento da aplicação dos planos de actividade para 1988, tomando medidas onde se detectem atrasos e falhas; **por outro lado**, «da nossa capacidade individual e colectiva para arrancar desde já e de forma eficaz com o trabalho, poderão depender em boa medida os resultados a alcançar nas eleições autárquicas de 1989. Entretanto, as eleições que vão realizar-se já em 25 de Abril nas freguesias de Canhestros e Figueira dos Cavaleiros e noutras que foram criadas recentemente serão um belíssimo teste para verificação da nossa capacidade e da aceitação que os comunistas e seus aliados mantêm entre as populações.»



A intervenção das autarquias na área do planeamento territorial e urbano, desenvolvimento económico, equilíbrio ecológico e imagem urbana, cultural, desportiva e de apoio à juventude foi um dos temas em foco na reunião conjunta de Benavente.

## Açores

# A propósito do Acordo das Lajes

Em Abril terão início as consultas entre Portugal e os EUA sobre o acordo das Lajes e é urgente que o acordo laboral seja totalmente revisto de forma a respeitar a Constituição da República e permitir que a legislação de trabalho portuguesa seja cumprida, havendo a necessidade institucional de criar uma comissão fiscalizadora constituída por elementos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério do Emprego, Secretaria Regional

do Trabalho e representantes da Comissão de Trabalhadores civis da Base das Lajes, que venham a garantir a aplicação integral do futuro acordo laboral a estabelecer — sublinha a Comissão de Ilha do PCP da Terceira, em breve nota divulgada pelo seu gabinete de Imprensa.

Aquele organismo do PCP apela para a Assembleia da República, Governo da República, Assembleia Regional e Governo Regional dos

Açores para que tenham em atenção na revisão do acordo Portugal-EUA a renegociação do acordo laboral das Lajes da Terceira.

Os trabalhadores portugueses — lembra a Comissão de Ilha — que prestam serviço no destacamento norte-americano estacionado na BA 4 das Lajes — Terceira lutam desde sempre pela aplicação integral da lei portuguesa, o que nunca aconteceu até hoje.

A Comissão de Ilha do PCP da Terceira considera que é necessário que a revisão do acordo das Lajes seja estudada, debatida e analisada pelas diferentes forças políticas do País e em especial na Região Autónoma, além do cuidado especial que a delegação portuguesa deverá ter na elaboração da revisão do acordo laboral das Lajes, de modo a defender os trabalhadores, o País e os Açores.

## Deputado comunista em Poiares e Penacova

Fernando Gomes, deputado do PCP pelo círculo de Coimbra, contactou as populações dos concelhos de Vila Nova de Poiares e Penacova. Dos encontros, realizados no passado dia 19, aquelas organizações concelhias do PCP destacam:

• Encontro com a população do lugar de Sabouga, freguesia de Lavegadas — ver e ouvir de viva voz o

grande problema do rebentamento na pedreira e também os problemas dos baldios de Sabouga. No decorrer do encontro, e na presença do presidente da Câmara de Vila Nova de Poiares, este garantiu que os rebentamentos da pedreira terminariam no passado dia 21 de Março.

• Encontro com a população dos lugares limítrofes da zona industrial de Vila Nova de Poiares — os problemas causados pela poluição da fábrica de asfalto, que afectam milhares de pessoas e de outras empresas, estiveram em foco.

• Reunião com a direcção da Cooperativa Agro-Pecuária de Vila Nova de Poiares — conhecimento dos seus problemas, dificuldades e perspectivas.

• Encontro com elementos da população do lugar de Belfeiro (Penacova).

• Encontro com dezenas de pessoas da população de Gondolim (Penacova) onde foi dado conhecimento da falta de estrada de acesso à barragem da Raiva e de transportes condignos para a freguesia.

O deputado do PCP, que foi sempre acompanhado por membros das comissões concelhias do Partido e de eleitos nas autarquias locais, apresentará na Assembleia da República todos os problemas destas populações.

### Freguesias do norte concelho

# Encontro em Matosinhos sobre transportes

A necessidade dos STCP/Serviços de Transportes Colectivos do Porto passarem a operar na freguesia da Lavra e a criação de um passe social Matosinhos/Cidade do Porto foram duas das principais conclusões do Encontro sobre Transportes nas Freguesias do Norte do Concelho de Matosinhos, promovido pela CDU, no passado sábado, em Perafita.

No Encontro, que contou com a participação viva de dezenas de participantes e várias intervenções, foi feito levantamento e foram apon-

tadas as propostas da CDU para a resolução dos graves problemas de transportes que afectam, em particular, as populações das freguesias de Santa Cruz, Lavra e Perafita.

Não competindo às autarquias a resolução dos problemas dos transportes, mas sim ao poder central, foi realçada no Encontro a acção decisiva da CDU, na Câmara e nas Juntas e Assembleias de Freguesia, para a satisfação de aspirações de há muito sentidas pelas populações de Guifões, Santa

Cruz do Bispo e Perafita. Porém, muito há ainda por resolver e as conclusões do debate, de forma circunstanciada, enumeraram as principais reivindicações, desde a criação de novas carreiras à melhoria e coordenação dos horários, passando pelas condições dos transportes, em particular das crianças e jovens, até à reclamação da revisão do Decreto-Lei 40744, de 1956, que limita a área de preferência de concessão do STCP, o que exclui parte da freguesia de Perafita e toda a freguesia de Lavra.



Poder Local

# CDU de Lisboa apresenta Câmara alternativa

Mais de meia centena de pessoas que integram a Coordenadora CDU de Lisboa reuniram-se no passado fim-de-semana no hotel «Alfa» para discutir e aprovar a estruturação e composição da «Câmara alternativa» para o município da capital, prosseguindo o debate sobre a situação da cidade e a intervenção da CDU. Foi produzido um conjunto de intervenções enquadrando os problemas da cidade, nomeadamente o Plano Director Municipal, a situação habitacional, os aspectos relacionados com a integração de Lisboa no processo de regionalização, o relacionamento da Câmara com as Freguesias, etc.

Os trabalhos foram presididos por Rui Godinho, vereador do PCP na CML, a «Câmara alternativa» foi apresentada por Anselmo Aníbal, vereador independente da CDU, e na mesa estavam presentes dirigentes e activistas dos partidos e independentes que integram a CDU. Como nota saliente resultante do encontro, sublinhe-se «a definição de 17 áreas que são, no entendimento da CDU, áreas-valência e áreas-problema da cidade, pelo que não se configura a «Câmara alternativa» no modelo organizacional da actual Câmara de Lisboa e dos seus pelouros».

Antes de passarmos à transcrição das conclusões do Encontro, recorde-se que a CDU é a 2.ª força política da Câmara Municipal de Lisboa que viu recentemente recusada pelo presidente da edilidade, engenheiro Abecasis, uma sua proposta de assumir pelouros na CML, de acordo com o peso político que tem no município.

«A Coordenadora CDU de Lisboa, na sua reunião de 16 de Janeiro de 1988 decidiu constituir uma «Câmara alternativa» que corporize um projecto necessário para a cidade, para todos e todas que nela residem e/ou trabalham, inserida numa perspectiva séria de trabalho rigoroso, sobre a intervenção municipal e nas freguesias, que temos tido em Lisboa.

«No seguimento de tal reunião, o Secretariado da Coordenadora CDU de Lisboa, em cuja composição estão representados o Partido Comunista Português, o Partido Ecologista «Os Verdes», a associação Intervenção Democrática e independentes de várias áreas políticas, avançou na constituição de uma «Câmara alternativa» entendida como importante projecto de intervenção no município, de acompanhamento e fiscalização do trabalho desenvolvido pela actual gestão PSD-PS e CDS da Câmara de Lisboa, protagonizada pelo eng.º Abecasis

há 8 anos e globalmente evada de opções graves e descaracterizadoras nas grandes linhas de urbanização e administração urbanística, de mediocridade na gestão dos recursos humanos e materiais do município e tipificada por uma indesejável incapacidade de entendimento das novas necessidades a que a cidade urgente e qualificadamente precisa de responder.

«Este colectivo, que é hoje chamado a trabalhar no âmbito deste projecto çCâmara alternativa, é representativo daqueles e daquelas que são o rosto da CDU nas 53 freguesias da cidade, nas múltiplas estruturas representativas das populações, nas colectividades e agremiações de Lisboa, agregando experiências e valores.

«Definiram-se 17 Áreas que são, no nosso entendimento colectivo, áreas-valência e áreas-problema da cidade, pelo que não se configura a «Câmara alternativa»



no modelo organizacional da actual Câmara de Lisboa e dos seus pelouros.

«O eng.º Abecasis, em nome da aliança PS-PSD-CDS, ainda há pouco voltou a reiterar a sua recusa em atribuir pelouros aos vereadores eleitos, integrantes na CDU; numa perspectiva de estreiteza e sectarismo qual analisámos em variados momentos e que sublinha o seu

desrespeito pela vontade eleitoral que nos identifica como 2.ª força política do município.

«As áreas que constituímos na «Câmara alternativa» são 17, pelo número globalmente expresso de vereadores no Município de Lisboa e a própria nomenclatura empregue situa a descrição funcional fundamental dessas áreas.»

## Encontro CDU em Braga

Realizou-se no passado domingo uma reunião plenária concelhia da Coligação Democrática Unitária - CDU, em Braga, tendo como objectivos dar um balanço do trabalho autárquico dos eleitos da CDU, preparar as próximas eleições para o Poder Local e constituir a Comissão Coordenadora Concelhia da CDU. A reunião contou com a participação de militantes do PCP e do partido «Os Verdes» das respectivas organizações locais, do vereador da CDU eng. Casais Batista, membros da Assembleia Municipal e representantes da CDU nos Conselhos de Administração dos Serviços Municipalizados de Braga, bem como de democratas independentes identificados com a CDU.

O Encontro manifestou o seu apoio ao trabalho e à orientação seguida pelos representantes da CDU nos diversos órgãos e serviços camarários, realçando o trabalho produzido pelo vereador da CDU nos pelouros de que é responsável e pelos eleitos CDU nas autarquias. A política do Governo de Cavaco Silva contra o Poder Local foi também alvo das atenções do Encontro, mas na forma de severas críticas e denúncias.

Entretanto foram apontados alguns objectivos, de que destacamos:

A necessidade de promover a afirmação do projecto CDU para as autarquias locais, como um projecto consequente e com rosto próprio, como um projecto de unidade onde cabem todos os democratas empenhados no reforço do Poder Local democrático, na sua transparência, abertura e ligação profunda às populações.

Iniciar desde já o trabalho preparatório visando a apresentação das candidaturas CDU às eleições em todas as autarquias do concelho de Braga, para o que apontou como acções a desenvolver: promover a constituição de comissões CDU e de responsáveis pela formação das listas CDU nas freguesias; lançar o boletim «Porta Nova»

como órgão concelhio da CDU; preparar iniciativas de debate e estudo dos problemas da cidade e do concelho que permitam aprofundar as propostas e a política da CDU para Braga.

Reforçar o esclarecimento e a informação públicos sobre o trabalho e as propostas dos eleitos da CDU nas autarquias; intensificar os contactos e o diálogo com as populações sobre os problemas e aspirações das freguesias e do concelho; promover o debate e o diálogo com a juventude de modo a dar corpo e voz à iniciativa e à criatividade da juventude CDU no que respeita aos problemas locais e ao Poder Local.

Constituir a Comissão Coordenadora Concelhia da CDU, em que participam os representantes da CDU na Câmara, Assembleia Municipal e nos Serviços Municipalizados, representantes dos partidos que integram a coligação (PCP e «Os Verdes») e outros democratas apoiantes da CDU, tendo sido definido que a mesma terá um funcionamento aberto à integração de novas adesões e que serão seus objectivos centrais acompanhar a política autárquica da CDU e animar a preparação desde já das próximas eleições para o Poder Local.

## Santo Tirso

# CDU critica Orçamento da Câmara

Uma análise aprofundada e, ao mesmo tempo, um balanço dos principais problemas com que continua a debater-se a população do concelho de Santo Tirso, são tema da declaração da CDU a propósito do Plano e Orçamento de 1988, recentemente tornada pública.

Obras e projectos que vêm de ano para ano a ser adiados, uma gestão que não só

peca pela falta de rigor como é, em muitos casos, clandestina, uma notória falta de transparência e de diálogo exibida pela maioria socialista da Câmara, a irresponsabilidade em relação à execução dos planos aprovados, são traços de gestão municipal que merecem a crítica dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Santo Tirso.

E, detendo-nos em apenas

dois aspectos denunciados na declaração da CDU: «o autêntico escândalo que significa as transferências correntes para as freguesias diminuir de 70 000 contos para 63 000, bem significativo do desprezo da Câmara pelos problemas das populações»; «a completa subversão da lei», «a mais grave ofensa até hoje feita pela Câmara à Assembleia Municipal», segundo a declara-

ção, patente nas diversas autorizações previstas, que deveriam ser expressas e vistas caso a caso, para resolver situações concretas, o que não acontece no Plano.

É assim que a exigência de uma gestão séria e diferente aparece como justa palavra de ordem para o trabalho e a acção dos democratas, dos trabalhadores, da população do concelho de Santo Tirso.

## Em Alcochete Marcha de protesto contra «mais» Campo de Tiro

Promovida pelo Partido Os Verdes e outras organizações ecologistas e do movimento da paz teve lugar, no passado domingo, a caminhada-protesto contra o alargamento do Campo de Tiro de Alcochete.

Papel importante coube naturalmente às autarquias dos concelhos de Alcochete e Benavente, ambas de maioria CDU, cujas áreas administrativas envolvem directamente o Campo de Tiro, assim como à Comissão de Paz do Montijo, desde a primeira hora activa na programação e mobilização da caminhada. Também as Comissões Concelhias de Alcochete e do Montijo do nosso Partido apelaram à participação das populações daqueles dois concelhos ribeirinhos do Tejo.

Partidários da Paz de Almada, Barreiro, Benavente, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, entre outros (pois também do distrito de Lisboa

houve afluência), foram recebidos frente à Câmara Municipal de Alcochete, onde desde as 10 horas da manhã actuava o Rancho Folclórico do Passil, daquele concelho, já envolvido por muitos populares que viriam a integrar o cortejo até ao Campo de Tiro.

É de assinalar ainda representações da Associação dos Municípios e da Coordenadora dos Partidários da Paz do Distrito de Setúbal, de núcleos do Movimento Democrático das Mulheres (MDM), e ainda do CPPC e do MNANP (Movimento Não Às Armas Nucleares em Portugal). Na véspera, na fase final dos seus trabalhos, o II Congresso da União dos Sin-

dicatos de Setúbal saudou a caminhada e solidarizou-se com os seus objectivos. Durante a semana, nos concelhos de Alcochete e Montijo decorreram variadas acções de sensibilização, com particular destaque para um debate na Escola Secundária do Montijo, reunindo cerca de duzentos estudantes e professores.

A coluna de cerca de meio milhar de pessoas, após percorrer durante duas horas e meia os nove quilómetros que separam o centro de Alcochete do Campo de Tiro, deparou com a colocação de um forte dispositivo da GNR à entrada daquelas instalações militares, o que de imediato foi caracterizado como um contra-senso, dado que o programa, integralmente cumprido, não apontava acções outras que não um piquenique-convívio entre os pinheiros circundantes.

Apoiados num carro sonoro posto à disposição dos manifestantes pela Câmara Municipal de Alcochete, o presidente desta, assim como das Câmaras de Benavente e Montijo, o deputado Herculano Pombo e outras individualidades (designadamente religiosas), tomaram a palavra, todos coincidentes quanto ao balanço positivo possível de fazer acerca da jornada, mas igualmente quanto à necessidade de promover muitas outras iniciativas, para que o Governo PSD/Cavaco Silva recue nos seus desígnios armamentistas exclusivamente ao serviço de interesses alheios ao povo e ao País.

No quadro da acção promovida no domingo inclui-se uma visita à Reserva Natural do Estuário do Tejo, com a intervenção esclarecedora de um técnico daquela direcção.

## Nacional

# Conspiração contra Angola passa por Lisboa

## — acusa o MPCA

«A situação que se vive em Angola não é de guerra civil mas sim de uma verdadeira guerra de agressão por parte da África do Sul», afirmou em Lisboa Rui Grácio, dirigente do Movimento Português Contra o Apartheid, no decorrer de uma recente conferência de imprensa destinada a dar a conhecer as preocupações deste movimento de opinião pelo agravamento da situação em Angola e pela deterioração crescente na África do Sul.

Silas Cerqueira afirmou, por sua vez, não se poder separar a guerra contra o povo angolano da luta contra o apartheid, considerando a este respeito não ser possível estar «simultaneamente contra o apartheid e apoiar a Unita», organização cujo dirigente máximo, segundo disse, está hoje perfeitamente desqualificado como agente deste regime hediondo severamente condenado pela Humanidade.

Detendo-se sobre a situação na República Popular de Angola, Silas Cerqueira salientou que o momento que se vive é crucial para toda a África Austral e para a paz no mundo, chamando ainda a atenção para o facto de

serem as Forças Armadas angolanas quem está a aguentar a agressão do inimigo externo.

A questão das relações entre Portugal e Angola foi também abordada por este conferencista, tendo chamado a atenção nomeadamente para aquilo a que chamou «os fios essenciais da agressão contra Angola», os quais, em sua opinião, «passam por Lisboa».

Lembrou a este propósito a manobra em curso lançada há dois anos em Washington a partir da visita de Savimbi, plano elaborado com vista a «falsear o processo de negociações», ou seja, a sentar à mesa, para lá de Angola e da África do Sul, a Unita.

Rui Grácio, um dos signatários do documento dirigido e entregue ao Presidente da República onde se expressa a preocupação comum pelas relações entre o nosso país e Angola, pôs ainda em relevo a campanha de mistificação levada a cabo com a cobertura de órgãos de comunicação social tendente a publicitar a Unita e o seu líder de modo a preparar o clima para que possa pisar solo nacional. Trata-se de «encenações e mistificações visando atribuir à Unita a importância que não tem», acentuou Rui Grácio.

Esta é também a opinião dos mais de quinhentos democratas que subscreveram a exposição dirigida ao Presidente da República, texto onde se apela, designadamente, a que «de modo nenhum e a nenhum título possa vir a ser eventualmente autorizada a passagem ou entrada em território português de qualquer chefe terrorista, no caso vertente antiangolano, nomeadamente Jonas Sa-

vimbi».

Aquilino Ribeiro Machado, igualmente membro do MPCA e um dos signatários do documento entregue a Mário Soares, lembrou por seu turno que com este gesto os democratas portugueses obedeceram a um imperativo de defesa do interesse nacional.

Regressado no próprio dia de Angola, onde se deslocou por razões profissionais, Sérgio Ribeiro afirmou pela sua parte que muito embora as agressões continuem a dificultar o caminho de reconstrução nacional, não deixam no entanto de ser apreciáveis os avanços alcançados.

No decorrer da sua breve estadia em território angolano, no âmbito de um projecto do ministério do Plano daquele país, Sérgio Ribeiro avistou-se com o ministro das Relações Exteriores a quem entregou uma mensagem do MPCA, tendo na ocasião sido posto ao corrente da última proposta angolana de paz para a África Austral.



## Praça da Liberdade

### Informação local

#### — O diálogo necessário

«Praça da Liberdade», «Margem Esquerda», jornais do Porto e Gaia, respectivamente. Mas também o «Concelho de Gondomar». O boletim de eleitos da CDU, o «Vila de Avintes». E o «Notícias de Valongo». Ou o desdobrável da CDU de Santo Tirso, que leva em manchete «O nosso Concelho necessita de uma gestão diferente». E a Junta de Freguesia de Pedrouços, na Maia, que publica o «Pedrouços». Exemplos diferentes de uma realidade que se anima. Durante os meses de Fevereiro e Março são estes os títulos que recolhemos de um diálogo que está aberto, um diálogo que urge, entretanto, intensificar, tornar permanente. O diálogo escrito com as populações acerca das realidades locais, dos pequenos e grandes assuntos que animam a vida das freguesias, dos concelhos do nosso distrito. Porque é importante que o Poder Local democrático, na sua realidade múltipla, tenha vozes e se faça ouvir. Há que dar voz à realidade profunda que são as populações em movimento, construindo uma vida melhor. E, nesse plano, um lugar de destaque à intervenção inconfundível dos eleitos da CDU, intervenção nas condições mais variadas, por vezes em minoria nos órgãos de Poder Local, mas sempre vozes sérias, empenhadas, actuações, em sintonia com as aspirações do povo do distrito.

A veiculação da informação e da opinião democráticas não é problema que tenha apenas uma solução. É um trabalho que passa pela luta contra o controlo pela direita dos grandes órgãos da comunicação social de massas. Mas que passa, urgentemente, também, pela multiplicação, pela persistência da informação local, viva, séria, aberta ao dia-a-dia das populações. Uma informação que está ao nosso alcance fazer. Um diálogo necessário que, melhor que ninguém, podemos abrir. Cada vez mais.

■ J.N.L.

## Tribunal «Mulher e Violência»

A criação junto da AR da Provedoria da Igualdade é a primeira de um conjunto de estruturas e acções, visando a defesa da igualdade de direitos e oportunidades e o combate à violência sobre as mulheres, propostas pelo MDM no final do debate «Mulher e Violência» que no sábado decorreu no Centro de Estudos Judiciários de Lisboa.

Pressuposto era, como foi dito na introdução ao debate, que as mulheres estão sujeitas a formas específicas de violência — na família, no trabalho, na sociedade em geral — em clara violação da sua liberdade individual e da sua dignidade; provado foi que assim é. Juristas, psicólogos, sociólogos, dirigentes sindicais e activistas de partidos políticos, católicos e representantes de organizações femininas com formação e opiniões muito diversas, convergiram todos na acentuação de que, no plano constitucional e legislativo, a mulher portuguesa está no essencial protegida contra a discriminação e nos seus direitos de cidadã. Mas outra coisa bem diferente é a vida:



como ali foi mais que provado, «a consagração legal de princípios é indispensável — mas não é suficiente». As mulheres continuam a ser vítimas de discriminação — e de violências de que elas próprias tantas vezes não têm consciência, levadas que são à conta da sua «condição de mulher».

O MDM não se limita à denúncia. Com a serenidade, confiança e imaginação com que soube organizar este Tribunal «Mulher e Violência» e acolher as opiniões que ali foram levadas, oferece-nos agora esta proposta de «Plano de Emergência» onde, ponto a ponto, enumera onde e para quê defende

que as organizações de mulheres devem, no plano institucional, intervir. E que é, em suma, tudo o que às mulheres diz respeito.

## Câmara do Barreiro amplia biblioteca

A Câmara Municipal do Barreiro aprovou recentemente o projecto de ampliação e remodelação da Biblioteca Municipal, obra de grande vulto orçada em 86 milhões e 617 mil escudos.

Este projecto, que compreende diversas alterações e melhoramentos, surge na sequência do contrato programa estabelecido entre o Município e o Instituto Português do Livro e da Leitura, de modo a que os custos sejam suportados pelas duas entidades, beneficiando desta forma toda a população utilizadora deste espaço vivo de cultura e das artes.

## Em Vila Franca de Xira Festival Juvenil «Xira Jovem»

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira vai realizar, em colaboração com as associações juvenis do concelho, nos próximos dias 25, 26 e 27 de Março, o festival juvenil «Xira Jovem».

No Parque Municipal de Feiras e Exposições irá desenvolver-se um conjunto diversificado de actividades — exposição/mostra de todas as organizações juvenis, espaços de ciência, tecnologia e formação profissional, exposição municipal, espaço Canta-Quem-Quer, discoteca, café-teatro e concertos musicais com os Rádio Macau, Mier Iffe Dada e Mafalda Veiga.

Inscrito no quadro das ocupações deste município relativamente à juventude, esta realização tem como objectivos:

— mostrar à população do concelho a actividade que as associações juvenis vêm desenvolvendo nos vários domínios de acção;

— divulgar as linhas de força de actuação do município no seu trabalho, com os jovens, quer no âmbito do apoio às associações juvenis, quer através da realização de iniciativas próprias dirigidas aos jovens em geral;

— trazer a este espaço um conjunto de instituições e organismos que fazem dos jovens os seus principais destinatários.



Câmara Municipal de Vila Franca de Xira  
Grupo Dinâmico de Juventude

## Dia do Estudante comemorado no Porto

Um conjunto de iniciativas em várias escolas do Porto, Matosinhos e Vila Nova de Gaia — colóquios, sessões de vídeo, torneios desportivos — marca hoje, dia 24 de Março, as comemorações de mais um Dia do Estudante.

Na Escola Secundária Infante D. Henrique decorre um Torneio de Voleibol Inter-Escolas e no Alexandre Her-

culano estará patente uma exposição subordinada ao tema «24 de Março/Dia do Estudante», para citarmos apenas dois exemplos.

A nível central, o Núcleo Associativo do Ensino Secundário do Distrito do Porto, que engloba AAEE e núcleos culturais de 26 escolas, vai realizar, no dia 31 de Março, à tarde, no Pavilhão Infante

Sagres, um festival com os grupos «Heróis do Mar» e «Peste & Sida».

Entretanto, a «história» do Dia do Estudante e a situação do Ensino no ano de 1988, quase vinte anos depois, são o tema do documento que o mesmo Núcleo Associativo distribuiu hoje em várias escolas do distrito do Porto.

Internacional

# Turquia, a democracia negada

No dia 16 de Novembro de 87, a polícia turca prendia, no próprio aeroporto, Haydar Kutlu e Nihat Sargin, secretários-gerais do Partido Comunista da Turquia (PCT) e do Partido Operário da Turquia (POT), que regressavam do seu exílio, desafiando assim uma afirmação concreta de qual o verdadeiro carácter da «democratização» do regime, amplamente propalada e acompanhada de um pretensioso processo eleitoral e do formal pedido de adesão à CEE.

O regresso ao país de Haydar Kutlu e Nihat Sargin resulta de uma decisão de ambos os partidos, que entretanto optaram pela fusão.

O Partido Comunista da Turquia é o único partido comunista proibido na Europa. Em 1986, o PCT definiu um

«programa de alternativa democrática nacional» para a Turquia. Em fins de 1987, o PCT e o POT decidiram da sua fusão no Partido Comunista Unificado da Turquia. Definindo o seu caminho rumo ao socialismo, os comunistas turcos dizem:

«Avançamos uma política de alternativa democrática no quadro do capitalismo porque estamos convencidos de que a via para o socialismo não pode ser aberta sem a defesa e o reforço da democracia. O povo deve ser o seu arquitecto, é com o desenvolvimento da democracia que o socialismo se desenvolverá».

A resposta da ditadura ao regresso dos dois dirigentes comunistas foi um claro não. Um não que entretanto deixa a nu os estreitos e demagógicos limites de uma «abertura» que na verdade se não concretiza.

A actual situação política e socioeconómica da Turquia é dramática e nada tem a ver com uma fachada democrática que se tentou promover.

Desde Setembro de 1980, todas as organizações e regras democráticas foram suprimidas e uma nova Constituição imposta aos povos da Turquia. É institucionalizado o delito de opinião e negadas as liberdades fundamentais. A vida sindical é sufocada, tal como é negado o próprio direito à existência do povo kurdo, com as suas especificidades nacionais. Pela lei sobre as eleições e os

partidos, todos os partidos existentes antes do golpe foram proibidos e aos seus dirigentes negada a possibilidade de fundarem novos partidos.

O balanço da repressão é impressionante. Pelo menos 250 democratas foram mortos sob tortura e 150 mil presos (20000 continuam ainda nas prisões). Foram abertos processos contra partidos, sindicatos e associações. Processos em que as leis da ditadura são mesmo aplicadas a acções realizadas antes do golpe, quando ainda eram legais!

Neste período de domínio ditatorial – e para referir alguns dados significativos da realidade socioeconómica do país – a dívida externa saltou de 16,5 mil milhões de dólares para 35 mil milhões; o rendimento nacional por habitante caiu de 1500 dólares para 110; 20% da população activa está no desemprego.

Neste quadro ressalta o porquê das barreiras lançadas pelo governo de Ozal, como anteriormente do general Evran, a qualquer actividade democrática, e em particular à actividade dos comunistas.

## Gicek Kutlu no Parlamento Europeu

Esteve em Estrasburgo, durante a Sessão Plenária de Março do Parlamento Europeu (PE), com o apoio do Grupo Comunista e Afins, a camarada Gicek Kutlu, mulher do secretário-geral do Partido Comunista Turco, Haydar Kutlu, que se encontra preso em Ankara juntamente com Nihat Sargin, secretário-geral do Partido Operário da Turquia, quando do seu regresso em Novembro passado à Turquia, era véspera das eleições.

Na sequência da fusão dos dois partidos com vista à unificação dos comunistas turcos, o retorno de Kutlu e Sargin cumpria uma decisão das respectivas direcções e pôs em evidência os limites do chamado processo de «democratização» turco e os condicionamentos em que decorreram as eleições.

Gicek Kutlu, acompanhada de Kiral Cemal, membro do CC do PCT, e de outros camaradas seus, teve encontros com o grupo comunista; com Lord Plum, presidente do PE; com Bayer de Ryke, presidente da delegação PE-Turquia e com vários outros deputados do SPD, PPE, etc...

Nestes contactos houve oportunidade de salientar as torturas a que foram sujeitos e as péssimas condições prisionais em que se encontram agravadas pelo isolamento e condições de saúde – Kutlu com problemas cardíacos e Sargin sofrendo designadamente de tensão alta.

Só recentemente os advogados puderam contactá-los. De referir a grande solidariedade dos advogados turcos pois mais de 800 se candidataram à defesa do processo, ficando 150 encarregados do mesmo.

Dois dos advogados, em atitude intimidatória, foram interrogados pela polícia e encontram-se também como réus no processo de acusação contra Kutlu e Sargin.

O processo, ainda sem data marcada (fala-se agora em 15 de Abril), tem vindo a ser sucessivamente adiado. Os advogados desconhecem o conteúdo dos *dossiers* e as diligências feitas junto do procurador obtiveram, por resposta, que eles têm razão mas mesmo sendo ilegal e contra a lei ele, Procurador, não as pode fornecer.

O tribunal de excepção onde serão julgados Kutlu e Sargin tem poderes para encerrar o processo em qualquer momento e não existem nenhuma garantia para a defesa. Aliás outras acusações estão a ser produzidas o que poderá levar a uma cadeia de processos que fará arrastar interminavelmente a prisão dos dois responsáveis comunistas. A acusação oficial já pediu publicamente 36 anos de prisão para cada um dos dois dirigentes.

O regresso dos dois secretários-gerais teve um grande impacto na Turquia, nos trabalhadores e forças democráticas e fez levantar novamente com toda a força a questão das liberdades e da democracia na Turquia e a legalização dos comunistas.

As pressões sucedem-se tentando amedrontar e quebrar o movimento de solidariedade, quer interno quer externo e os adiamentos do processo procuram amortecer a situação com a esperança de que se generalize uma certa apatia e aceitação da sorte de Kutlu e Sargin e de que o julgamento não faça explodir o problema de milhares e milhares de presos políticos.

Lord Plum prometeu desenvolver esforços junto das autoridades turcas e igualmente junto da Comissão da CEE para que esta se junte a tais diligências. Está previsto o acompanhamento do processo por parte do PE e mesmo a deslocação à Turquia de uma delegação. Vários membros dos governos de países da CEE terão manifestado a sua preocupação junto de Gicek Kutlu.

O governo turco recusou recentemente a entrada na Turquia a uma delegação internacional de médicos que pretendiam examinar as condições de saúde e de detenção de Kutlu e Sargin.

Dia 15 de Março realizou-se em Bruxelas, na sede do PE, uma conferência de imprensa promovida por Jef Ullbrahns, deputado independente ao PE, que apresentou um documento assinado por mais de 100 deputados e personalidades belgas de vários quadrantes políticos exi-



Haydar Kutlu e Nihat Sargin, na conferência de imprensa realizada imediatamente antes do seu regresso à Turquia, onde foram presos.

gindo a libertação dos dois responsáveis comunistas.

Por parte do Grupo Comunista no PE foi manifestada mais uma vez toda a sua solidariedade e a continuação

dos esforços e iniciativas visando incrementar a solidariedade internacional que leve à libertação de Kutlu e Sargin e ao reconhecimento do Partido Comunista Turco.

## Delegação do PCP visitou Iémen Democrático

A convite do Partido Socialista Iemenita, visitou a República Popular do Iémen, de 18 a 20 de Março, uma delegação do Partido Comunista Português composta por Jorge Araújo, membro da Comissão Política e do Secretariado, e Domingos Lopes, membro suplente do CC.

A delegação do PCP encontrou-se com Salem Saleh Muhammad, secretário-geral adjunto do CC do PSI, e Muhammad Seed Abdulla (Muh-sin), membro da Comissão Política e secretário do CC.

Durante as conversações foram trocadas informações sobre a situação nos dois países e a actividade dos

dois partidos e aspectos da situação internacional. Em particular, ambas as delegações valorizaram as iniciativas de paz da URSS e dos países socialistas e expressaram a activa solidariedade dos respectivos partidos para com o levantamento das massas populares palestinianas nos territórios ocupados por Israel e a luta do povo palestiniano, sob a direcção da OLP, pela edificação do seu próprio estado independente e soberano.

As duas partes exprimiram a sua satisfação pelo desenvolvimento das relações de amizade e solidariedade existentes entre os dois partidos.

## Chevardnadze, de regresso de Washington

Eduard Chevardnadze, ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, de passagem pelo nosso País, teve em Washington uma nova ronda de conversações com as autoridades dos EUA, incluindo encontros com Shultz e Reagan. Em causa a preparação da próxima cimeira a realizar em Moscovo. Concretamente o tratado de redução do armamento estratégico, actualmente em preparação em Genebra, e questões relacionadas com conflitos regionais.

Entretanto, em Genebra, prosseguem as conversações sobre os armamentos nucleares e espaciais, com vista à redacção dos textos do protocolo das inspecções, do protocolo sobre a transformação ou eliminação das armas que deverão ser drasticamente reduzidas, e outros documentos que serão anexos ao tratado de redução em 50% dos armamentos estratégicos ofensivos dos EUA e da URSS.

Prosseguem igualmente os debates para aproximar as posições das duas partes em relação à formação de um projecto conjunto do tratado.

No grupo para os armamentos espaciais, as delegações continuam a discutir a preparação de um entendimento sobre a observância do Tratado DAM.

## Conversações afegano-paquistanesas

Reiniciaram-se em Genebra as conversações afegano-paquistanesas, mantidas através do representante do secretário-geral da ONU, Diego Cordovez.

A parte paquistanesa tem vindo a levantar sucessivos obstáculos, formulando problemas que anteriormente não figuravam na agenda de conversações.

Entre estes obstáculos, Abdul Waquil, ministro dos Negócios Estrangeiros do Afeganistão, mencionou as tentativas de incluir na agenda de conversações a questão da fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão, referindo-se

ainda às exigências de Islamabad de criar um «governo de transição» antes da assinatura dos acordos.

Entretanto, o jornal indiano «National Herald» afirma que o Congresso dos EUA vai examinar, em breve, um projecto de lei que prevê a entrega de um primeiro grande lote de armamentos sofisticados ao Paquistão.

Em recente declaração do governo soviético (15 de Março), afirma-se: «estão profundamente enganados aqueles que pensam que poderão continuar a esquivar-se à assinatura dos acordos e que a data do início da retirada das tropas permanecerá a mesma. É óbvio que, caso sejam adiados os prazos da assinatura dos acordos, será igualmente o início da retirada das tropas soviéticas».

## Comunistas de Israel defendem dois Estados para dois povos

O secretário-geral do PC Israelita, Meir Vilner, em entrevista ao jornal «Pravda», afirmou que os comunistas de Israel defendem «o princípio de dois Estados para dois povos» como forma de resolver o problema palestiniano e o conflito do Médio Oriente.

Vilner sublinhou que o caminho para a regularização da situação na zona passa pela convocação de uma autêntica conferência internacional, que não sirva simplesmente de biombo para novos acordos em separado.

O secretário-geral do PC Israelita considerou que o levantamento do povo palestiniano pela criação de um Estado nacional independente, confirma que o povo palestiniano não dirige a sua luta contra o povo de Israel, mas bate-se pela sua própria liberdade. Na opinião de Vilner, a insurreição palestiniana e o seu impacto acabarão por apressar a realização de uma conferência internacional.

O dirigente comunista afirmou ainda que o levantamento palestiniano não é fruto do desespero, mas sim um sinal de confiança na vitória, e destacou como primeiros resultados importantes em Israel, os protestos contra as atrocidades cometidas pelas tropas de ocupação.

## Internacional

# A «invasão» das Honduras inventada pela Casa Branca para invadir a Nicarágua

A decisão da administração Reagan de enviar para as Honduras, na passada quarta-feira, mais de três mil soldados, a pretexto de ajudar aquele país a enfrentar uma pretensa invasão pela Nicarágua, provocou um perigoso aumento da tensão na América Central, cujas consequências são de momento imprevisíveis.

O envio de tropas norte-americanas para as Honduras veio, por outro lado, pôr uma vez mais a nu o total desrespeito de Washington pelos acordos de paz assinados na Guatemala pelos presidentes, centro-americanos, servindo-se dos métodos mais condenáveis e das mentiras mais absurdas para impor as suas decisões.

Começamos pela notícia da «invasão» das Honduras. É anunciada, em primeiro lugar, pela Casa Branca, que diz ter recebido um pedido de ajuda de emergência do governo hondurenho. Entretanto, das Honduras, os responsáveis militares e o próprio ministro dos Negócios Estrangeiros daquele país afirmam em declarações públicas desconhecer quaisquer movimentações das forças nicaraguenses no território do seu país.

Caricato e muito estranho. Mas como as Honduras vivem sob o domínio norte-americano, se a Casa Branca diz que têm necessidade de «ajuda urgente» o pedido formal acaba por ser feito, ainda que ligeiramente desfasado no tempo. O processo é tão obscuro que o líder do Congresso norte-americano

no faz notar não dispor aquele órgão de informação imparcial sobre o assunto, salientando ao mesmo tempo que, dado haver combates entre os sandinistas e os «contras» junto da fronteira com as Honduras (onde estes se refugiam e têm as suas bases), não é de estranhar uma ou outra incursão em território hondurenho, sem que isso signifique uma invasão. Pelo que, como disse, ser «exagerada» a reacção da Casa Branca.

Exagerada ainda foi a «explicação» dada por George Bush, segundo o qual a ofensiva sandinista representava um «verdadeiro problema de segurança» para os EUA. Enquanto isso, o porta-voz da Casa Branca, Marlin Fitzwater, garantia que o envio de tropas para as Honduras «favorece a causa da paz» na região, ao mesmo



Na cimeira realizada na Costa Rica, os presidentes da América Central ratificam os acordos de Esquipulas II, numa afirmação de independência e de desejo de paz que a administração Reagan tudo tem feito para impedir

tempo que deixava a pairar a ameaça sublinhando que o envio de soldados era também «um sinal para os governos e povos da América Central».

É afinal tudo muito claro: ou os processos decorrem a contento dos EUA ou as tropas entram em acção.

Importa salientar que esta acção, embora surpreendente, não foi de todo inesperada. Recorde-se que na semana passada (em vésperas do anúncio da «invasão» das Honduras pela Nicarágua), Reagan recebeu em audiência representantes dos Partidos Democrata e Republicano, a quem pediu que

apoiassem as medidas destinadas a impedir a eliminação da resistência e a destruição das infra-estruturas em que se apoiam os «contras».

Ao dar conhecimento deste encontro, Marlin Fitzwater justificou-o com o facto do governo da Nicarágua estar a preparar uma grande ofensiva a fim de «desferir um golpe mortal sobre os «contras»». Quase ao mesmo tempo, o chefe da Casa Branca, Howard Baker, afirmava em entrevista ao «Washington Post» que o presidente Reagan desejava ver solucionada ainda na semana passada a questão do reinício da ajuda aos «con-

tras», suspensa por deliberação do Congresso em 29 de Fevereiro último.

## Impedir o diálogo

As peças desta trama começam a conjugar-se. Que argumento melhor do que uma «invasão» para levar os congressistas a aprovar o reinício oficial da ajuda aos anti-sandinistas?

Tanto assim é que logo no sábado dez senadores apresentaram um plano nesse sentido, pedindo um total de 48 milhões de dólares para os «contras». Também um grupo de congressistas anunciou a apresentação de um projecto semelhante ao dos senadores.

O calendário destas acções está igualmente longe de ser inocente. Basta lembrar que as conversações directas entre o governo sandinista e os «contras» estavam previstas para decorrer entre 21 e 23 do corrente, o que leva a admitir que a actualização norte-americana viesse impedi-las.

As reacções que de imediato se registaram, condenando a intervenção norte-americana, deixam antever que o agravamento da tensão na América Central terá consequências aos mais diversos níveis. Nos EUA, manifestações de protestos pelo envio de soldados para as Honduras foram reprimidas pela Polícia, que prendeu cerca de 250 pessoas.

Entretanto, o Conselho de Segurança da ONU, reunido de emergência a pedido da Nicarágua que nega desde a primeira hora as acusações que lhe são feitas pelos EUA, decidiu enviar observadores para a fronteira daquele país com as Honduras, em missão de reconhecimento.

Na sequência de todo este processo a Nicarágua decidiu ainda pedir ao Tribunal Internacional de Justiça de Haia para que retome o processo contra as Honduras, em que este país é acusado de «cúmplice das agressões» levadas a cabo pelos Estados Unidos. O processo tinha sido suspenso aquando da assinatura do acordo «Esquipulas II» que prevê a regularização pacífica dos problemas na América Central.

# Lembrar Sharpeville em jornada de luta

O 28.º aniversário do massacre de Sharpeville foi assinalado na passada segunda-feira, dia 21 de Março, com greves de protesto da população negra sul-africana, boicote às aulas nas escolas e universidades e manifestações de solidariedade com os presos políticos.

A data, proclamada pela Organização das Nações Unidas como o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, recorda o massacre que vitimou 68 pessoas e provocou 180 feridos quando a polícia racista reprimiu brutalmente uma manifestação pacífica de protesto contra o «pass law», lei que obrigava os negros a usarem um passaporte interno pregado na roupa. A maioria das vítimas foi atingida nas costas quando fugia à carga policial.

Transformada desde então em Dia dos Heróis sul-africanos, a efeméride foi este ano vivida num clima de extrema tensão, na sequência da recente proibição das actividades de 17 importantes organizações anti-apartheid e da condenação à morte dos «seis de Sharpeville», cuja execução viria a ser adiada à última hora.

Desconhecem-se pormenores sobre a jornada de luta de segunda-feira já que as autoridades racistas limitaram as actividades dos jornalistas a coberto da censura em vigor e do estado de emergência que dura há 21 meses consecutivos.

Os jornalistas foram mesmo obrigados a sair do So-

weto, o maior guetho negro de Joanesburgo, sendo ameaçados de represálias caso tentassem regressar.

Sabe-se ainda que as autoridades de Pretória transferiram unidades reforçadas do exército e da polícia para as zonas de prováveis manifestações anti-racistas, o que deixa prever o agravamento dos confrontos.

A própria Igreja anglicana denunciou o aumento da tensão no país, afirmando temer acções contra o arcebispo Desmond Tutu por parte das autoridades, o que levou à convocação de uma reunião de emergência. Partilhando estas preocupações, Robert Runcie, arcebispo de Cantuária e líder mundial da

Igreja anglicana, enviou um representante à reunião do Cabo.

Entretanto, a ONU divulgou um alerta para a «necessidade urgente e imperativa de se pôr termo ao desumano regime do apartheid, face à nova onda de violência na África do Sul e em geral à discriminação racial onde quer que ela seja praticada no mundo».

## Os seis de Sharpeville

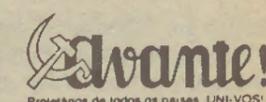
A opinião pública mundial mobilizou-se nos últimos dias para impedir a execução dos «seis de Sharpeville», activistas do movimento anti-apartheid condenados à força por alegada cumplicidade na morte de um conselheiro municipal daquela localidade.

Os seis jovens, cinco homens e uma mulher de idades compreendidas entre os 22 e os 30 anos, deveriam ter sido executados no passado dia 18, mas à última hora o Supremo Tribunal da África do Sul adiou a sentença por quatro semanas. Recordando-se que durante o julgamento os juizes reconheceram que nenhum dos seis arguidos tinha cometido o crime, sendo no entanto reconhecidos culpados só por se

«Enquanto um punhado de latifundiários está de posse de milhões de hectares, há 800 mil camponeses sem terra obrigados a viver do pesadíssimo trabalho assalariado, e centenas de milhares de camponeses pobres levando uma existência miserável, trabalhando de manhã à noite nos retalhos de terra que possuem ou arrendam em péssimas condições.

«A primeira medida que se impõe para salvar a agricultura portuguesa é pois dividir a grande propriedade pelos que a trabalham. Contudo, as novas leis que o governo está a fazer aprovar, pelo contrário, foram feitas para acabar com a pequena propriedade, para concentrar as pequenas propriedades noutras maiores. A lei do emparcelamento, apresentada pela propaganda fascista como «uma verdadeira reforma agrária» e como a defesa da propriedade familiar, nada mais é do que um novo roubo descarado das terras dos camponeses pobres, e é por isso que a lei prevê o recurso ao emparcelamento.»

(«Camponeses! Defendei as vossas terras» — «Avante!», VI Série, n.º 314, Março 1962)



PROLETARIOS DE TODOS OS PAISES UNI-VOS!

«No dia 16 de Janeiro, à tarde, os trabalhadores dos Telefones de Lisboa, que há meses vêm lutando na empresa e no sindicato, organizaram uma grande concentração no pátio da empresa. Mais de mil operários e empregados reclamaram a assinatura do novo contrato de trabalho com aumento de salários, exigindo a presença da direcção da companhia. Mas os patrões ingleses tiveram a reacção habitual. Um engenheiro mandou chamar a polícia e deu um quarto de hora ao pessoal para dispersar.

Passados minutos surgiam em torno dos Telefones as matilhas de polícias de choque e agentes da PIDE; carros da polícia bloquearam as ruas e altifalantes intimavam os manifestantes a dispersar. Mas os trabalhadores continuaram a manifestação gritando: «Temos fome! Mais dinheiro!»

(...)  
 E em princípios de Março foi finalmente assinado o novo contrato, que abrange 5000 trabalhadores da Companhia dos Telefones (...).

(«Concentração nos Telefones» — «Avante!», VI Série, n.º 327, Março 1963)



PROLETARIOS DE TODOS OS PAISES UNI-VOS!

«No dia 27 de Fevereiro centenas de estudantes universitários, liceais e das escolas técnicas do Porto reuniram-se no recinto da Universidade para discutirem os seus problemas. O reitor chamou a polícia de choque e a PIDE, que entraram brutalmente na Universidade, espancando a torto e a direito. Travou-se luta, e os polícias não foram os menos agredidos.

No dia seguinte, centenas de estudantes iniciaram uma marcha de protesto desde a Universidade até à Cantina Universitária, em pleno centro do Porto e na hora de maior movimento. Pelas 7 horas da tarde, à porta da Cantina, os estudantes fizeram um comício relâmpago, explicando as razões do seu protesto, denunciando o papel policial do reitor e a repressão. Largas centenas de pessoas cercaram-nos, a ouvi-los e a aplaudi-los. Pouco depois, carros com forças policiais atacaram os estudantes, que voltaram a defender-se.

(...)  
 Que os estudantes de Lisboa e de Coimbra e a população do Porto se solidarizem com os estudantes do Porto! Demissão do reitor-polícia da Universidade do Porto!

(«No Porto, estudantes em luta» — «Avante!», VI Série, n.º 400, Março 1969)

# Em Foco

**Avante!**

Ano 58 – Série VII  
N.º 743

24 de Março de 1988

3.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

# GREVE GERAL

**12 de Fevereiro de 1982**

**11 de Maio de 1982**

**28 de Março de 1988**

**P**ela terceira vez depois do derrubamento do fascismo e da reconquista das liberdades, os trabalhadores portugueses irão recorrer à greve geral. Foi em 1982, a 12 de Fevereiro, que se realizou o que o Comité Central do PCP, na sua Resolução de 17 do mesmo mês, classificou como «a mais vasta, participada e poderosa greve da história do movimento operário português, uma magnífica vitória dos trabalhadores e da democracia contra o Governo "AD" e a sua política».

Foi na reunião de 8 de Janeiro que o Conselho Nacional da CGTP-IN decidiu propor ao Plenário Nacional a realização de uma jornada nacional de luta para o dia 12 de Fevereiro e que deveria assumir o carácter de uma paralisação geral de 12 horas.

A proposta foi analisada na reunião do Plenário Nacional realizada em Lisboa a 15 de Janeiro e que reuniu representantes de 231 associações sindicais, entre as quais 33 não filiadas na Inter, significando mais de milhão e meio de trabalhadores.

No decorrer do Plenário, que se realizou no Teatro Aberto, na Praça de Espanha, os representantes dos trabalhadores aprovaram o alargamento da jornada para 24 horas, mantendo a data — 12 de Fevereiro.

## Os objectivos da greve geral

Nesses primeiros meses de 1982 o País conhecia um período de particular agravamento da crise económica e social desencadeado pela política do governo «AD» presidido por Pinto Balsemão.

A fixação de tectos salariais, a recusa patronal à negociação de aumentos tornados indispensáveis por uma inflação galopante juntavam-se ao aumento da repressão nas empresas onde se acentuava o recurso a «gorilas» por parte do patronato.

O sector dos transportes encontrava-se na altura em luta aberta, tendo a greve geral sido precedida de várias jornadas na CP, RN, Carris e Metro. Outra greve particularmente em foco na altura foi a dos trabalhadores da Tabaqueira contra a qual o governo recorreu a todos os meios (que incluíram mesmo a importação de cigarros de Espanha para abastecer o mercado) acaban-



do porém a luta por uma estrondosa vitória dos trabalhadores daquela empresa nacionalizada.

O «Avante!» de 14 de Janeiro dava conta na sua 1.ª página de que se encontravam em luta trabalhadores da construção civil, do sector de material eléctrico e electrónico, dos transportes, pessoal não-docente das Universidades, tabacos e cristalaria.

Lutas como as da Fábrica de Loicas de Sacavém, dos Cabos Ávila, da Cambournac, Oliva/ITT, Metalúrgica Duarte Ferreira, etc, revelavam elevada combatividade, conseguindo-se em muitos sectores e empresas (por exemplo a Covina com aumentos de 20%) romper o tecto salarial que o governo pretendia impor.

Mas a questão política estava de facto no centro das atenções. O governo «AD»/Balsemão desdobrou-se em manobras de intimidação no período que mediou entre o Plenário Nacional e o 12 de Fevereiro. A campanha nos órgãos de Comunicação Social atingiu foros de escândalo, nomeadamente na RTP.

## A preparação da greve

Um dos aspectos mais significativos da jornada de 12 de Fevereiro de 1982 foi o intenso trabalho de preparação que abrangeu todo o País.

A proposta de realização da greve geral foi levada a centenas e centenas de plenários de organizações e de empresas de Norte a Sul, reunindo muitas centenas de milhares de trabalhadores dos mais diversos sectores de actividade.

Além da votação sobre a greve, os plenários e reuniões efectuadas constituíram também importantes esforços para resolução de problemas concretos levantados pela jornada e factores de dinamização de organização sindical. A 4 de Fevereiro, a vitória dos trabalhadores da Tabaqueira obtendo 25% de aumento e um conjunto de outras re-





galias constituiu um excelente sintoma de amplitude da mobilização que se desenhava.

Na véspera do dia da greve, o «Avante!» publicava uma extensa lista de 227 sindicatos que haviam subscrito ou se encontravam abrangidos pelos pré-avisos de greve.

O País cobria-se de cartazes e pichagens apelando à participação nas paralisações e exigindo a demissão do governo.

O secretariado nacional da CGTP advertia entretanto para a possibilidade de manobras provocatórias à serem desencadeadas pelo governo e pelo patronato, o recurso a operações de intimidação com recurso às forças repressivas e manipulações da Comunicação Social.

## Mais de 1 500 000

Para a História, a greve geral de 12 de Fevereiro ficou como uma grandiosa jornada que mobilizou mais de milhão e meio de trabalhadores de todo o País. Para o anodotário da direita nacional ficou conhecida como o dia da «insurreição dos pregos»...

As advertências feitas pelo Secretariado da Central sindical nas vésperas do dia 12 revelaram-se inteiramente acertadas.

Um pouco por todo o País se verificaram manobras intimidatórias, mas nada pôde deter a adesão que nas principais zonas industriais rondou percentagens dos 90%, verificando-se paralisações totais em numerosas empresas.

Contando com o silenciamento de muitos jornais cujos trabalhadores haviam aderido à greve, o governo desencadeou através da rádio e especialmente da televisão uma das mais gigantescas operações de intoxicação e diversão a que se assistira em Portugal. O objectivo essencial foi, evidentemente, dar a ideia de que a greve geral contara com uma fraca adesão, ao mesmo tempo que se pretendia insinuar que se assistira a uma frustrada tentativa insurreccional...

Como principal agente deste último esforço ficou para sempre na história do ridículo nacional a intervenção na RTP de Ângelo Correia, à data ministro da Administração Interna do governo Balsemão e que desencadeou uma gargalhada nacional ao apresentar pregos, gaitas e arroz como outros tantos elementos que comprovavam o recurso a métodos violentos pelos «agitadores» grevistas!

## Número especial do «Avante!»

É de inteira justeza recordar que um lugar de destaque na luta contra as campanhas de mentiras do governo «AD» foi desempenhado pelo «Avante!» que, dois dias depois da greve geral, publicava uma edição especial com o que ficou a constituir a mais pormenorizada e completa informação sobre a dimensão da jornada de luta.

Milhares de números e de informações diversas, dezenas de depoimentos, uma vasta documentação fotográfica tudo abrangendo o conjunto do País deram o retrato autêntico de uma jornada que abalou irremediavelmente o governo da «AD».

A 17 de Fevereiro, o CC do PCP, ao fazer o balanço da greve geral

sublinhava a importância da sua preparação: mais de 4100 plenários de empresas, de zona e de delegados sindicais (em 2978 haviam participado mais de 278 000 trabalhadores); a aprovação final da greve por 263 associações sindicais, das quais 77 não-filiadas na CGTP.

Sob o ponto de vista político, o CC confirmava o profundo significado político da greve geral como índice do descontentamento popular, do crescente isolamento da «AD», da combatividade dos trabalhadores e em especial da classe operária, da consagração da CGTP como a única verdadeira central sindical dos trabalhadores portugueses e uma afirmação convincente da política consequente e sentido de responsabilidade do PCP.

## Assassinatos

Na evidente disposição de montar uma provocação, o governo «AD» fez deslocar para o Porto nas vésperas do 1.º de Maio um numeroso contingente do recentemente formado Corpo de Intervenção da PSP, um directo herdeiro da polícia de choque.

No dia 1.º de Maio, em Lisboa milhares e milhares de trabalhadores se concentravam na Alameda D. Afonso Henriques depois de desfilar pela Almirante Reis.

No Porto, à mesma hora, um desfile que demoraria 5 horas a passar, ocupava a Praça da Liberdade — mas esta vitória custara dois mortos ao movimento operário. Na véspera, cerca das 23 horas, no final de um espectáculo promovido pela UGT, a polícia de choque carregara sobre algumas centenas de manifestantes que apupavam a encenação divisionista. Todas as testemunhas foram unânimes em declarar que não se haviam verificado quaisquer confrontos entre trabalhadores, mas os assobios foram o pretexto para uma das mais brutais cargas policiais verificadas no nosso país depois do 25 de Abril.

Dezenas de feridos tiveram de ser assistidos nos hospitais portugueses e, atingidos a tiro viriam a morrer o militante do PCP Pedro Manuel Sarmento Vieira, de 24 anos, operário têxtil, e um jovem vendedor, Mário Emílio Pereira Gonçalves, de 17 anos.

Nas próprias manifestações do 1.º de Maio em que já eram conhecidos os acontecimentos da véspera no Porto milhares de vezes se ergueram reclamando nova greve geral contra o governo «AD» e a sua política.

## A luta continua

A greve geral e o seu êxito cons-

tituiram naturalmente um factor dinamizador da luta.

A CGTP e diversas organizações nela filiadas convocaram para 6 de Março um conjunto de manifestações exigindo a demissão do governo. O «Avante!» de dia 4 anunciava que se encontravam já confirmadas acções em Lisboa, Porto, Aveiro, Covilhã, Braga, Arronche, Vila Real de Santo António, Castelo Branco, Beja, Tortosendo, Figueira da Foz, Olhão, Santarém, Peniche, Marinha Grande, Seia, Sousel, Portimão, Évora, etc.

As manifestações constituíram gigantescas afirmações de massas em todo o País, mas ainda para esse mesmo mês a central sindical convocava nova acção: de 28 de Março a 3 de Abril e sujeita ao lema «O desemprego tem solução», uma marcha contra o desemprego que faria confluir para Lisboa trabalhadores de todo o País.

A 24 de Março o PCP apresentava na Assembleia da República uma moção de censura ao governo Balsemão.

A 28 os participantes nas marchas iniciavam a jornada para Lisboa onde chegavam no dia 3, concentrando-se no Rossio.

As comemorações do 25 de Abril conheceram também o resultado deste fluxo de lutas que deixava prever especial significado para o 1.º de Maio que se aproximava.

Nas vésperas das comemorações do Dia do Trabalhador algumas nuvens se começavam contudo a adensar, especialmente no Porto. Aqui, a UGT, com a cumplicidade do governador civil, conseguira uma operação para realizar um ajuntamento no local tradicional de comemoração do movimento sindical unitário, a Praça da Liberdade.

## 11 de Maio

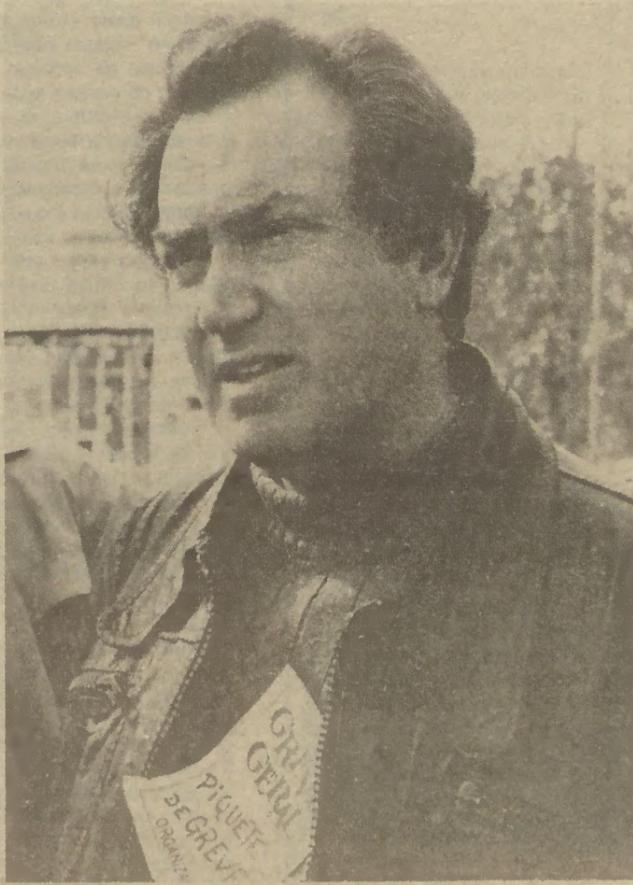
O Plenário Nacional da CGTP-IN, em comunicado de 6 de Maio, apelava à nova greve geral, indicando 5 pontos essenciais como objectivos da nova jornada de luta:

- a) Pelas liberdades democráticas contra a escalada fascista;
- b) Pela imediata demissão do governo «AD»;
- c) Pela dissolução da polícia de intervenção;
- d) Pela defesa das conquistas de Abril;
- e) Contra o aumento do custo de vida, pela entrada em vigor a 1 de Junho, das reivindicações aprovadas no plenário da CGTP-IN de 17 de Abril.

A greve de 11 de Maio teria de novo uma gigantesca adesão que defrontaria um governo atravessado por uma crise cada vez mais evidente. A 18 de Maio, o CC do PCP caracterizava-se como «uma nova e grandiosa jornada de luta, tanto mais de salientar quanto é certo que foi decidida, convocada e realizada no espaço de poucos dias, tendo como motivação imediata a pronta resposta dos trabalhadores contra a acção fascizante do governo «AD» no 1.º de Maio».

A partir desta segunda greve, a exigência nacional da demissão do governo «AD» de Pinto Balsemão (que contava com a maioria na Assembleia da República) tornou-se uma exigência nacional.

No início de Dezembro, eleições autárquicas cifravam-se numa estrondosa derrota da direita. Antes do final do ano, Pinto Balsemão apresentava a sua demissão e caía o governo.



Por iniciativa da JCP

## Editado trabalho sobre movimento estudantil

«Subsídios para uma cronologia do movimento estudantil» é um trabalho historiográfico da autoria de Elói Rodrigues que, hoje mesmo, vai ser lançado pela JCP, integrado num conjunto de iniciativas que assinalam o 24 de Março, «Dia do Estudante».

O seu jovem autor — tem 26 anos e é licenciado em História — explicou ao nosso jornal como se decidiu pela concretização desta obra:

A ideia partiu dum trabalho que fiz na Faculdade do Porto, apresentado ao dr. Victor Sá, exactamente sobre a crise académica de 1962, que está na origem da instituição do 24 de Março como «Dia do Estudante»; apresentá-la agora resulta do facto de o movimento estudantil estar praticamente ignorado na produção historiográfica. Todavia este trabalho não pretende ser um repositório de todas as lutas e factos relacionados com o movimento estudantil e os estudantes, mas um primeiro contributo para um melhor conhecimento do papel dos estudantes na história contemporânea portuguesa e para que surjam outras pessoas e novos trabalhos neste campo.

Entretanto não foi fácil concretizar este trabalho, como nos testemunhou o seu autor, dado que «as fontes que lhe serviram de base se encontram muito dispersas». E Elói Rodrigues pormenorizou:

As dificuldades assentaram em primeiro lugar no facto de, como disse atrás, haver pouca produção historiográfica sobre a matéria e, em segundo lugar, pelas próprias condições de funcionamento das Associações de Estudantes durante o regime fascista, o que circunstanciou que quase não existam arquivos e torna extremamente difícil o acesso às fontes. Por exemplo, só há uma Associação de Estudantes em Lisboa que tenha um arquivo razoável (a do Instituto Superior Técnico), porque, em todas as outras, os arquivos ou foram apreendidos pela PIDE ou dispersos por particulares — alguns até foram enviados para «repúblicas» de Colmbra.

No entanto as coisas parecem estar a mudar, no que toca à necessidade de preservar e estudar este importante património colectivo. O trabalho de Elói Rodrigues, agora saído a público, é prova disso. ■

■ Lígia Calapex

Direitos dos trabalhadores

# NÃO BASTA QUERER É PRECISO PODER

**D**ividir os trabalhadores, reduzir ou liquidar a capacidade de acção dos sindicatos, criar legislações repressivas visando criminalizar acções dos trabalhadores e sindicatos inerentes à defesa dos seus interesses próprios — são hoje práticas correntes, utilizadas para tentar impor mais refinadas formas capitalistas de exploração no quadro da revolução técnico-científica. Assim se intenta colocar frente a frente trabalhadores desempregados e os que têm um posto de trabalho. Quem trabalha a tempo inteiro e quem está sujeito a diferentes formas de trabalho (nas condições do capitalismo) precário: jornada ou semana de trabalho incompleta, trabalho ao domicílio esporádico, contratos a prazo, trabalho circunscrito aos fins-de-semana. Contrapor quem ganha mais e quem ganha menos (fazendo o mesmo trabalho), situação criada através de diferentes escalões de salários ou pura e simplesmente da sua individualização, rebentando neste caso com todas as formas de contrato colectivo de trabalho.

Como pano de fundo de todas estas práticas e arma fundamental do patronato, o **desemprego em massa**, cujas flutuações já tão pouco se situam numa sensível dependência do ciclo das crises, 30 milhões no início de 1987.

Nada aponta no sentido de uma redução da massa de desempregados. Pelo contrário, aponta-se no sentido do seu ainda maior agravamento.

No relatório da OCDE de Dezembro de 87, muito tecnicamente se prevê que «a taxa de crescimento real da actividade, que tinha sido de 2,5% em termos reais no decurso do período de 1985/86, regressará para 1,5% em 1989». Estimando-se que a procura interna deva descer de 4% em 1986 para 2% em 1989. Da procura externa nem valerá a pena falar com o peso da dívida a extrangular os povos do Terceiro Mundo.

Neste contexto se aponta para um ainda maior desemprego:

«É previsível que à partida a aplicação desta estratégia a médio prazo se traduza num travão ao crescimento de emprego e por um aumento do desemprego».

De que estratégia se trata aqui? Naturalmente da estratégia do capital, que procura baixas taxas de crescimento e desemprego crescente. Porque o facto é que em matéria de lucros as coisas não correm mal.

Muito concretamente se diz no relatório da OCDE que vimos a referir: estes números, é preciso «considerá-los no contexto da estratégia a médio prazo adoptada pela maioria dos países europeus no início do presente decénio».

Assim fica claro que nada há aqui de inevitável, não é o progresso técnico-científico que está em causa, mas a política desenvolvida pelo capital nas novas condições geradas por tal progresso: ou seja, aumentar os lucros através da máxima redução dos custos da mão-de-obra.

Aliás, estudos já efectuados em diferentes países mostram que um robot substitui em média de 2 a 6 pessoas (nas mesmas condições de jornada de trabalho, naturalmente). Na Grã-Bretanha, para referirmos um exemplo, funcionam actualmente cerca de 2600 robots industriais. Isto significaria no máximo o desemprego para 15.600 pessoas. O país conta com mais de 3,2 milhões de desempregados.

### Subemprego e subsalários

Nos países capitalistas industrializados, no seu conjunto, estima-se em cerca de 35 milhões o número de pessoas a trabalhar a meio tempo.

De acordo com números do Bureau Internacional do Trabalho, trabalham hoje a meio tempo 14,1% do total de empregados nos EUA; 15,3% no Canadá; 15,8% no Japão; 18,9% na Grã-Bretanha; 24,3% na Suécia; 18,9% na Noruega.

Dados estatísticos oficiais relativos a França, por exemplo, indicam que de 1982 a 1986, 550 000 empregos permanentes e de jornada completa foram substituídos por trabalhos a meio tempo e 300 000 contratos a prazo.

Na Grécia, 70%-80% dos operários recém-admitidos nas fábricas têxteis, de confecções e de calçado são contratados apenas por 2 ou 4 meses.

E importa salientar que meio tempo de trabalho é também meio salário. Trabalho a prazo é salário incerto. E, mais ainda que, objectivamente, este tipo de trabalho é pouco qualificado e sem qualquer perspectiva de preparação profissional.

Esta prática insere-se numa vasta política de divisão de trabalhadores, grosso modo em dois mercados de trabalho. De um lado especialistas e operários altamente qualificados, com salários relativamente elevados, relativa estabilidade de emprego, possibilidade de crescente aperfeiçoamento profissional. De outro, a baixa qualificação, os baixos salários, a instabilidade total de emprego. O máximo de «flexibilidade».

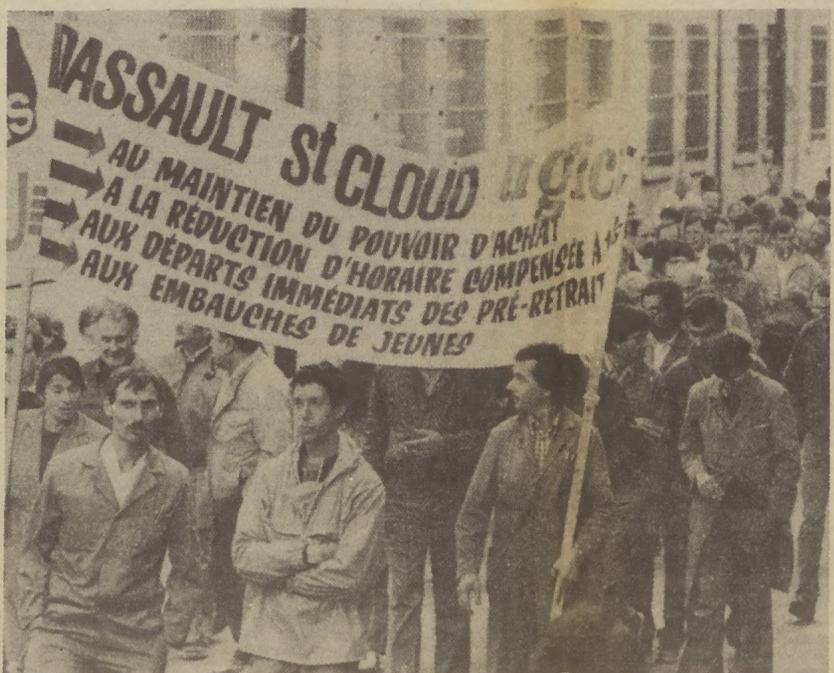
Também no plano salarial se intenta impor na prática as maiores discrepâncias. Pratica-se, por exemplo, em particular nos Estados Unidos, um sistema de dois níveis, segundo o qual os salários básicos para os novos operários e para os reintegrados depois de um despedimento temporário, são sensivelmente reduzidos. Segundo o Gabinete de Estatística do Trabalho dos EUA, em fins de 1985 esta prática abrangia 25% dos empregados. Os lucros (para além dos «benefícios» da divisão entre trabalhadores) resultantes são sensíveis. A American Airlines reconhece, por exemplo, que este sistema de dois níveis (para trabalho igual, note-se) lhe proporcionou um milhão de dólares de lucros adicionais, apenas em 1984.

Aposta-se também noutras fórmulas de diferenciação e redução



Flexibilização quer dizer também degradação das condições de vida e de saúde, ataques directos à segurança social dos trabalhadores

## Trabalhadores defrontam a ofensiva patronal



Contra os processos de reestruturação, geradores de ainda maior desemprego, os trabalhadores manifestam-se exigindo a manutenção do poder de compra, reduções de horário de trabalho, antecipação das reformas, recrutamento de jovens

do peso da massa salarial, com consequente crescimento de lucros. O sistema salarial japonês é particularmente aprovado no mundo capitalista. Entre outras coisas, este sistema prevê que 25% do salário médio dos operários seja pago de seis em seis meses sob a forma de prémio.

Os reais objectivos do capital, também através das diferentes práticas de «flexibilização», são, no fundamental, pagar o menos possível pelo trabalho vivo. Como vemos claramente expresso nas páginas do «International Herald Tribune», onde o presidente da Goodyear Tire and Rubber afirma:

«Enquanto não baixarmos os salários reais até níveis idênticos aos da Coreia do Sul ou do Brasil não poderemos alargar o aumento da produtividade aos salários e continuar a ser competitivos».

O facto é que na dinâmica da evolução de salários e lucros, aumenta cada vez mais o fosso, naturalmente a favor do capital. Na RFA, por exemplo, entre 1980 e 1985, o salário nominal dos operários e empregados aumentou de 10%, enquanto os lucros líquidos do capital subiam de 40%.

Aliás, entre a precariedade de trabalho, o desemprego e os baixos salários, há uma evidente interdependência. A Irlanda, que tem uma elevadíssima taxa de desemprego (18,5%), pratica tabelas salariais das mais baixas da Europa. No aeroporto de Dublin há um cartaz publicitário com os significativos dize-

res: «Bem-vindo ao país de custos laborais mais baixos da Europa!»

### Repressão e luta

Os caminhos da «flexibilização» não são lineares também para o patronato. Menos ainda quando o movimento sindical, os trabalhadores, superam em alguns casos períodos mais difíceis e reagem à grande ofensiva patronal, com a luta, e exigências e reivindicações que têm em conta as realidades criadas pela revolução técnico-científica nas condições do capitalismo.

E assim se pode justamente dizer que os caminhos da «flexibilização» passam pela intensificação da repressão.

Os factos falam por si. Factos que simultaneamente reflectem a importância da luta, a importância da organização dos trabalhadores.

**França.** Nos últimos cinco anos a caça aos militantes sindicais assumiu proporções gigantescas. Neste período 40 000 eleitos dos trabalhadores foram despedidos. O que significa que de 82 a 87, a cadência de sanções arbitrárias contra trabalhadores ditos «protegidos» por lei duplicou.

Nas palavras de Georges Marchais, multiplicam-se «os atentados

ao Código de Trabalho, em ligação com a flexibilização, a precarização, a desregulamentação e, sobretudo, o pôr em causa o direito constitucional de greve».

**Grã-Bretanha.** As leis anti-sindicais promovidas pelo governo de Thatcher definem como ilegal qualquer greve que não resulte directamente de um conflito entre os trabalhadores e o seu patrão, em particular qualquer greve política ou de solidariedade. Estão interditos quaisquer piquetes de greve que não frente ao local de Trabalho dos próprios grevistas.

**RFA.** A modificação do parágrafo 116 do Código de trabalho proposta pelo patronato, impede de facto a indemnização dos assalariados das empresas que sofrem uma paragem de ordem técnica por força de uma greve desencadeada noutra empresa. Aqui é a aposta na asfixia financeira dos sindicatos, tentando assim levantar barreiras suplementares ao movimento grevista.

**Itália.** No Outono passado, o ex-governo de Gorla tentou fazer passar uma lei, respondendo aos desejos do patronato, que reivindicava que sejam proibidas as greves espontâneas, as ocupações de empresa, os piquetes de greve, as greves escalonadas, a retenção de mercadorias, as greves que ameaçam os interesses da economia nacional, a capacidade produtiva das empresas, a se-

gurança interna ou internacional... Resta perguntar em que circunstâncias eventualmente ainda seria possível fazer greves!

A vida ensina entretanto que não basta querer. É preciso poder. E a verdade é que apesar dos enormes obstáculos colocados à luta dos trabalhadores (de que o desemprego é sem dúvida dos que mais peso tem), a luta continua. Como temos vindo também a noticiar nas páginas do nosso jornal.

Lutas em que são já — necessariamente — tidas em conta as realidades criadas pela introdução das novas tecnologias.

Assim, surgem as exigências de redução da semana de trabalho, redução da idade de reforma, desenvolvimento de estruturas de ensino profissional, de reciclagem e de formação contínua, apresentação prévia aos sindicatos de projectos de introdução de novas tecnologias, para que os interesses dos trabalhadores possam ser defendidos.

Propostas e reivindicações sindicais que se centram em duas preocupações: preparar os trabalhadores para a introdução das novas tecnologias, promovendo a sua formação e reciclagem; impedir que as reestruturadas tecnológicas não se traduzam numa deterioração das condições de vida e trabalho, numa acrescida exploração dos trabalhadores.

Uma lógica que vai naturalmente ao arripio dos interesses do patronato. Por isso a repressão. E a luta. ■

Subsídios para uma CRONOLOGIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL PORTUGUÊS



# Resolver os problemas desenvolver Gondomar

## A experiência na área do turismo e o contributo da CDU

**U**ma política de desenvolvimento turístico para o concelho de Gondomar deve privilegiar, em primeiro lugar, a criação de condições para o bem-estar e a ocupação dos tempos livres dos gondomarenses.

A par com a divulgação e promoção das potencialidades paisagísticas do concelho e a criação de infra-estruturas de apoio ao turismo, este é o princípio de base que tem norteado a iniciativa do Pelouro do Turismo da Câmara Municipal de Gondomar, segundo nos afirmou o camarada António Luís, vereador responsável pela gestão desta área de actividade do município. Actividade ligada às forças vivas, à história, às tradições, à vida do concelho, é mais um exemplo de como é possível, com vontade e iniciativa política, com competência, encontrar a melhor forma de, em pouco tempo, resolver problemas, corresponder a esperanças adiadas — desenvolver Gondomar. Esta a experiência que nos foi transmitida pelo camarada António Luís ao falar-nos, em jeito de balanço, do que tem sido realizado e das perspectivas de trabalho futuro.

«Avante!» — A primeira questão que te colocamos tem a ver com a actividade desenvolvida no âmbito do Pelouro que diriges, os principais problemas e dificuldades encontrados, o que se conseguiu realizar.

**António Luís** — No início de 1986, por proposta dos vereadores agora pertencentes à CDU, foi criado o Pelouro do Turismo da Câmara Municipal de Gondomar. As importantes zonas florestais existentes na área do município, bem como a bacia hidrográfica do Douro que o banha, com as suas praias fluviais e a albufeira criada com a barragem, oferecem importantes potencialidades para o desenvolvimento turístico, factor que permitirá melhorar as condições de vida dos gondomarenses. É nesta perspectiva que o Pelouro do Turismo elaborou um plano de actividades para esse ano, que tinha como objectivos principais a divulgação e promoção das potencialidades paisagísticas do concelho e a criação de infra-estruturas de apoio ao turismo. Realizaram-se, também, reuniões com algumas Juntas de Freguesia e com algumas Associações, mais ligadas à vida do município, para discutir e estudar formas de colaboração. Infelizmente, em Junho desse mesmo ano, o Pelouro do Turismo foi-nos retirado, sem que fosse nomeado qualquer responsável até Março de 1987. Todo o trabalho que estava programado para 1986 ficou, assim, por realizar.

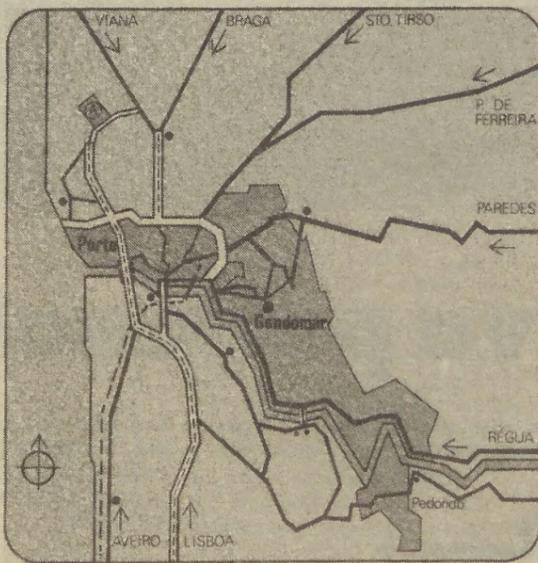
Quando, em Março de 1987, retomámos a gestão do Pelouro, procurámos pôr em prática o plano de actividades traçado. Reactivaram-se as reuniões com as Juntas de Freguesia e com as Associações mais importantes; promoveram-se visitas a alguns pontos do concelho; promoveu-se um Concurso de Fotografia; fez-se o levantamento dos equipamentos hoteleiros e turísticos, do artesanato e do património histórico e cultural; publicaram-se colecções de postais ilustrados; editaram-se calendários, camisolas e sacos de divulgação turística; comemorou-se o Dia do Ambiente, com a colaboração das Colectividades. Mais recentemente, editámos um folheto de promoção turística e um calendário de parede.

«Av!» — Falaste da colaboração das Colectividades. Qual o papel que têm desempenhado no trabalho levado a cabo pelo Pelouro do Turismo?

**AL** — Em Gondomar existe um forte e dinâmico movimento associativo, que é responsável pela realização de um conjunto de actividades socioculturais e desportivas, na área do município, que interessa aproveitar para a promoção turística. O Pelouro tem procurado apoiar

### Entrevista com António Luís

as iniciativas das colectividades, que mais se relacionam com o fenómeno turístico. Apoiámos já um Concurso de Pesca Desportiva no Rio Douro, a organização de um Salão Filatélico, que neste momento está a decorrer, e, também, algumas provas desportivas. Temos aproveitado os festivais folclóricos e outras iniciativas em que participam



grupos e clubes de fora da área do concelho para distribuímos os materiais editados. Pensamos, porém, que esta colaboração tem que ser mais frutuosa, nomeadamente através da realização de iniciativas culturais e desportivas que o Pelouro promoverá ainda este ano.

«Av!» — As actividades artesanais são um factor de desenvolvimento turístico. O concelho de Gondomar é famoso pelo seu artesanato em filigrana. O que tem sido feito para divulgar o artesanato de Gondomar?

**AL** — Naturalmente que as actividades artesanais do concelho podem ser aproveitadas para o fomento do turismo. Sendo mais conhecido o artesanato em filigrana e em talha, há outro artesanato representativo de Gondomar que interessa também divulgar. O Pelouro do Turismo tem procurado apoiar a participação dos artesãos do concelho em diversas feiras de artesanato. A nosso ver, tal participação tem a vantagem de divulgar o concelho e contribuir para o seu desenvolvimento económico. Essa é uma das medidas que vai ser continuada e incrementada. A abertura do Posto de Turismo, no Largo do Castelo, per-



No concelho, as populações estão sensibilizadas para a protecção do ambiente

mitirá, também, criar um espaço para a exposição permanente do artesanato mais representativo. Estamos a trabalhar para que este ano se realize a I Feira de Artesanato de Gondomar. A curto prazo, é fundamental a criação de um Centro de Artesanato, onde os artesãos possam expor as suas peças e transmitir os seus conhecimentos aos mais novos.

«Av!» — Foi já aprovado pela Câmara o Plano de Actividades para 1988. Quais são as prioridades que o Plano aponta nestas áreas?

**AL** — Consideramos que uma política de desenvolvimento turístico para o concelho deve privilegiar, em primeiro lugar, a criação de condições para o bem-estar e a ocupação dos tempos livres dos gondomarenses. A nosso ver, a acção do Pelouro deve passar pela construção de equipamentos turísticos de carácter social, de acordo com a sua capacidade financeira. Nesta linha de pensamento, estamos a trabalhar para que sejam concretizados alguns projectos inscritos no Plano de Actividades para este ano. É o caso da construção de um Parque de Campismo no freguesia da

**AL** — A CDU tem aceiteado em Gondomar assumir responsabilidades autárquicas no sentido de resolver os problemas da população. A partir de Janeiro do corrente ano, a CDU passou a deter a maioria no Conselho de Administração dos SMEAS. Tal situação permitiu-nos uma maior intervenção nos Serviços Municipalizados, sendo nossa preocupação melhorar vários aspectos do seu funcionamento para que seja garantida uma maior eficácia e rentabilidade dos recursos humanos e financeiros, pondo-os ao serviço dos gondomarenses. Neste curto espaço de tempo, apurámos graves irregularidades no funcionamento dos Serviços, de que o «Saneamento de Rio Tinto» é um exemplo. No «Saneamento de Rio Tinto» ignorou-se simplesmente a lei. De resto, o processo começou mal logo de início: na fase de adjudicação da obra, em 1982, houve logo uma empresa concorrente que contestou a sua entrega à «Sousa, Resende & Rodrigues, Lda.», pondo em causa os valores apresentados por esta empresa, inferiores, em cerca de 30 por cento, ao valor-base da empreitada. Só que, na altura, o Conselho de Administração, em vez de averiguar os factos apontados em tal contestação, considerou-a «uma inadmissível forma de pressão». O resultado está à vista, uma obra adjudicada por cerca de 74 mil contos, custou aos gondomarenses cerca de 380 mil contos. Infelizmente para o concelho, não vamos poder ficar por aqui. Há outras empreitadas que estão nas mesmas condições. A CDU, a seu tempo, informará o povo de Gondomar de outras irregularidades detectadas. Por muito que isso doa a certos senhores que se aproveitam dos cargos políticos e funções administrativas para favorecer clientelas. A CDU não poupará esforços, dentro dos meios e responsabilidades autárquicas que lhe foram confiadas, para apurar com rigor toda a situação e intervir combatendo quem aproveita cargos políticos para obter benefícios pessoais, ou benefícios para familiares ou amigos partidários.

«Av!» — Uma última questão prende-se com outras responsabilidades que detens no Conselho de Administração dos SMEAS. A CDU pediu, recentemente, a intervenção da Alta Autoridade contra a Corrupção no caso do «Saneamento de Rio Tinto». Qual é o ponto da situação?

■ C.A. Grilo

# Eleições sindicais

## nos Bancários do Sul e Ilhas

**D**entro de pouco mais de um mês, os trabalhadores associados no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas vão ser chamados a eleições. Não é a primeira vez. No entanto estas eleições revestem-se de uma importância especial. E aparecem assinaladas por um facto novo e mobilizador. Pela primeira vez depois do 25 de Abril, comunistas e socialistas convergem programaticamente e apresentam uma lista que se propõe defender objectivos comuns. O que está em jogo?

Na verdade e principalmente estará em jogo dotar os secretariados de empresa, regionais e de reformados, de homens e de mulheres empenhados na luta contra o pacote laboral, em defesa dos direitos e interesses dos bancários e da banca nacionalizada. E eleger uma direcção que entretanto já apresentou a sua candidatura e que inclui a participação de comunistas, de socialistas e de independentes, que se dispõe programaticamente a ser uma força para melhor servir os bancários, garantir os seus postos de trabalho; para que a banca nacionalizada seja mais eficaz e moderna, para revigorar o sindicato e os SAMS. Facto que por si só traz contornos novos à vida sindical nos bancários.

### Um pouco de história

No período entre 1968 até ao 25 de Abril, a vida sindical nos bancários foi marcada por uma forte participação dos trabalhadores na vida sindical, sobretudo a partir da eleição, ainda no fascismo, de uma direcção de facto representativa que derrotou no acto eleitoral uma outra candidatura com ligações e apoios no governo marcelista; viveu-se então um ambiente gerador de contributos para o ascenso da luta de massas que se opunha ao fascismo e que veio a culminar com a exaltante conquista da liberdade em 25 de Abril. Este acontecimento permitiu aprofundar as próprias conquistas dos bancários, com uma bem implementada estrutura sindical nos locais de trabalho, delegados sindicais e comissões de empresa, e de uma presença directa dos trabalhadores em amplas assembleias que chegaram a reunir milhares de trabalhadores. É um período que ficará ligado à história sindical dos bancários, período de grandes conquistas no plano contratual, salarial e social — como o SMAS — e políticas — como a nacionalização da banca.

Conquistas indissociáveis da honestidade, capacidade e dedicação dos então corpos gerentes e do grau de democracia sindical que se vivia e que permitiu aos trabalhadores a sua intervenção na vida do sindicato. A elevação do nível de consciência de classe de milhares de bancários e a unidade dos trabalhadores forjados na luta foram também conquistas desse período.

Com a eleição, em 1975, dum direcção PS/MRPP a que se seguiram direcções do PSD e, nos últimos nove anos, PSD/PS hegemonizada pelo PSD, são de distinguir dois períodos: o primeiro até 1977, onde a intensa vida democrática anterior ainda se reflectiu positivamente na defesa dos direitos dos bancários e, depois disso, onde gradualmente se regista uma curva descendente e acentuada nos planos de perda de direitos, de regalias, de poder de compra e na fragilidade na defesa das principais conquistas e direitos adquiridos. Tal curva descendente é acompanhada e influen-

ciada negativamente, no plano social, pela filiação do sindicato na UGT e, no plano político, pelo processo contra-revolucionário. Situação que, com as suas interpenetrações, se veio a reflectir no agravamento social também no sector dos bancários.

E se este declínio não foi mais

propostas de orientação sindical em todas as esferas de acção, nomeadamente na defesa da banca nacionalizada, no ACTV e tabela salarial para o SMAS, para a defesa de direitos comuns a todos os bancários e a outros direitos específicos de trabalhadores em cada empresa. Exercendo este direito no quadro

dores que enformaram a decisão de participar numa lista em conjunto com os socialistas, cujas responsabilidades nos retrocessos verificados foram evidentes, são a criação de melhores condições para a defesa dos direitos e interesses dos bancários.

Esta atitude tem a vantagem de poder contribuir para a modificação dum ambiente sindical nos bancários, mais propício à defesa dos seus interesses e direitos, contra o pacote laboral, contra o pacote das privatizações, sendo também importante a possibilidade de o Governo PSD/Cavaco Silva deixar de poder contar com os apoios e cumplicidades que tem nos seus correligionários na actual direcção do sindicato e que, com a sua acção, têm desarmado a classe para a necessária resposta a dar à política deste Governo.

As vantagens da convergência encontrada e consubstanciada na candidatura da Lista A entre comunistas, socialistas e independentes, superam aspectos contraditórios que a própria convergência encerra e que podem vir a ser anuláveis pelas modificações positivas que permite.

### Pressupostos

Na consideração desta decisão existem pressupostos que radicam no papel que os comunistas bancários têm tido na luta em defesa de princípios inalienáveis. Pressupostos que se projectam para o futuro, como garantia de uma acção sindical que, globalmente considerada, faça face com êxito à ofensiva cavquista e do grande capital contra a banca nacionalizada e contra os direitos dos bancários. São sete esses principais pressupostos:

1. Reforço do trabalho sindical do Partido em cada célula de empresa e no conjunto do sector, de acordo com as conclusões do Encontro de Quadros da ORL de 7 e 8 de Novembro e da Assembleia da Organização dos Bancários de 14 de Novembro, estabelecendo a prioridade para a actividade das nossas células do trabalho sindical e das CTs, ou seja, prioridade na discussão dos problemas dos trabalhadores, organizando a intervenção unitária.

2. Reafirmação da apreciação quanto à natureza e objectivos da UGT, enquanto organização divisionista e enfeudada ao patronato, reafirmação que exige a continuação do desmascaramento de tal natureza e objectivos.

3. Manter, melhorar e ampliar a acção autónoma dos eleitos unitários nos secretariados sindicais e nas CTs, no plano das empresas e numa intervenção global.

4. Aprofundar a unidade na acção em torno dos problemas concretos, nos locais de trabalho, dinamizando o papel dos delegados sindicais e sub-CTs, estreitando a ligação das ERTs de empresa aos locais de trabalho, aos trabalhadores e aos seus problemas.

5. A apresentação de candidaturas unitárias, autónomas, identificadas inteiramente com os princípios que têm orientado a acção sindical unitária, para os órgãos das empresas, regionais, reformados e cumulativamente para o Conselho Geral e Congresso.

6. A preparação e organização do futuro processo eleitoral para delegados sindicais.

7. O reforço da acção ideológica e partidária do Partido junto dos trabalhadores, através de meios próprios de informação, propaganda e debate.

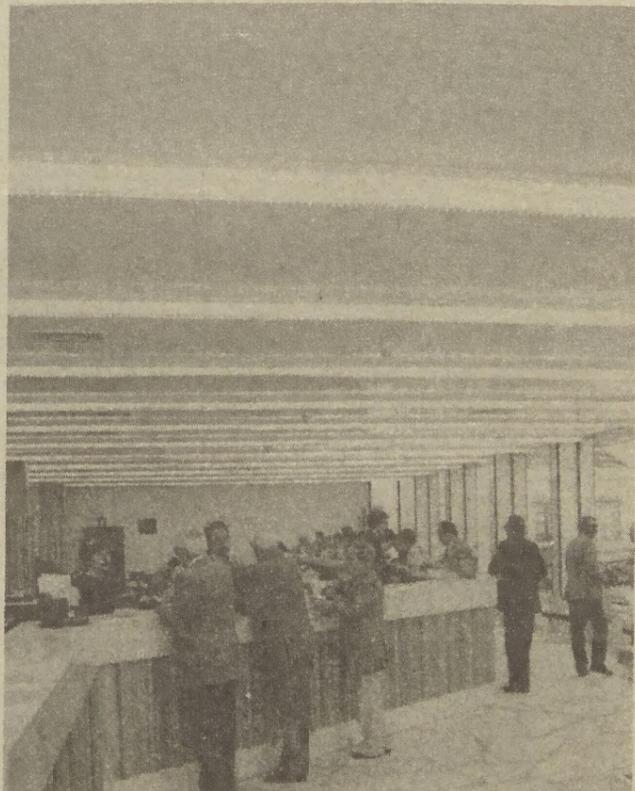
### Vai ser dura a batalha

No âmbito da campanha eleitoral que se avizinha não vão ser poucos os intrumentos que o Governo, o PSD e os conselhos de gestão vão utilizar, sentindo o perigo de poderem deixar de contar na direcção sindical com os apoios significativos que agora lhe estão garantidos pela presença do PSD. Desde o velho anticomunismo mais primário até ao anticomunismo matizado com novas tecnologias de mistificação, à pressão psicológica sobre os trabalhadores, a todo o arsenal de promessas e falsificações, tudo virá a lume para evitar a derrota do PSD no sindicato dos bancários o que, pela sua importância significaria uma derrota que transcenderia o próprio sector.

O apoio, a receptividade e a alegria, entre alguma surpresa com que largos sectores de bancários receberam a notícia da convergência verificada para a candidatura aos corpos gerentes, são um sinal indiciador de boas perspectivas. Mas seria errado pensar que a batalha está antecipadamente ganha. Será preciso um grande esforço de esclarecimento e debate no seio do Partido para ganhar o colectivo partidário dos bancários a intervir com serenidade, confiança e capacidade de mobilizar a opinião dos seus colegas de trabalho para o voto nas listas unitárias que se apresentam nas empresas, regiões e reformados sob a sigla de «Lista unitária — a força indispensável» para defender a banca nacionalizada, os SAMS e as reformas — para garantir o emprego contra o pacote laboral.

Com os trabalhadores. E, simultaneamente, ganhar a opinião dos bancários para o voto na Lista A, candidata aos corpos gerentes do sindicato (direcção e mesa dos órgãos deliberativos) cuja vitória representará uma alteração significativa no sentido de alcançar o objectivo de criar melhores condições para a defesa dos direitos dos bancários.

Valorizando as perspectivas que se podem rasgar com o alcançar de tal objectivo, é com confiança e sentido de responsabilidade que os bancários comunistas encaram as campanhas eleitorais em que vão intervir, determinados a dar o seu decisivo contributo para os objectivos em causa. ■



Com perto de 43 mil associados dos 60 mil bancários a nível nacional e uma taxa de sindicalização que ultrapassa os 90%, gerindo autonomamente um subsistema de saúde (SAMS), o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas tem, no panorama sindical português, um assinalável relevo, seja qual for o ângulo pelo qual se observa a vida e a evolução desta organização sindical.

No dia 28 de Abril de 1988 os bancários da área do Sul e Ilhas vão ser chamados a intervir com o seu voto para eleger:

- os corpos gerentes centrais (direcção e mesa dos órgãos deliberativos);
- os secretariados das secções sindicais de empresa;
- os secretariados das secções sindicais regionais;
- o secretariado da secção sindical dos reformados;
- os delegados ao Congresso;
- os membros do conselho geral.

Trata-se de uma eleição em simultâneo que vai exigir a participação de numerosos activistas numa batalha complexa e que se reveste de uma extraordinária importância para o futuro sindical dos bancários. ■

longe tal se ficou a dever à acção sindical e nas CTs dos comunistas e outros unitários que, ao longo deste período, não ficando amarrados ao espantoso antidemocrático e dirigista dos estatutos do sindicato e ao funcionamento burocrático e imobilista das CTs, têm rompido tais cerceamentos e de forma autónoma intervieram na luta sindical, opondo-se e desmascarando a actuação nas direcções sindicais e dos seus congéneres nas CTs, apresentando

das estruturas existentes, mas também de forma autónoma, garantindo uma melhor ligação dessas propostas e orientações aos trabalhadores.

### As próximas batalhas

Tal como no passado longínquo e mais recente, os princípios nortea-

## A lógica ministerial

A lógica do ministro Cadilhe é um espanto. Estamos mesmo tentados a dizer que se não existisse tinha de ser inventada.

Depois de clamar na Assembleia da República que a inflação em Portugal tende para o infinito, o que certamente a coloca lá para os remotos domínios da metafísica; após rebolar-se de gozo por esmagar os deputados com a caterva de dados que traz sempre nos bolsos, Cadilhe foi para o Conselho de Concertação Social esmagar os parceiros. Que os números do Instituto Nacional de Estatística revelem que o índice de preços no consumidor esteja a aumentar não o incomoda. Para quem o quis ouvir garantiu que «pode haver razões ocasionais para que alguns bens e serviços aumentem mais do que a média geral», mas nada disso vai influir na inflação. A inflação baixou e vai continuar a baixar, asseverou. E a esta lógica não há número que resista. Pode ser que lá nos infinitos para que tende a inflação o aumento dos preços e os magros aumentos dos salários que o Governo pretende impor se encontrem. Pode ser. Mas cá para nós, estamos em crer que, a tal suceder, só se for num buraco negro.

## Negócios escuros

Ainda os deputados do PSD, o Governo PSD e o Primeiro-Ministro PSD não se refizeram do abalo sofrido pelos seus brios, honra, bom-nome e outras coisas do género na sequência das múltiplas interrogações feitas por Helena Roseta a propósito das benesses à «Estoril-Sol», e eis que novo escândalo se avizinha. Trata-se dos negócios do Hospital S. Francisco Xavier, onde desde há algum tempo pairam muito mais que fumos de corrupção. Primeiro foi a Ordem dos Médicos a requerer ao Procurador Geral da República uma averiguação à forma como decorreu o processo de aquisição de equipamento informático; em seguida, foi o Grupo Parlamentar do PCP a apresentar na AR um pedido de inquérito sobre o assunto. No interim, as notícias foram vindo a público. Ele são as facturas que chegaram ainda antes das encomendas terem sido feitas; ele são as declarações que as melhores propostas eram as da empresa X, cujos orçamentos por acaso só apareceram depois, etc., etc., etc. Para amostra de lisura e honestidade não está mal. Só falta agora a indignação do costume.

## Telejornal, I

O telejornal ultrapassa-se à si próprio em cada emissão que nos entra em casa. No princípio desta semana (na segunda-feira passada, mais concretamente) a pessoa de serviço noticiava os resultados das eleições em El Salvador, sublinhando a vitória espectacular de uma formação qualquer de extrema-direita, que derrotou assim o partido do actual presidente Napoleón Duarte (que, pelos vistos e para o telejornal, não tem nada a

ver com a tal «extrema-direita»). Mas o melhor veio a seguir: todo objectividade e penteadura, o ledor da notícia citou as palavras de Napoleón Duarte, cujo estava contentíssimo com os resultados apesar da derrota do seu partido, dado que a Frente Farabundo Martí dos «rebeldes» não colheu «o apoio do povo». Esqueceu-se, o esforçado jornalista da RTP, de acrescentar um pequeno pormenor à notícia de El Salvador — a de que cerca de 70% da população do país não foi às urnas, por recusar participar em tal farsa eleitoral. O que torna a «vitória» da clique no poder numa derrota em toda a linha. Quanto à Farabundo Martí, estamos conversados: nem sequer pôde participar nas eleições...

## Telejornal, II

No mesmo telejornal e logo arrumadinha à notícia de El

# Pontos Cardeais

Salvador, surgiu outra alusiva ao 18.º aniversário do massacre de Sharpeville, na África do Sul. Quando rememorava os acontecimentos ocorridos em 1960 — o massacre, a tiro, de dezenas de negros (entre os quais mulheres e crianças) perpetrado pela polícia racista contra uma manifestação pacífica — o jornalista aduziu-lhe esta coisa incrível: que as «forças da ordem» racistas, «tomadas de pânico», começaram a disparar contra a multidão, matando muita gente pelas costas. Com os manifestantes assassinados pelas costas, vê-se bem onde estava o pânico... Mas o sensível autor de tal «nota

jornalística» descobriu que os polícias, coitadinhos, é que estavam cheios de medo. Por isso desataram a assassinar homens, mulheres e crianças em massa. E pelas costas, enquanto fugiam. Lá que o pretensão jornalista que redigiu tal coisa seja um racista militante e rumine em conformidade, é problema dele, agora que o País inteiro tenha de ouvir ignominias destas a coberto da RTP, é inadmissível. A televisão portuguesa não é um covil para racistas e, muito menos, de racistas. Um facto que interessa deixar claro aos profissionais sérios e competentes que também lá trabalham.



# Gazetilha

por Ignotus Sum

## Então como é?

Sobe o protesto em cada coração  
 donde se aviste claro o mar de Abril.  
 Qual é a solução?  
 A requisição civil...

Pra se defender, Carris não anda, não,  
 só a verdade corre no carril.  
 Qual é a solução?  
 A requisição civil...

Metro parou. Greve é um direito, não?  
 Trabalhador não pode ser servil.  
 Qual é a solução?  
 A requisição civil...

Se isto assim continua  
 não haverá mais rua  
 para manifestar  
 nem liberdade para pensar  
 nem leis para respeitar  
 a imprensa livre vai ao ar  
 haverá outra vez justiça de funil:  
 lançam a Portugal  
 a requisição civil  
 e ponto final...

Então como é?  
 Isto é requisição,  
 por minha fé!,  
 ou é inquisição?...

## O sobe e desce

Afinal eram falsas  
 promessas iniciais  
 — mentiras descalças  
 apanham-se mais...  
 Afinal vamos indo  
 e o desemprego subindo.  
 Governo não se comove  
 o investimento esquece.

Desemprego sobe, sobe,  
 o Cavaco desce, desce...

Seis por cento! Um portento,  
 a inflação que se andou a cadilhar.  
 Mas o cento aumentou, cento após cento  
 sabe-se lá aonde irá parar...  
 Afinal vamos indo  
 e a inflação subindo  
 Governo a nove  
 na crise que cresce.

A inflação sobe, sobe,  
 o Cavaco desce, desce...

Diálogo, eis a chave — é o que sabe  
 o Governo dizer, e tal promete.  
 Porém, em vez da chave,  
 usa o cacete.  
 Afinal vamos indo  
 e a repressão subindo.  
 Governo não se demove  
 o descontentamento aquece.

A repressão sobe, sobe,  
 o Cavaco desce, desce...

## Uma questão de dignidade

Nem um passo atrás, aqui e agora.  
 Que tudo pare, chegada a hora.  
 Repouse na bancada  
 a ferramenta austera.  
 Máquina de escrever parada.  
 A escola, onde o carácter se tempera  
 e a liberdade aquece os corações,  
 feche os seus portões.  
 Lá onde o povo mande  
 nem uma roda ande.  
 Onde houver uma voz  
 seja para gritar  
 contra quem todos nós  
 brande o chicote no ar.

Corpo vivo  
 em colectivo:  
 Portugal.

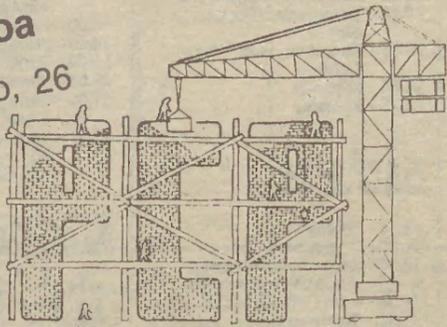
Responsabilidade geral.

# Agenda

Avante!

Ano 58 — Série VII  
N.º 743  
24 de Março de 1988  
4.º Caderno  
Não pode ser vendido  
separadamente

Lisboa  
Sábado, 26



## Inauguração do Centro de Trabalho da 6.ª Zona

às 16.00  
(junto ao antigo Cinema do Lumiar)  
com a presença do  
camarada Álvaro Cunhal



Almada  
Sábado, 26

## Seminário Nacional sobre Gestão de Recursos Humanos nas Autarquias

O Partido Comunista Português promove no próximo sábado, 26 de Março, na Academia Almadense, em Almada, um Seminário de âmbito nacional sobre «Gestão de recursos humanos nas autarquias».

O Seminário decorrerá das 10 às 18 horas e nele participarão eleitos e técnicos das autarquias ligados às questões em discussão, responsáveis do PCP pela frente de trabalho das autarquias, dirigentes e delegados sindicais, bem como diversos convidados.

Lisboa  
25 de Março  
Colóquio



Integrado na **Semana das Nações Unidas de Solidariedade com os Povos em Luta Contra o Racismo e a Discriminação Racial** e subordinado ao tema:

«A Opinião Pública Internacional na Luta Contra o Apartheid, Pela Paz e o Progresso na África Austral».

O colóquio decorrerá na Casa da Paz, rua Rodrigo da Fonseca, 56 — 2.º, a partir das 18.30 horas, e contará com a presença do Director do Centro de Informação das Nações Unidas em Lisboa, Dr. Hernan Escudero e ainda o Eng. Aquilino Ribeiro Machado e do Dr. Sérgio Ribeiro, que acabam de regressar respectivamente de um Seminário da ONU sobre a independência da Namíbia e de uma deslocação à República Popular de Angola.

Quinta 24

CASAL DAS FIGUEIRAS

Sessão de Esclarecimento, às 21.30, na freguesia da Anunciada.

SETÚBAL

Sessão de esclarecimento, na freguesia de S. Sebastião, às 21.30, no salão da Junta.

Sexta 25

SOUSELAS

Plenário da célula da Cimpor, às 17.30, seguido de jantar-convívio.

RIO TINTO

Reunião geral de militantes, às 21.30, no Centro de Trabalho da Ponte.

MARINHA GRANDE

Reunião, às 21.30, no Centro de Trabalho, com a presença do camarada Domingos Abrantes, membro do Secretariado e da CP do CC do PCP.

LISBOA

Iniciativa conjunta sob o tema: «Pacote Laboral», das organizações locais de Moscavide do PCP e

do PS, às 21.30, no Pavilhão do Atlético Clube de Moscavide.

Sábado 26

OEIRAS

Encontro CDU do concelho, às 15.00, no Grupo Recreativo de Tercena.

ALFERRAREDE

Assembleia de Organização, com a presença do camarada Raimundo Cabral, membro da CP do CC do PCP.

CARTAXO

Reunião, às 21.00, no Centro de Trabalho.

CORUCHE

Encontro concelho CDU, às 14.30, no Centro de Cultura.

ILHAS/ARRAIÓLOS

1.ª Assembleia de Organização, às 14.30, na Sociedade, com a participação do camarada Vidigal Amaro; às 17.30 actuação do grupo «Voz da Terra».

SANTIAGO

Plenário da célula dos trabalhadores das autarquias.

TORRÃO

Sessão de esclarecimento, com o deputado, José Manuel Maia.

PEDROUÇOS/MAIA

Comemoração do Dia de Juventude/Dia do Estudante, às 21.30, na Escola Preparatória de Pedrouços, promovida pela Junta de Freguesia, com discoteca gigante.

Domingo 27

ALFARELOS

Almoço, na Associação Recreativa 1.º de Maio, com a presença da camarada Luísa Araújo, membro do Secretariado do CC do PCP.



ESPARIZ

Plenário, às 21.00, no Centro de Trabalho.

VILA VERDE

Almoço/convívio, com a presença do camarada Jorge Gouveia Monteiro.

S. JOÃO DA PESQUEIRA

Festa/convívio, às 16.30, no Centro de Trabalho.

VALE DE CAVALOS

Almoço/convívio, às 13.00, na Cooperativa 15 de Outubro, com a presença do camarada Francisco Lancinha, membro do CC.

BROGUEIRA

Almoço/convívio, às 13.00, com a presença do camarada Raimundo Cabral, membro da Comissão Política do CC do PCP.

COSTA DA CAPARICA

Plenário de militantes, às 17.30, no Centro de Trabalho.

SINES

Convívio, às 15.00, no Salão da Casa do Povo.

Terça 29

RONQUEIRA

Reunião de eleitos CDU do concelho, às 21.00.

Domingo 27

Quarta 30

ENTRONCAMENTO

Reunião de militantes, às 21.00, no Centro de Trabalho.

## NOVOS QUADRINHOS BASEADOS NO SARNEY

### SARDRAKE O MÁGICO



### SARNOOPY



### SARNEYRIX



Lisboa  
Sexta, 25

Iniciativa conjunta sob o tema:  
«Pacote Laboral»  
das organizações locais de Moscavide do PCP e do PS, às 21.30, no Pavilhão do Atlético de Moscavide.

# TV O Programa

## Quinta <sup>24</sup> RTP1

10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada», 143.º epis.  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.55 - Ciclo Preparatório TV  
17.40 - Brinca Brincando  
18.25 - Os Anos Não Contam  
18.50 - Série - «Guilherme Tell»  
20.05 - Telenovela - «Roque Santeiro»



18.50 - Série - «Guilherme Tell», 14.º epis.  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.15 - Telenovela - «Roque Santeiro», 116.º epis.  
21.05 - Primeiro Andamento - «Concerto de Macau»  
21.30 - Telemundo  
22.05 - Série - «A Clínica da Floresta Negra»  
23.00 - 24 Horas  
23.30 - Remate

## RTP2

12.45 - Dança no Gelo  
15.45 - Série - «Santa Tereza d'Ávila»  
16.40 - Trinta Minutos com...  
17.10 - Telenovela - «Imigrantes», 213.º epis.  
18.00 - Ponto Por Ponto  
19.10 - Formula One  
20.05 - Série - «Cidade Nua»  
21.00 - Jornal das Nove  
21.35 - Já Está!  
22.45 - Série - «As Teias da Lei»

## Sexta <sup>25</sup> RTP1

10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada»

13.00 - Jornal da Tarde  
13.35 - Ciclo Preparatório TV  
17.35 - Sumário  
17.40 - Brinca Brincando  
18.25 - Os Anos Não Contam  
18.50 - Série - «Guilherme Tell»  
20.05 - Telenovela - «Roque Santeiro»



21.10 - Terra de Sofrimento  
22.15 - O Programa das Festas  
22.50 - 24 Horas  
23.20 - Remate  
23.30 - Pela Noite Dentro - «Cartas a um Amor Desconhecido», real. Peter Duffell (Grã-Bretanha/França/1985)

## RTP2

12.45 - Dança no Gelo  
15.45 - Série - «O Século Americano»  
16.40 - Trinta Minutos Com...  
17.10 - Telenovela - «Imigrantes»  
18.00 - Ponto Por Ponto  
19.10 - Formula One  
20.05 - Série - «Cidade Nua»  
21.00 - Jornal das Nove  
21.35 - Clube de Jornalistas  
22.10 - Cartas de Itália - «Passeio Turístico Sem Guia»  
23.20 - Troféu

## Sábado <sup>26</sup> RTP1

09.00 - Juventude e Família  
12.05 - Série - «A Água e a Vida»  
12.30 - TV Mulher  
13.00 - Notícias  
13.10 - Série - «Nas Asas do Vento»

14.00 - Parlamento  
14.30 - Concurso - «Sobe e Desce»  
15.40 - Petzi  
15.45 - Sessão da Tarde - «A Carta», real. John Erman (EUA/1982)  
17.30 - Série - «Captain Power», 1.º epis.  
18.00 - Vivamúsica  
19.15 - Sete Folhas  
19.45 - Totoloto  
20.00 - Jornal de Sábado  
21.05 - Boletim Meteorológico  
21.15 - Série - «Cobardias»  
22.15 - Espectáculo



00.20 - Cinema da Meia Noite - «A Fúria da Razão», real. Don Siegel (EUA/1971)

## RTP2

09.00 - Compacto Totally Live  
13.15 - Compacto «Tudo ou Nada»  
16.00 - Troféu  
20.00 - Som da Surpresa - «Quinteto de Tony Williams»  
21.00 - Uma Boa Idéia  
21.30 - Aplauso  
23.20 - Série - «Melba»

## Domingo <sup>27</sup> RTP1

09.00 - Juventude e Família  
11.15 - Missa  
12.05 - 70x7  
12.30 - TV Rural  
13.00 - Notícias  
13.10 - PME - Uma Aposta no Futuro  
13.35 - Série - «Casa de Irene»



14.00 - Série - «Aves de Todas as Estações»  
15.00 - Primeira Matinée - «A Linda Ditadora», real. Busby Berkeley (EUA)  
16.45 - Clube Amigos Disney  
19.00 - Série - «Um Anjo na Terra»  
20.00 - Jornal de Domingo  
20.30 - Boletim Meteorológico  
20.35 - Paul Simon - «Concerto em África»  
21.40 - Série - «Pais e Filhos»  
22.45 - Domingo Desportivo

## RTP2

09.00 - Music Box  
10.00 - Troféu  
12.30 - Série - «Meu Carro Tem 100 Anos»  
13.00 - Music Box Especial - «Paul McCartney»  
14.00 - Caminhos  
14.30 - Novos Horizontes  
15.00 - Troféu  
17.00 - Série - «O Mundo de Smithsonian»  
18.00 - Série - «5.ª Dimensão»  
19.00 - Plano Bar  
20.00 - Série - «Quem Sai aos Seus...»  
20.30 - Artes e Letras - «Como Nasceu o Cinema»  
21.50 - Cineclube - «A Saga de Anatahan, real. Josef von Sternberg (Japão/1953)

## Segunda <sup>28</sup> RTP1

10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela: «Tudo ou Nada»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Série: «Imagem da Arte Portuguesa»

13.55 - Max Folles  
14.05 - Dança no Gelo  
17.00 - Brinca Brincando  
18.00 - Um Certo Sorriso  
18.30 - Série: «Os Profetas»  
18.55 - Série: «Guilherme Tell»  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro»  
21.15 - Concurso: «Com Pés e Cabeça»  
22.55 - 24 Horas  
23.25 - Remate.

## RTP2

13.15 - Totally Live  
14.10 - Agora, Escolha!  
15.35 - Barenboim Interpreta Anos de Perignago  
16.35 - Trinta Minutos Com...  
17.10 - Telenovela: «Imigrantes»  
18.00 - Ponto Por Ponto  
19.00 - Formula One  
20.00 - Série: «Cidade Nua»  
21.00 - Jornal das Nove  
21.55 - Teatro Estrangeiro: «Passion».

## Terça <sup>29</sup> RTP1

10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela: «Tudo ou Nada»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Série: «Imagens da Arte Portuguesa»  
13.55 - Max Folles  
14.05 - Festival Internacional de Macau  
14.55 - Série: «A Ilha das Borboletas»  
15.20 - Série: «Prendre la Route»  
16.20 - Série: «Pepino» (1.º epis.)  
17.00 - Brinca Brincando  
18.00 - Passelo Taurino  
18.30 - Série: «Os Profetas»  
18.55 - Série: «Guilherme Tell»  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.10 - Vamos Jogar no Totobola  
20.25 - Telenovela: «Roque Santeiro»  
21.20 - Programa da Direcção de Informação  
22.15 - Série: «Acção em Miami»  
23.10 - 24 Horas  
23.40 - Remate.

## RTP2

13.15 - Totally Live  
14.10 - Dois Dedos de Conversa  
15.45 - Série: «Dallas»  
17.10 - Telenovela: «Imigrantes»  
18.00 - Ponto Por Ponto  
19.00 - Formula One  
20.00 - Série: «Cidade Nua»  
21.00 - Jornal das Nove  
21.35 - Série: «Lá em Casa Tudo Bem»  
22.00 - CinemaDols: «A Mulher do Aviator», Real. Eric Rohmer (França/1980).

## Quarta <sup>30</sup> RTP1

10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela: «Tudo ou Nada»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.30 - Série: «Imagens da Arte Portuguesa»  
13.55 - Max Folles  
14.05 - Festival Internacional de Macau  
14.55 - Série: «A Ilha das Borboletas»  
15.20 - Série: «O Regresso de Sherlock Holmes»  
16.20 - Série: «Pepino»  
17.00 - Brinca Brincando  
18.00 - Espeleologia  
18.30 - Série: «Os Profetas»  
18.55 - Série: «Guilherme Tell»  
19.30 - Telejornal  
20.05 - Boletim Meteorológico  
20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro»  
21.05 - Lotação Esgotada: «O Misterioso Mr. Mackintosh», Real. John Huston (Grã-Bretanha/1973)  
22.45 - 24 Horas  
23.15 - Remate.

## RTP2

13.15 - Festival de San Remo  
16.35 - Trinta Minutos Com...  
17.10 - Telenovela: «Imigrantes»  
18.00 - Ponto Por Ponto  
19.00 - Formula One  
20.00 - Série: «Cidade Nua»  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - Fantasia e Realidade  
22.00 - Clube de Imprensa  
22.45 - Série: «O Fim do Império Britânico».

vsevolod kniajinski

## A INTEGRAÇÃO EUROPEIA OCIDENTAL

edições *Avante!*

A diferença de uma visão científica do mundo

«A Integração Europeia Ocidental» é um estudo sobre os problemas políticos fundamentais da integração na Europa Ocidental, que faz uma análise crítica das concepções ocidentais em voga, assim como uma ampla exposição dos fundamentos em que assentam as posições do socialismo científico quanto a este problema.

Considera, em particular, a experiência histórica das primeiras associações monopolistas de Estado dos países capitalistas da Europa, as consequências sociais e políticas das actividades das instituições comunitárias para os povos dos países membros do Mercado Comum, o papel deste nas relações internacionais, os planos para o reforço da integração política e para o alargamento das estruturas comunitárias a outros países da Europa Ocidental.

O professor Vsevolod Kniajinski, doutor em História, é autor de numerosas obras sobre as relações internacionais na Europa.

Neste estudo, o autor utilizou documentos e arquivos, assim como estudos políticos publicados nos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos.

# Teatro O Cartaz

• LISBOA

Casa da Comédia. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. Noites de Anto, de Mário Cláudio, enc. de Filipe La Féria.  
Comuna, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. O Destino Morreu de Repente, de Alves Redol, enc. de João Mota.  
Sala do TIL, Rua Leão de Oliveira, 1. Sexta a sáb., às 21.45. O Tio Simplicio, de Almeida Garrett, enc. de Agostinho Macedo, pelo Teatro Livre.  
Ritz Clube, Rua da Glória, 57. De 3.ª a dom., às 21.30, dom., às 16.00. O Balle, adaptação e enc. de Helder Costa, pelo grupo A Barraca.  
Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a sáb., às 20.30 e 22.45, sáb., dom e feriados,

• PORTO

Teatro dos Modestos, Rua Gonçalo Cristóvão, 190. «O Pássaro Verde», de Carlo Gozzi, pelos Comediantes.

• ESTORIL

Teatro Mirta Casimiro, Av. Fausto Figueiredo. De 4.ª a sáb., às 21.30, dom., às 16.00. O Balcão, de Jean Genet, enc. de Carlos Avilez.

• SETÚBAL

Teatro de Bolso, Rua Balneário Dr. Paula Borba. De 5.ª a dom., às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. O Médico à Força, de Molière, pelo Teatro de Animação de Setúbal, enc. Carlos César e Asdrúbal Teles.

Para Crianças

• LISBOA

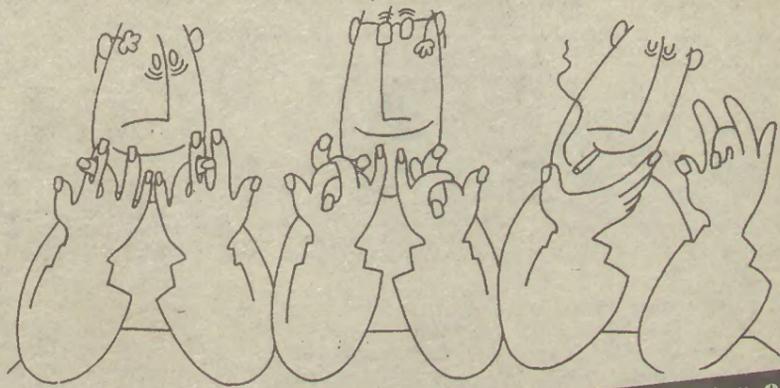
Junta de Freguesia de Carnide, Largo das Pimentas, 6-A. A Moda da Minha Avó, pelo Teatro de Animação os Pápa-Légua.  
TIL - Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. e dom. e feriados, às 16.00. O Avestruz Mecânico, de Carlos Manuel Rodrigues. Enc. Bento Martins.  
Teatro Ibérico, Igreja Barroca do Antigo Convento de Xabregas, 54. O Leão Enganado, de Lauro Olmo, enc. de Blanco Gil.

# Cinema A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	Atracção Fatal	—	★★	★★	—	★★
<b>B</b>	As Asas do Desejo	★★★	★★★★	★★★	★★★	★★★
<b>C</b>	Debaixo de Olho	—	★★	★★	—	★★
<b>D</b>	Diabo no Corpo	★	★★★	★★★	★★★	—
<b>E</b>	Império do Sol	—	★★★★	—	—	—
<b>F</b>	O Último Imperador	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
<b>G</b>	Wall Street	★★★	★★★	★★★	★★	—

A — Real. Adrian Lyne — Alfa Clube (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00; Amoreiras/6 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); S. Jorge/2 (14.00, 16.45, 19.15, 21.15); Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 B — Real. Wim Wenders — Quarteto/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 C — Real. John Badham — Alfa/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) Lisboa.  
 D — Real. Marco Bellochio — Alfa/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 24.00); Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Mundial/2 (14.00, 16.15, 19.00, 21.45); Quarteto/1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 E — Real. Steven Spielberg — Alfa/1 (15.30, 18.30, 21.30, 00.30); Amoreiras/2 (15.30, 18.30, 21.30, 00.30); Ávila (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Terminal (13.00, 15.30, 18.15, 21.30, 24.00); Tivoli (15.15, 18.15, 21.30) — Lisboa.  
 F — Real. Bernard Bertolucci — S. Jorge/2 (14.15, 17.45, 21.00) — Lisboa.  
 G — Real. Oliver Stone — Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.45, 24.00) — Lisboa.

Classificação de ★ a ★★★★★



## ...e ainda Música, debates, etc.

### Viajar com os amigos

No Centro de Trabalho Vitória é ainda possível fazer inscrições para duas excursões que o Comité Local de Lisboa organizou para Abril e Junho:  
 — a primeira é à serra da Estrela, nos dias 2 e 3 de Abril, com partida daquele

CT às 7.00. O preço, que inclui transporte, jantar, alojamento e pequeno-almoço, é de 4500\$00, com redução para as crianças (de 50% até aos 7 anos, de 25% dos 8 aos 10);  
 — a segunda excursão é a Torremolinos e Ceuta, com partida do CT Vitória às 7.30 do dia 2 de Junho e regresso a 5. Para adultos 19 700\$00, beneficiando as crianças das reduções indicadas para a excursão à serra da Estrela. No preço dos bilhetes estão incluídos os transportes, e ainda pequeno-almoço, jantar e dormida.

As inscrições podem ser feitas pelo telefone 532161 de Lisboa — ou pessoalmente no CT Vitória, Av. da Liberdade, 170.



Viver a Paz». Desporto, animação permanente de stands a funcionar no Pavilhão do Cevadeiro e espetáculos musicais: Radio Macau, dia 25, Mier Ite Dada, dia 26, Mafalda Veiga, dia 27.  
 No S. Luís, domingo, às 11.00, com entrada livre, obras para canto e piano de Mozart interpretadas por Eivira Ferreira, canto, e António Toscano, piano; na terça-feira, 29, às 18.30, Anibal Lima, violino, e António Rosado, piano, interpretam a sonata K301 de Mozart e a sonata op. 47 («Kreutzer») de Beethoven.  
 Também no S. Luís mas no sábado, às 21.30, concerto pela Orquestra Sinfónica Juvenil, solista em piano Pedro Burmester, maestro Christopher Bochmann.

### Teatro em Évora...

Dentre as várias actividades culturais animadas pela Câmara Municipal ou por ela apoiadas, merece destaque um extenso programa de teatro que vai levar proximamente a Évora, entre outros, o Grupo de Campolide («George Dandin» no dia 30, às 21.30, no Palácio D. Manuel) e Mário Viegas e Manuela de Freitas, que apresentarão no sábado próximo, no Teatro Garcia de Resende, o espectáculo «Deus os Fez... Deus os Junto», de Tchekov. Por sua vez, a companhia do Centro Cultural de Évora apresenta-se nos próximos dias em várias colectividades do concelho com a peça «O Juiz da Beira».

### ...e no Espaço CESL

É um programa especial, comemorativo do Dia Mundial de Teatro, dia 27: uma sessão «maratona» com início às 15.00 e fim previsto para as

— hoje, às 21.30, O Demónio dos Mares/1954  
 — amanhã, à mesma hora, O Mistério da Casa de Bambu/1955  
 — sábado, às 18.30, A Flecha Sagrada/1957, e às 21.30, A Porta da China/1957

# Exposições

## • LISBOA

**Acender a Noite** — Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101.  
**António Castilho e Margarida Dias** — Fotografia. Galeria Voz do Operário, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 22.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 2/4).

**Arte Portuguesa no Século XIX** — Palácio da Ajuda. Diariamente das 10.00 às 17.00, à 4.ª e sáb. até às 22.00 (excepto à 2.ª).

**Artur Varela** — Galeria Ana Isabel, Rua da Emenda, 111-1.ª. Diariamente das 14.30 às 19.00 (até 30/3).

**Arte Contemporânea** — Galeria Miron, Rua do Mirante, 14, r/c eq. (até 31/3).

**Azulejos** — Colectiva (Bartolomeu, Pomar, Paula Rego, Menez, Lurdes Castro, João Vieira). R. Academia das Ciências, 2-C. De 3.ª a sáb. das 11.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30.

**Batarda** — Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113.

**Brinquedos Cabo-Verdianos** — Museu Nacional do Traje (ao Lumiar). De 3.ª a dom. das 10.00 às 12.30 e das 14.30 às 17.00 (até 15/4).

**«A Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro»** — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

**O Corpo e a sua Imagem** — Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91.

**Cristina Ataíde** — Escultura. Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. das 16.00 às 19.00. (Até 27/3).

**Helena Sanpayo** — Pintura. Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 26/3).

**Isabel Laginhas e Maria José Mateus** — Clube 50, Rua de S. Mamede ao Caldas, 9, 1.ª. De 3.ª a 6.ª das 17.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00 (até 6/4).

**Ivo** — Pintura. Galeria Quadrum. Coruchéus. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 26/3).

**Jorge Ribeiro** — Fotografia. Ass. Port. de Arte Fotográfica, Rua das Chagas, 17-2.º dt.º. De 3.ª a 6.ª das 19.00 às 23.00 (até 25/3).

**José Manuel Soares** — Pintura. Galeria de Arte da Cervejaria Trindade, Rua Nova da Trindade, 20. Diariamente das 16.00 às 24.00 (até 8/4).

**Leonel Moura** — Cómicos. Rua Tenente Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 26/3).

**Lúcio** — Pintura. Casa dos Açores, Rua dos Navegantes, 21 (até 15/4).

**Manuel Filipe** — Pintura. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 16.00 (até 9/4).

**Restrospectiva de António Dacosta** — Fundação Calouste Gulbenkian, Av. de Berna. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

**Rui Chafes** — Polígrafo/Renascença, Rua Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00.

**Ruth Rosengarten** — Pintura. Galeria Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56-5.º Dt.º. Diariamente das 16.00 às 20.00 (até 26/3).

**Teresa Dias Coelho** — Pintura, «Fotogramas». Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 38. De 3.ª a dom. das 14.00 às 20.00 (até 10/4).

**Victor Fortes** — Pintura. Triângulo 48, Av. D. Vasco da Gama, 48-A. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (Até 26/3).



António Dacosta na Gulbenkian

**Maria José Jorge** — Gravura. Espaço 43, Rua Elias Garcia, 43. De 2.ª a 6.ª das 17.30, às 19.00, sáb. e dom. das 15.00 às 19.30 (até 25/3).

**Mário Bismarck** — Pintura. EG, Caminho da Fonte de Cima, 33/130. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 8/4).

**Miguel Horta** — Pintura. Galeria Novo Século, Rua do Século, 23-A. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 31/3).

**Museu da Água de Manuel da Mala** — Recinto dos Barbadinhos, Rua do Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.

**Retrospectiva Aureliano Lima** — Fundação Calouste Gulbenkian.

**Restrospectiva de António Dacosta** — Fundação Calouste Gulbenkian, Av. de Berna. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

**Rui Chafes** — Polígrafo/Renascença, Rua Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00.

**Ruth Rosengarten** — Pintura. Galeria Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56-5.º Dt.º. Diariamente das 16.00 às 20.00 (até 26/3).

**Teresa Dias Coelho** — Pintura, «Fotogramas». Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 38. De 3.ª a dom. das 14.00 às 20.00 (até 10/4).

**Victor Fortes** — Pintura. Triângulo 48, Av. D. Vasco da Gama, 48-A. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (Até 26/3).

## • PORTO

**Barata Feyo** — Desenho e Escultura. Quadrado Azul, Rua

**Costa Cabral, 777, lj. 8.** Diariamente das 10.00 às 12.00 e das 15.00 às 22.00 (até 3/4).

**Cargaleiro** — Nasoni, Rua Galeria de Paris, 80.

**Isabel Garcia** — Pintura. EG, Caminho da Fonte de Cima, 33/130. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 8/4).

**Isabel e Rodrigo Cabral** — Escultura. Cooperativa Árvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1.

**Nuno de Santa Cruz** — Pintura. Galeria Roma e Pavia, Rua D. Manuel II, 346-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (Até 10/4).

## • OUTRAS LOCALIDADES

**Artur Bual** — Galeria Municipal. Diariamente das 15.00 às 23.00 (até 27/3) AMADORA.

**José Pastor** — Fotografia. Galeria Maria Isabel, Rua Direita, 29 (Até 30/3) AVEIRO.

**«As Festas»** — Convento de Verderna. Aos sáb. e dom. das 15.00 às 18.00 (até 30/4) BARREIRO.

Gravuras da Expo-

**sição Calouste Gulbenkian** — Museu Nogueira da Silva (até 13/4) BRAGA.

**Duarte Saraiva** — Pintura. Sala do Castelo. CAMPO MAIOR.

**«Arte Portuguesa - Cascais 88»** — Palácio da Cidadela (até 3/4) CASCAIS.

**Avelino Sá** — Pintura. Círculo de Artes Plásticas, Rua Carlos Matoso, 18. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 12.00, das 15.00 às 18.00 e das 22.00 às 24.00. COIMBRA.

**Rui Prata** — Fotografia. Galeria do CEF, Edifício da Academia (Até 5/4) COIMBRA.

**Ofélia Marques** — Galeria de Colares, Rua Fria, 2. 6.ª, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30 (Até 3/4) COLARES.

**António Matos** — Arcadas do Parque. De 4.ª a 2.ª das 11.00 às 20.00 ESTORIL.

**Filomena Coqueirão** — Pintura. Palácio D. Manuel. ÉVORA.

**Rogério Ribeiro** — Pintura. Galeria de Arte da Pousada de Santa Marinha. GUIMARÃES.

**Manuela Cerqueira** — Cerâmica. Museu Municipal «Casa do Adro». De 3.ª a 6.ª das

09.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.00, sáb. e dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.30 (até 7/4) LOURES.

**«A Árvore na Poesia»** — Biblioteca Municipal. Inaugura dia 21 (até 4/4) MOITA.

**Ilda Reis** — Gravura. Espiral, Rua Cândido dos Reis, 90. De 3.ª a sáb. das 10.00 às 14.00, das 16.00 às 20.00 e das 21.00 às 23.00, dom. das 10.00 às 14.00 (até 7/4) OEIRAS.

**A Classe Operária e a Máquina** — Museu Municipal de Etnografia (até 3/4) PÓVOA DE VARZIM.

**Sérgio Eloy** — Fotografia. Forum do Centro Cultural Regional, Rua Dr. Joaquim Luís Martins, 16. SANTARÉM.

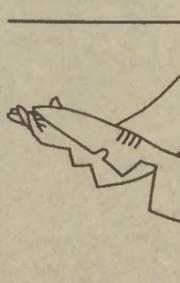
**Gente do Espectáculo** — «Os Albinos» — Museu/Convento de Jesus (até 10/4) SETÚBAL.

**Hélder Cerqueira** — Casa do Bocage/Galeria Municipal de Artes Visuais. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.30, sáb. e dom. 15.00 às 18.00 SETÚBAL.

**Maria e Carlos Santos** — Galeria de Exposições Temporárias do Museu Regional. SINTRA.

**Projecto Álvaro de Campos** — Ourivesaria-atelier e exposição. Casa-Museu Álvaro de Campos, Calçada D. Ana, 12. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 TAVIRA.

**Fernando Távora** — Desenho. Forum (até 10/4) VISEU.



24.00. Com actores profissionais e outros que ambicionam sério, representações, debates e o mais que a fantasia de cada um faça nascer.  
 O Café-Concerto do CESL fica na R. Almirante Barroso, 3.

## Música

Na Gulbenkian, hoje, às 18.30, no Grande Auditório, Coro e Orquestra Gulbenkian com os cantores solistas Nako Okada, Bernardo Fink, Hans Peter Graf, Anton Schringer, maestro Michel

— segunda, dia 28, às 21.30, Forty Guns/1957 (versão original)  
 — terça, às 21.30, Verboten!/1959 (v.o.)  
 — quarta, às 18.30, O Químono Misterioso/1959, e às 21.30 Marcados para a Morte/1961.  
 Também na Cinemateca, dois filmes de Roberto Bresson: Amor e Morte/1967, hoje às 18.30, e Quatro Noites de um Sonhador/1971, às 21.30.

# Tempo Fim de Semana

No fim-de-semana, céu geralmente muito nublado nas regiões do Norte e Centro e pouco nublado no Sul. Neblina e nevoeiros matinais.  
 (Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica).



Teresa Dias Coelho, na SNBA

# a TV

## Concorrência

Eu não vou falar aqui da comunicação ao País do ministro Oliveira Martins, a propósito da requisição civil à pressão, no dia de greve do Metro. Não vou falar, porque isto não é uma coluna de humor. De facto, quando o ministro diz que a sua preocupação é defender os interesses da população de Lisboa, o ridículo da situação é tal que, à falta de ovos podres, só mesmo uma gargalhada...

Mas a presença dos ministros no **Telejornal** está a tornar-se em autêntica obsessão. Estão sedentos de publicidade, de fama, de nome. Não se pense que lá vem um de vez em quando. Nem se pense que, em cada dia, lá aparece um. Qual quê! São aos três e quatro em cada **Telejornal**... Todos os dias!

Vejamos o **Telejornal** de sexta-feira. Primeiro aparece Cavaco Silva mais os dirigentes da CAP.

Seguiu-se o mesmo Cavaco noutra reportagem, desta vez no aniversário do PSD.

Depois, foi Roberto Carneiro, o ministro da Educação.

Seguiu-lhe as pisadas Ferreira do Amaral, o do Turismo.

Fechou o cortejo o Couto dos Santos, secretário para a Juventude.

Havia assuntos prementes, questões urgentes, informações úteis? Nada.

Tudo propaganda, ou melhor, publicidade. Não está certo, fazerem concorrência aos detergentes...

## Traidor? Que ideia!

Mawete João Baptista, embaixador de Angola em Portugal, deu uma entrevista ao **Jornal de Sábado**.

Entrevista esclarecedora a vários níveis no que respeita à política de princípios observada pela República Popular de Angola, à responsabilidade da União Sul-Africana e no papel que, na circunstância, tem desempenhado os Estados Unidos.

Ele mostrou que não é conjuntural nem nova a proposta de negociações directas com a África do Sul. O que sucede é que, sistematicamente ao longo dos tempos, o país do *apartheid* tem faltado aos compromissos assumidos...

De facto, a política da África do Sul tem consistido em não deixar que a situação política se estabilize em Angola e, com ela, seja possível o aproveitamento integral das suas riquezas. O instrumento dessa estratégia chama-se Jonas Savimbi, a quem Mawete João Baptista classifica como **terrorista**.

Aqui, o entrevistador, lamentavelmente, e sem que nada o justificasse, comentou que aquela era a opinião do senhor embaixador, mas há pessoas que pensam de maneira diferente. Pois há. Ronald Reagan, por exemplo. Esse exímio criador de anedotas até acha que Savimbi é «um combatente da liberdade». Os massacres praticados pelo colaborador da PIDE contra a população civil são a prova disso...

Terrorista? Que ideia! Mas se os leitores quiserem aprofundar as repugnantes relações entre Savimbi e Reagan, leiam o livro «As Guerras Secretas da CIA», da autoria de Bob Woodward, o célebre repórter do *Watergate*. O entrevistador do embaixador de Angola também faria bem em lê-lo.

Mas, ah, meus senhores! A traição do Jonas não está mesmo em vista? Porque seria então que o governo da África do Sul, assassino de negros, ajuda um negro, em Angola? E como é que um negro em Angola aceita estar às ordens de um governo que persegue os seus irmãos de cor?

Traidor? Que ideia...

## Nicarágua não está só

Felizmente, porém, que há em todo o lado consciências despertas, mãos dispostas a defender o futuro.

Vimos no **Telejornal**. Vimos com estes olhos, vimos com uma lágrima de emoção. Vimos os milhares de americanos que protestavam contra o envio de tropas para as Honduras, contra a Nicarágua. Ouvimos, os seus gritos, lemos os seus cartazes. «Tirem as mãos da Nicarágua!» E vimos como a polícia carregava sobre eles, selvaticamente.

Vimos no **Telejornal**. Vimos as grandes manifestações na África do Sul, de protesto e luta contra as anunciadas execuções de seis patriotas negros. Na multidão havia, irmanados, negros e brancos...

Há, pois, esperanças bem fundamentadas de que a liberdade e a felicidade são invencíveis. Serão certamente grandes sacrifícios — mas não se pode fazer marcha à ré no barco da História.

Reagan enfrenta cada vez maior oposição entre o povo americano. As suas provocações belicistas têm cada vez mais reduzido campo de manobra. Também no interior dos Estados Unidos, Nicarágua não está só.

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

Com raras excepções, a imprensa trata esta luta contra o pacote laboral, esta luta em que converge todo o movimento sindical português, como *fait-divers* ou uma guerra de palavras entre o Governo, o grande patronato e (mais raro) alguns dirigentes sindicais, torturando-se sobretudo com o «ser ou não ser» conforme ao «modelo europeu». A jornada nacional de luta promovida pela CGTP com a adesão de centenas de milhares de trabalhadores foi mais ou menos ignorada, e a greve geral da próxima segunda-feira continua pelas páginas interiores, a não ser que Cavaco ou Penada venham mais uma vez dizer o que já disseram. Com as tais raras excepções, a imprensa fica-se pelas lateralidades, não contribui para elucidar acerca do conteúdo do pacote e da importância nacional de luta em curso, é «neutral» — dir-se-ia mesmo «patronal». O que é um lamentável equívoco.

Honra lhe seja, não gostou, e disse-o, da requisição civil que o governo voltou a decretar, agora no Metro: o ar pestilento dos tempos do antigamente chegou às redacções, e ficámos todos a saber que não foi apreciado.

Hoje aqui se transcreve uma das excepções da semana — de jornalista que escreve a pensar na maioria dos seus leitores.

E o resto são piadas...

## «O milímetro político»

«O Governo não recuará «um milímetro», não emendará — após a quarta versão desmentida mas existente — «uma palavra» no articulado da legislação laboral. E agora resta-nos esperar a chuva dos panfletos que explicará, aos cidadãos trabalhadores e aos cidadãos eleitores, as virtudes da legislação que vem corrigir — diz o Governo — injustiças e imoralidades, evitar a precariedade do trabalho e abrir aos Portugueses as portas da «modernidade».

Sábado, no jornal da RTP, José Eduardo Moniz, teve a ideia, oportuna mas cruel, de confrontar o secretário de Estado, Bagão Félix, antigo ou ainda membro do CDS, com o coordenador da CGTP-Intersindical, Manuel Carvalho da Silva. Sendo Bagão Félix alguém que goza da fama de competente, a sua argumentação em defesa do Pacote Laboral não foi além da triste repetição do discurso inconvicente do ministro Silva Penada. E a amarga serenidade de Manuel Carvalho da Silva deverá ter conquistado renovada e alargada audiência para a causa que defende. Tal como «o milímetro» das declarações duras, intransigentes, definitivas do Primeiro-Ministro, terá provocado uma maior firmeza da parte dos dirigentes da UGT e levado José Manuel Torres Couto a reduzir para «meio milímetro» a elasticidade negocial dos sindicatos da central de que é líder.

Da oposição parlamentar e do mundo laboral recolhe o Governo, para a sua obstinação legiferante, uma nítida reprovação. O «milímetro» negocial recusado promete gerar focos de instabilidade social e política. Sabe-se que é falacioso o «argumento europeu». A Europa Comunitária não nos exige que modifiquemos e desvirtuemos o nosso ordenamento constitucional. O «restauracionista» não nos é imposto de fora, é uma exigência interna, uma satisfação aos interesses ofendidos pelo 25 de Abril, um recuo, uma cedência aos conservadores. Hipocritamente — a palavra foi usada por Manuel Carvalho da Silva mas nenhuma outra traduz melhor o que se passa — alegam-se razões de racionalidade, de justiça e de modernidade para consagrar legislativamente um regresso aos padrões corporativos do Estado Novo e às salazarianas tensões de classe.

## «Estivesse o Governo atento...»

«Fazendo a apologia de que um esforço de razão e de bom

senso ditem a alteração do projecto governamental do Pacote Laboral, o padre Vítor Melícias, OP, recentemente empossado no cargo de provedor da Misericórdia de Lisboa, ouvido pelo programa «Edição Especial» da Rádio Renascença afirmou que a legislação laboral proposta/imposta pelo Governo «não se adapta à realidade portuguesa». (...)

Vítor Melícias entende que: «A legislação laboral deve ser elaborada com o objectivo de se aproximar dos padrões europeus, sem esquecer, no entanto, a realidade nacional em matéria laboral, nomeadamente os traumas anteriores e posteriores ao 25 de Abril, assim como a própria falta de mentalidade democrática de muitos empresários portugueses.» Vislumbra, e receia, o «risco de (se) reconstruir em Portugal um patronato arbitrário e uma classe trabalhadora sem defesa». Esse risco existe. Basta atendermos ao discurso da CIP e à natureza das suas objecções ao Pacote Laboral.

Que o padre Vítor Melícias, apreciado pelas suas qualidades intelectuais, pela sua intervenção cívica, pelo seu militismo social, tenha considerado oportuno e adequado, pronunciar-se em relação ao Pacote Laboral, seria motivo para o Governo ponderar, e o próprio Primeiro-Ministro, com cristã humildade deveria admitir o erro da obstinação da negociação que recusa a elasticidade do «milímetro». Deveria escusar-se à estratégia da distinção dos trabalhadores dispersos no espaço nacional e das grandes concentrações urbanas. Estivesse o Governo aberto e atento ao que se passa entre os trabalhadores, com os trabalhadores e nas centrais sindicais, e não teriam escapado à sua observação as hesitações dos trabalhadores sociais-democratas, nem teria deixado de notar a participação de trabalhadores católicos, ou originários das organizações laborais católicas, nas actividades da CGTP.

## «O sabor azedo dos «regressos»»

«A inimaginativa réplica de que é «comunista», directa ou indirectamente, a contestação do Pacote Laboral, constitui um precário argumento defensivo. A lógica desta argumentação levou Cavaco Silva à infelicidade de declarar que a UGT «mendi-gava» o apoio da CGTP, que se «subalternizava» à CGTP. Ninguém terá feito tanto, como Cavaco Silva, para ensinar às duas centrais sindicais que a solidariedade sindical, mormente em fases decisivas de contestação

social (ou «luta de classes», se os leitores preferirem a designação sociológica adequada), é uma condição necessária para o sucesso absoluto (ou relativo) das lutas socioprofissionais.

Com a forte estabilidade parlamentar de que dispõe — maioria sólida, servil e disciplinada —, o Governo impõe medidas legislativas que promovem a instabilidade social e política. Impõe soluções não pacíficas, suscitadoras de contestação e de resistências, em nome do seu programa de Governo. Cria a ditadura da maioria parlamentar, não compreendendo que a vitória eleitoral de 19 de Julho representa um resultado conjuntural que não permite (sensatamente) impor as soluções de um «partido» contra a opinião de «todos os outros partidos parlamentares» e desprezar a existência de uma diversificada oposição extraparlamentar (de direita e de esquerda). (...)

A contestação do «pacote laboral» não deve ser menosprezada no seu significado político e social. Disse o Primeiro-Ministro: «Não entendo a razão desta greve...». Todavia a preocupação, e o apelo à alteração do dispositivo legal, do padre franciscano Vítor Melícias, mostra que se vai alargando e aprofundando um movimento social de protesto na classe operária, nos sectores dos serviços, nos meios dos trabalhadores intelectuais.

O Governo isola-se. São já numerosos os eleitores do PSD que se mostram arrependidos? Não temos instrumentos para confirmar esse movimento de opinião. Mas admitimos que sejam numerosos os que não compreendem para que «modernização» de Portugal os seus votos estão a ser utilizados. A «modernização» não pode ser imposta, nem pode ter o sabor azedo dos «regressos».

(Política de A a Z, «Diário de Lisboa», 21 Março)

## «Uma lei bondosa»

«O Governo não podia proterlar por mais tempo uma lei contrária aos interesses nacionais. Os investidores estrangeiros não se mostram dispostos a incentivar a sua presença em Portugal se as leis se mantiverem como estão.

Em todos os outros países da Comunidade o despedimento é possível sempre que o trabalhador não se enquadra nos objectivos de produtividade da empresa.

E a Comunidade é, hoje, o padrão essencial da nossa vida e constitui o destino dos portugueses.»

«Estudámos exaustivamente os documentos que uma e outra partes até hoje elaboraram. E não há dúvida de que a lei do trabalho proposta pelo Governo é inteiramente aceitável e bondosa para o trabalhador.» (Nuno Rocha, «Tempo», 17 Março)

## (Quem diria?!)

«Mas o que se passa afinal nos outros países? Existem dois grandes grupos. (...)

No último grupo, em que se integram os países do Leste da Europa, o prazo de entrega do pré-aviso é muito curto; há um controlo, antes do despedimento, feito pelas comissões de trabalhadores e pelos delegados sindicais e existe sempre a possibilidade de reintegração, não havendo indemnizações nem seguro de desemprego.

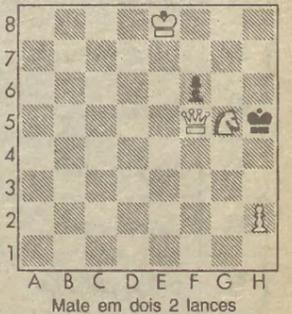
Muitas disposições do projecto governamental de alteração da legislação de trabalho nos aproximam deste último grupo de países.» (Ferraz da Costa, «Expresso», 19 Março)

## Máxima

«O comportamento humano tende, desde que o mundo é mundo, a reger-se pela lei do menor esforço e o progresso tem sido obtido pela conjugação de estímulos — a motivação — e de condicionamentos morais, sociais e disciplinares — a sanção.» (Ferraz da Costa, «Expresso», 19 Março)

# Xadrez

CXLVI — 24 de Março de 1988  
Proposição n.º 146  
Por: NG van Dijk  
«die Schwalbe», 1959  
Pr.: [2]: Pf6-RH5  
Br.: [4]: Ph2-Cg5-Df5-Re8



Mate em dois 2 lances

Jogo n.º 146  
Hastings, 1988  
BR.: B Larsen  
PR.: M Chandler

1. Cf3,d5; 2. c4,d4; 3. g3,g6;
4. Bg2,Bg7; 5. d3,e5; 6. 0-0,C67;
7. b4,0-0; 8. Cbd2,a5; 9. b5,g5;
10. b:c6,C6:c6; 11. Ba3,Cb4;
12. Db3,C8a6; 13. B:b4, a:b4;
14. a3,b:a3; 15. D:a3,T68;
- 16.. Tfb1,f5; 17. C61,Cc7;
18. Bd5+,Rh8; 19. D:a8,C:a8;
20. T:a8,Bh6; 21. Cd3,D67;
22. B:b7,Bd7; 23. T:68+,B:68;
24. Bd5,Dd6; 25. Tb7,g5;
26. h4,g:h4; 27. C:h4,Bd7;
28. C6f3,f4; 29. B64,f:g3;
30. f:g3,B63+; 31. Rg2,Bg4;
32. T:h7+,Rg8; 33. Tb7,Da6;
34. C:65,B66; 35. T67,Rf8;
36. Chg6+,Rg8; 37. T:66,Da2;
38. T68+,Rg7; 39. T67+,Rh6;
40. Cg4+,Rh5; 41. T65+,Bg5;
42. Cf4+,R:g4; 43. Bf3++

Solução do n.º 146

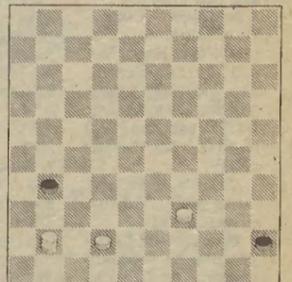
Chave: 1. Rf7! blocus!

1. .... Rh4; 2. Cf3++
1. .... Rh6; 2. Dg6++
1. .... f:g5; 2. Dh3++

■ A. de M. M.

# Damas

CXLVI — 24 de Março de 1988  
Proposição n.º 146  
Por: Nicolas Riso, 1963  
Pr.: [2]: 31-45  
Br.: [3]: 39-(41)-42



Jogam as brancas e ganham

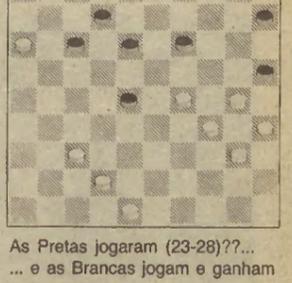
Golpe n.º 146

Por: Labasthe

Agen (fr.)/8.1.1978

Pr.: [9]: 3-7-12-15-17-18-19-25-28

Br.: [9]: 16-29-30-34-35-37-40-42-48



As Pretas jogaram (23-28)?...

... e as Brancas jogam e ganham

Solução do N.º CXLVI

N.º 146 (NR): 42-38! (31-36) [se: (31-37); 41X23 e 38-33...+]; 41-46 (36-41); 46X23 (45-50) 38-33 e 23-1 e 1-45+

Golpe N.º 146 (L): 30-24 (19X39); 29-231 (28X19) ou (18X29); 40-34 (39X30); 35X2=DB+

■ A. de M. M.